

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Entre memórias: Ditadura, Anistia e MST na
Revista do Clube Militar (1985-2010)

ANDRIELLY NATHARRY LEITE DA SILVA OLIVEIRA

CUIABÁ-MT

2016

ANDRIELLY NATHARRY LEITE DA SILVA OLIVEIRA

Entre memórias: Ditadura, Anistia e MST na
Revista do Clube Militar (1985-2010)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Geografia, História e Documentação - IGHD da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Cândido Moreira Rodrigues

CUIABÁ-MT

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

O48e Oliveira, Andrielly Natharry Leite da Silva.
Entre Memórias : Ditadura, Anistia e MST na Revista do Clube Militar (1985-2010) / Andrielly Natharry Leite da Silva Oliveira. -- 2016
143 f. ; 30 cm.

Orientador: Cândido Moreira Rodrigues.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Ditadura. 2. Anistia. 3. MST. 4. Memória. 5. Clube Militar. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : 65-3615-8493 - Email : perfejp@yahoo.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "Entre memórias: Ditadura, Anistia e MST na Revista do Clube Militar (1985-2010)"

AUTOR : Mestranda Andrielly Natharry Leite da Silva Oliveira

Dissertação defendida e aprovada em 18/05/2016.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Candido Moreira Rodrigues
Instituição :	Não Informado	
Examinador Interno	Doutor(a)	Vitale Joanoni Neto
Instituição :	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"	
Examinador Externo	Doutor(a)	Gizele Zanotto
Instituição :	Universidade de Passo Fundo	
Examinador Suplente	Doutor(a)	João Paulo Rodrigues
Instituição :	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	

CUIABÁ, 14/07/2017.


Prof. Dr. João Paulo Rodrigues
Coordenador PPGHIS/UFMT
SIAPE: 2115821

OLIVEIRA, A. N. L. S. Entre memórias: Ditadura, Anistia e MST na Revista do Clube Militar (1985-2010). 2016. P.143. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

RESUMO

Essa dissertação busca investigar a interpretação do golpe de 1964 e o subsequente período de governo militar (1964-1985) apresentada pelas Forças Armadas na *Revista do Clube Militar: a casa da república*, como uma memória histórica. O objetivo central é entender sobre quais fundamentos essa memória se constitui, quais os interesses associados à sua preservação e propagação e principalmente como essa memória se relaciona com a forma que as Forças Armadas pensam a política no pós-ditadura. Para alcançar o propósito de nosso trabalho analisaremos em nosso *corpus documental* o discurso presente na *Revista do Clube Militar* entre o período de 1985 a 2010 em que esteja destacado a memória sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar, buscando identificar os possíveis eixos constituintes que justificam o golpe; em segundo lugar estudaremos os desdobramentos dos elementos constitutivos desta memória militar - presente nas páginas da *Revista do Clube Militar* em relação a temáticas centrais no cenário político brasileiro do período, entre eles, a Lei de Anistia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

ABSTRACT

This dissertation investigates the interpretation of the coup of 1964 and the period of military governments (1964-1985) presented by the Armed Forces in the Journal of the Military Club: the house of the republic, as a historical memory. The main objective is to understand on what grounds it constitutes this memory, which interests associated with its preservation and propagation and especially how this memory relates to the way the military thinks politics in the post-dictatorship. To achieve the purpose of our research will analyze in our documentary corpus this speech at the Military Club Journal between the period 1985 to 2010 in is assigned the memory of the 1964 coup and the military dictatorship in order to identify the possible constituents axes that justify the coup; secondly we study the developments of the components of military memory - on this pages of the Military Club Journal regarding the central themes in the Brazilian political scenario of the period, including: the Amnesty Law and the Landless Workers' Movement (MST).

AGRADECIMENTOS

Existe no campo científico um debate sobre o uso da primeira pessoa do plural em textos acadêmicos. É verdade que em muitos momentos estamos sozinhos com nossos livros e parágrafos mal escritos no computador, mas durante o árduo processo de desenvolvimento da pesquisa os mais triviais momentos podem se tornar substanciais ao desenvolvimento da mesma. Razão pela qual, não considero esse trabalho mérito apenas meu.

Gostaria de prestar meus agradecimentos às pessoas que durante esses dois anos contribuíram com meu trabalho seja ouvindo por incansáveis vezes meus problemas no percurso do mestrado, seja me distraindo deles e deixando a trajetória mais leve.

A mais importante entre essas pessoas foi, sem dúvida, minha mãe Lucélia Leite da Silva, a quem agradeço pela compreensão e carinho que dedicou a mim nos momentos de crises e por todas as contribuições ao trabalho. Será sempre a primeira leitora, apreciadora e crítica de meus pensamentos.

À minha família por sempre incentivar meus projetos e compreender os momentos de ausência.

Aos meus amigos historiadores, companheiros de luta, presente nas horas de angústia e de alegria: Alencar Cardoso, Alexandre Nascimento, Fernanda Queiroz, Giseli Origuela, Luciene Castravechi, Mauro Alcântara, Rafael Adão, Rhaissa Lobo e Ruan Vital. Aos demais amigos que fazem parte dessa história, em especial, Edilene Gianelli, Elizabete Dedé, Heloisa Ariano e Paula Corrêa.

Aos professores que não apenas acompanharam o desenvolvimento da pesquisa, mas contribuíram provocando momentos de reflexão: Anderson Roberti dos Reis, Carlos Eduardo de Souza Carvalho, Leandro Duarte Rust, João Paulo Rodrigues, Oswaldo Machado Filho, Thais Leão e Vitale Joanoni Neto.

Ao meu orientador Cândido Moreira Rodrigues, em particular, pela confiança na continuidade de nossa pesquisa que se iniciou ainda na graduação, bem como, pela paciência e dedicação no desenvolvimento da mesma.

Ao senhor Umberto Ramos que teve a generosidade de abrir caminhos para a obtenção das fontes e às colaboradoras da biblioteca do Clube Militar (Brenda, Camilla, Janaina e Sueli), que me atenderam com gentileza e solicitude, sem os quais a pesquisa não teria sido possível.

Por fim, agradeço a Capes pelo financiamento da pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I.....	20
<i>Sobre memória, conservadorismo e direita</i>	20
Sociedades de memória	20
A memória como objeto de estudo das ciências sociais	21
As especificidades da memória preservada na <i>Revista do Clube Militar</i>	31
Conservadorismo.....	34
O pensamento conservador no contexto contemporâneo.....	44
CAPÍTULO II	53
<i>O golpe de 1964 e a ditadura civil-militar: histórias entre memórias</i> ...	53
A memória que se tornou história.....	53
O discurso da <i>Revista do Clube Militar</i> : a memória “exilada”	62
Memória e narrativa mitológica	88
CAPÍTULO III.....	98
<i>A memória militar e a experiência democrática</i>	98
A História entre o passado e presente	98
Lei de Anistia: os reflexos da justiça transacional no discurso da <i>Revista do Clube Militar</i>	104
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	136

Bibliografia	136
Fontes	140

INTRODUÇÃO

Os acontecimentos vivenciados pelos brasileiros entre 1961¹ e 1985 são para a história e para a sociedade de uma forma geral, uma memória sensível. Não é preciso recorrer à vasta historiografia produzida sobre o período para chegarmos a essa conclusão. As marcas do regime autoritário que se instaurou no Brasil com o golpe civil-militar de 1964 e perdurou até 1985 estão presentes na literatura, no cinema, em reportagens televisivas, artigos de jornais e na internet.

A memória é sensível não apenas pelos crimes contra os direitos humanos praticados nesse período, que se tornaram conhecidos não apenas por existir ainda muitos pontos obscuros devido à falta de acesso dos historiadores a documentos importantes sobre o período. É sensível também e, principalmente, pelas várias interpretações acerca desse período que circulam nos mais diversos meios.

O objetivo em abordar essa questão não é, de forma alguma, estabelecer um julgamento sobre a existência de uma interpretação correta enquanto outras seriam falsas, mas tem o propósito de chamar a atenção para a existência de disputas por essa memória. Como salientam Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes:

O que importa aqui destacar é que a memória e a história do golpe (bem como de todos os acontecimentos históricos) vão sendo construídas continuamente. A memória seleciona fatos para lembrar dependendo de quem lembra e de quando se lembra. A memória sofre influência do momento em que o passado é rememorado por alguém.²

¹ Tomamos 1961 como marco temporal a princípio, pois como demonstra Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira em 1964: *O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, os acontecimentos desde a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros e a subsequente posse de seu vice João Goulart são fundamentais para entender o golpe de 1964.

² GOMES, Ângela de Castro, FERREIRA, Jorge. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.376.

À luz desta compreensão o trabalho que desenvolvemos a seguir busca investigar a memória histórica presente nas interpretações do golpe de 1964 e do subsequente período de governo militar (1964-1985), e construída pelas Forças Armadas por meio da *“Revista do Clube Militar: a casa da república”*. O objetivo central é entender sobre quais fundamentos essa memória se constitui, quais os interesses associados à sua preservação e propagação e, principalmente, como essa memória se relaciona com a forma como as Forças Armadas pensam a política no pós-ditadura.

O tema da pesquisa surgiu durante o curso de graduação, a partir do interesse em pesquisar o período da ditadura militar sob um viés diferente dos que já foram apresentados pela historiografia. A partir de então, foram desenvolvidas pesquisas como bolsista em Iniciação Científica entre 2011 e 2013, resultando também em trabalho de conclusão de curso em 2013. Embora a fonte tenha sido a mesma, os trabalhos anteriores objetivaram investigar as nomenclaturas adotadas segundo a interpretação militar, “revolução, contrarrevolução e movimento democrático” entre os anos de 2001 a 2012.

Diante de novos propósitos de trabalho, analisaremos o discurso presente na *Revista do Clube Militar* no período de 1985 a 2010, a partir dos seguintes procedimentos: primeiro, em relação à memória sobre o golpe de 1964 e a ditadura buscando encontrar os possíveis eixos constituintes da memória que busca justificar o Golpe; em segundo lugar estudaremos os desdobramentos dos elementos constitutivos desta memória militar presente nas páginas da *Revista do Clube Militar* em relação a temáticas centrais no cenário político brasileiro do período: Lei de Anistia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como já destacado, estes dois procedimentos de pesquisa formam o arcabouço e estrutura geral da nossa dissertação, cujas temáticas dantes mencionadas são peças importantes na identificação e análise crítica da memória construída e ainda

em consolidação, presentes nos discursos fonte: *A Revista do Clube Militar: a casa da república – 1985 a 2010*.

Os marcos temporais de nossa pesquisa (1985-2010), são posteriores a ditadura por se tratar da memória que se constituiu sobre o período. É notória a existência de historiografia consolidada sobre o período de ditadura civil-militar, não apenas civil, que majoritariamente defende a ideia de golpe, ditadura, presença de crimes contra os direitos humanos, mas também obras, publicadas principalmente por militares, que veem o período como dentro dos limites democráticos. Desse modo, em relação ao período pré-1985 escolhemos nos apoiar na historiografia existente. A escolha do marco inicial desta pesquisa (1985) se justifica por ser este o ano que marca o fim da ditadura civil-militar, e, portanto, uma expectativa de mudanças políticas e sociais vindas com os novos governos.

O ano de 2010 como marco final atende a princípios metodológicos mais simples. A partir desse ano a revista torna-se pública na plataforma online do Clube Militar. Em pesquisa anterior a essa, realizada para o trabalho de conclusão de curso, analisamos os períodos de 2001 a 2012, principalmente pela disponibilidade de acesso à fonte digitalizada. Embora não tenha sido observado uma mudança brusca no discurso em detrimento da ampliação do público alvo, entendemos que seria menos problemático fecharmos 2010 como marco temporal final, uma vez que mudam tanto a base de publicação como o público destinatário. Ainda é relevante considerar que avançar esse marco significaria adentrar em mais um mandato presidencial, da presidente Dilma Rousseff, que, certamente pela relação com a história do período e principalmente com os militares traria muitas discussões relevantes, mas, que, exatamente pelas mesmas razões merece maior atenção em um trabalho direcionado.

Entendemos que o recorte escolhido não prejudica a compreensão do processo de construção do discurso memorialístico da Revista do Clube Militar. Tendo como base não apenas a historiografia, com a própria revista – em suas várias republicações no período deste recorte – é possível entender que o discurso

do qual tratamos antecede o recorte selecionado. Isso reforça a nossa hipótese de que tal discurso é devedor de uma cultura política presente nas forças armadas, além de revelar um desejo de justificação e propagação de uma memória própria do grupo, e não somente uma resposta a acontecimentos imediatos.

A “*Revista do Clube Militar: a casa da república*”, nossa fonte central para esta pesquisa, foi fundada em 1926 e vinculada ao Clube Militar³, instituição que agrega em seu corpo de associados oficiais da Marinha, Aeronáutica e Exército, os quais majoritariamente são da reserva ou reformados⁴. A *Revista do Clube Militar* circulou em todo território nacional com acesso restrito aos oficiais das Forças Armadas associados ao Clube Militar até 2010, ano que as edições da Revista passam a ser publicadas em versão digital. No início de 1985 a tiragem da Revista era de 40.000 exemplares por edição, limitando-se a 14.000 em 2010. A periodicidade e a estrutura das publicações variam de acordo com a diretoria da revista e o corpo editorial, que são renovados a cada dois anos, juntamente com todo o aparato burocrático-administrativo do próprio Clube Militar. Sugiro substituir por: Durante os anos 1985, entre 1987 e 1995, e de 2002 a 2006, a revista teve publicações bimestrais. No ano de 1986, e depois entre 2007 a 2010 as edições foram trimestrais. Ocorreram publicações mensais de 1996 a 2001, além de eventuais edições comemorativas.

O Periódico esse que se caracteriza como porta-voz de assembleias, palestras e discussões realizadas no âmbito do Clube Militar, constituindo-se em documento privilegiado para compreendermos o processo da ditadura e da redemocratização na ótica da construção de um discurso de memória das Forças Armadas. Seus artigos são relacionados principalmente às atividades

³ O Clube Militar é uma instituição fundada em 1887, que teve como primeiro presidente o Marechal Deodoro da Fonseca, e que ao longo de sua existência suas funções administrativas foram ocupadas inúmeros militares de alta patente que se destacaram também no cenário político nacional.

⁴ Embora o corpo de associados do Clube Militar seja restrito aos oficiais das Forças Armadas, a *Revista do Clube Militar* constantemente recebe contribuições de civis em seus artigos.

desenvolvidas no Clube Militar – bailes, salões de artes, eventos desportivos, palestras.

Possuem ainda análises pontuais que envolvem o processo de desenvolvimento econômico e político do país, direcionadas principalmente à forma que o partido político que está no poder se conduz e à preservação da memória militar, seus grandes homens e feitos. O Clube Militar, em artigo disponibilizado em seu *website*, declara como um dos principais objetivos da *Revista do Clube Militar* preservar a “memória militar”, além de:

[...] atender àqueles interesses, congregando os militares das Forças Singulares no desejo de manter a dignidade e a respeitabilidade das Forças Armadas e participantes das grandes causas nacionais; a esta luta agregaram-se civis que propugnam pelos mesmos ideais de manutenção da Democracia, da Soberania, da Unidade Nacional e do Patriotismo.⁵

A *Revista do Clube Militar* nos serve como fonte de pesquisa privilegiada à medida em que apresenta um discurso onde se declara portadora de uma versão sobre assuntos de alta relevância nacional e representantes das forças militares. O interesse, vinculação e pré-disposição a interferência em assuntos de ordem política consta desde sua fundação, registrada na declaração de um de seus fundadores, o *Tenente Tomás Cavalcanti*, de que seria plantada a “*bandeira do protesto, possivelmente da revolução, tudo dependendo das circunstâncias*”⁶. A esta afirmação, que bem traduz o caráter assumido pelo Clube Militar a partir de sua fundação, somam-se os objetivos presentes no Art. 2º, incisos IV e XVIII do estatuto do Clube Militar, respectivamente: “promover e incentivar manifestações cívicas e patrióticas, bem como estudo e discussão de assuntos nacionais de alta relevância” e “defender os interesses nacionais

⁵ Histórico da *Revista do Clube Militar*. Disponível em: < <http://clubemilitar.com.br/revista/>>. Acesso em: 22 de junho de 2015.

⁶ Histórico da *Revista do Clube Militar*. Disponível em: < <http://clubemilitar.com.br/revista/>>. Acesso em: 22 de junho de 2015.

relevantes, podendo, para tanto, promover ações nas esferas administrativa e judicial”.⁷

Tomaremos a *Revista do Clube Militar* enquanto representante de um pensamento das Forças Armadas, pois a mesma se define assim. Contudo, algumas ressalvas são importantes. Entre os artigos que são publicados na revista há autores tanto militares quanto civis, artigos que foram escritos especificamente para a Revista e artigos que são republicações de outras revistas e jornais, como a *Veja*, *O Globo*, a *Folha de São Paulo*, *A Defesa*, entre outros. Assim, tomamos as diversas opiniões como componentes de um mesmo discurso, pois entendemos que a Revista possui um corpo editorial que seleciona os conteúdos de acordo com interesses e pensamentos internos.⁸

Ainda que a *Revista do Clube Militar* não declarasse intenções políticas, assim como a maioria dos meios de comunicação não o fazem, ela poderia tornar-se política, como os demais, “em virtude de sua destinação” (RÉMOND, 2003, p. 441). Uma vez que, ao expressar-se em espaço destinado à discussão de assuntos de interesse público, constituir-se por conteúdo definidos como de interesse da nação somando-se à origem e história de seus autores teremos o produto final por excelência – a tentativa de formação de opinião política. Como salienta Rodrigo Patto Sá Motta:

Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositalmente com tal fim. Nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam heróis (e, tão importante quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos,

⁷ Estatuto do Clube Militar. Disponível em: < <http://clubemilitar.com.br/o-clube/o-clube-estatuto/>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

⁸ Foram catalogados 376 artigos publicados entre 1985 e 2010. Desses: 185 (aproximadamente 50%) são de autoria de militares, em quase sua totalidade oficiais do Exército; 88 são assinados por civis, entre eles professores, advogados, economistas, jornalistas e políticos; 96 não constam identificação e 7 são assinaturas em conjuntos, de grupos ou associações.

símbolos e valores morais do grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontraram motivação para identificar-se e aderir.⁹

Dessa forma, a *Revista do Clube Militar* se configura como um importante *corpus documental* para compreender não somente como os militares entendem e se enquadram dentro do regime democrático, como também nos permite visualizar quais são os princípios norteadores do discurso que se perpetua por meio desse instrumento.

Por outro lado, o estudo da imprensa enquanto lugar privilegiado de formulação e disseminação de ideias ganha espaço apenas na segunda metade do século XX. A concepção de documento qualificado para a escrita da história, erigida pela escola metódica do século XIX, exigia objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade e ainda, deviam assegurar o devido distanciamento do presente. A imprensa, em contrapartida, oferecia “registros fragmentários do presente, realizados sobre influxos de interesses, compromissos e paixões”.¹⁰

Apesar da importância de tais documentos para a compreensão do devir, é apenas com a terceira geração de historiadores da conhecida Escola dos Annales e com o processo de ampliação do campo de interesse do historiador, e consequente diversificação das temáticas, a imprensa recebe maior importância enquanto fonte. A partir de então emergiram no fazer historiográfico temas como o inconsciente, o mito, as mentalidades, aspectos do cotidiano, enfim, questões que enfocam os sistemas culturais.¹¹

Em decorrência desse novo olhar sobre as fontes históricas, a *Revista do Clube Militar: a casa da república* constitui-se numa importante fonte para o pesquisador do processo de transição do regime militar para o civil, porque denota a ideia do processo iniciado em 1964 e mantido até 1985. A revista conserva um

⁹MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) *Cultura Política na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p.24.

¹⁰ LUCA, Regina Tania de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 3 ed., 2011, p.112.

¹¹ Ibidem, p.113

posicionamento crítico com relação aos governos civis posteriores, podendo assim lançar luzes sobre essa memória e nos auxiliar a compreender sua importância.

Para alcançar esse objetivo é fundamental abordar conceitos que sejam capazes de identificar fundamentos basilares dos argumentos utilizados pelos militares nos artigos da *Revista*, entre eles o conceito de memória, que ganha considerável destaque por contribuir de forma significativa para a análise aqui proposta.

Antes de buscar definições ou conceitos úteis à análise, é importante uma breve contextualização acerca da importância da memória. Tanto a capacidade do ser humano em trazer ao presente fatos ocorridos no passado, quanto a preservação das histórias das sociedades a partir da perpetuação de memórias se relaciona com a constituição das sociedades e da história em si.

Em seguida, pensando a memória enquanto objeto de estudos das ciências sociais, são os trabalhos de Maurice Halbwach, Peter Burke, Michael Pollak e Pierre Nora que orientam a busca pelas particularidades de tal conceito.

Diante do objetivo central, ou seja, a identificação dos princípios presentes no discurso memorialístico militar sobre o golpe de 1964 e o período de ditadura, faz-se necessário a investigação sobre a formação de estruturas de pensamentos políticos, sua preservação e permanência em diversos momentos históricos. Para a compreensão destas questões tomaremos como referência Karl Mannheim e Norberto Bobbio.

No segundo capítulo é debatida a existência de, pelo menos, duas memórias em disputa sobre o período histórico brasileiro que compreende 1964 a 1985. Com objetivo de confrontação, é apresentada em um primeiro momento a memória que se perpetuou enquanto *história* desse período, ou seja, a memória do *Golpe civil-militar* e da *ditadura*. Em um segundo momento é apresentada a análise do corpus documental da *Revista do Clube Militar: a casa da república* entre os períodos de 1985 a 2010, buscando identificar os elementos, sob os quais

essa memória é construída, que lhe confira coerência e atributo que lhe permita ser reconhecida enquanto uma memória histórica.

O discurso da *Revista do Clube Militar* é analisado a partir de dois eixos centrais em que os elementos analisados circulam: 1) a afirmação de que havia uma revolução comunista em curso e por esse motivo uma série de princípios que definem o povo brasileiro estariam ameaçados; 2) que a defesa desses princípios “nacionais” é uma missão das Forças Armadas, e somente esses são competentes para fazê-lo. A análise parte das concepções de memória e pensamento conservador identificados no Capítulo I, mas fundamenta-se principalmente no conceito de cultura política de Serge Berstein e na concepção de mitologia política de Raoul Girardet, enquanto noções fundamentais que proporcionam compreender o discurso da *Revista do Clube Militar* e os elementos simbólicos que lhe imprimem contornos de veracidade.

Na investigação da fonte de forma mais ampla verificamos que os articulistas da *Revista do Clube Militar* partilham de uma cultura política comum e, portanto, seus argumentos giram em torno de elementos referenciais limitados à sua forma de ver o mundo. A partir desse pressuposto, no terceiro capítulo pretendemos demonstrar como os eixos fundamentais do discurso memorialístico das Forças Armadas, presentes na *Revista do Clube Militar*, manifestam-se como um pensamento norteador que transpassa as análises políticas apresentadas pela mesma no contexto pós-ditadura. As análises sobre a conjuntura política nacional presentes na *Revista* envolvem tanto quadros gerais quanto situações específicas. Mas, sobretudo, possuem um caráter crítico, que ganha espaço e intensidade à medida que convergem substancialmente com os temas apresentados nos capítulos anteriores. Dentre esses assuntos que recebem maior importância afetiva, destacamos para análise: a Lei de Anistia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

CAPÍTULO I

Sobre memória, conservadorismo e direita

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suceptível de latências e de repentinas revitalizações.¹²

Sociedades de memória

A compreensão ou a busca pela compreensão dos mecanismos de funcionamento da memória, tanto nas ciências biológicas quanto nas ciências humanas, se intensifica entre os séculos XIX e XX, o que é relativamente recente, pensando na importância que lhe é conferida desde os primórdios das sociedades humanas. O historiador Jacques Le Goff desenvolveu importante estudo acerca da memória histórica, apresentando distinções entre a memória em sociedades orais e escritas no decorrer do tempo.

A partir desse estudo podemos observar que as sociedades históricas desenvolveram, no decorrer do tempo, diversas sensibilidades e valores em relação à memória. A memória é objeto que permeia a vida do homem nos mais diversos aspectos: social, religioso, político e intelectual, no âmbito individual ou coletivo, privado ou público.

Com efeito, podemos afirmar que, durante boa parte do curso da humanidade, se faz presente a necessidade de se preservar a identidade dos grupos, contar sua origem, seus feitos históricos, manterem “vivas” as pessoas que

¹² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo, 1981, p.9.

marcaram a comunidade. Não podemos nos esquecer, ainda, de seu sentido pedagógico, pois além de preservar a cultura e conhecimentos adquiridos a memória cumpriu o papel de educar as novas gerações, muitas vezes de forma subjetiva, mas também de forma objetiva e intencional.

A memória, no decorrer do tempo se ressignifica, torna-se voluntária, perdendo seu caráter ritual, cotidiano, fluído. Embora Le Goff demonstre que a memória foi usada e aperfeiçoada como recurso para o desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento humano desde a antiguidade, é no século XX, contudo, que a humanidade atinge outro grau de sensibilidade acerca da memória. De meio para se construir as ciências ela passa a objeto das ciências, que se constituíram dela. Assim, na literatura, na psicologia, na história, nas ciências sociais ela será confrontada a respeito de sua genuinidade, de sua inocência, de sua espontaneidade.

Podemos nos perguntar se a memória, mesmo desmistificada, perde sua função original dos primeiros tempos da humanidade. Não é a memória ainda elemento fundamental para a compreensão de si enquanto indivíduo e como parte integrante de um grupo ou sociedade? Não é a memória ainda utilizada enquanto instrumento pedagógico? Tais questionamentos nos parecem um bom início de investigação para o caminho que devemos percorrer.

A memória como objeto de estudo das ciências sociais

Uma grande expansão ocorre também no domínio intelectual da memória. Podemos citar diversos campos do conhecimento que influenciaram diretamente essa expansão, tais como: a filosofia a partir dos estudos de Henri Bergson; a literatura e a nova “memória romanesca”; o surrealismo de André Breton que aproximava memória e sonho; e até mesmo na psicanálise, Freud “contribuiu, ao mesmo tempo que Bergson, para aprofundar o domínio da memória e para esclarecer, pelo menos no nível da memória individual, esta

censura da memória, Otão importante nas manifestações da memória coletiva;¹³ e principalmente as ciências sociais, que desenvolve interesse comum pelas questões da memória promovendo um importante discurso interdisciplinar.

Nesse contexto, nas ciências sociais se destacou o estudo de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva. Em “A Memória Coletiva”, livro póstumo publicado pela primeira vez em 1950, Halbwachs desenvolve importante estudo em que descreve o processo de construção das memórias sociais nos níveis individual e coletivo. O conceito de “coletivo” para Halbwachs está relacionado menos àquelas memórias partilhadas pelos indivíduos de uma determinada sociedade sobre acontecimentos que se inscreveram na história e formam, por exemplo, uma “memória nacional”, e mais pela característica específica de evocação ou construção das memórias, que para ele decorrem exclusivamente da interação social dos indivíduos.

Dessa forma, o processo de construção da memória está sempre vinculado à participação em um determinado grupo social, família, amigos da escola, do trabalho, colegas de partido, etc. Halbwachs chama atenção, nesse processo de construção da memória, para o fato de que em muitas situações a lembrança que carregamos sobre determinado acontecimento é tramada sob a lembrança de outras pessoas que também o relatam e, assim, “quando reconstituírem cada pedaço de sua imagem em meu espírito, essa composição artificial subitamente assuma figura de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança.”¹⁴ Assim, para Halbwachs, tanto a construção da memória como o fato de acessar determinada memória está relacionado ao contato contínuo (sentimento de pertencimento) com o grupo de pessoas ao qual essa memória se vincula. E, portanto, “é muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as idéias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo.”¹⁵ Assim como as memórias alheias acabam por

¹³ Ibidem, p, 466.

¹⁴ HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004, p.32.

¹⁵ Ibidem, p.64

integrar as nossas, Halbwachs acentua que, muitas vezes, pela sintonia de ideias vindas de jornais ou livros que lemos e que podem estar relacionadas a determinado grupo que pertencemos, acabamos por expressar tais ideias como se fossem nossas. Portanto, as influências exercidas (de forma desigual) pelos grupos aos quais pertencemos ao longo da vida explicariam os distintos modos de ver e as complexidades de sentimentos e gostos carregadas por cada indivíduo.

Como salienta Peter Burke, embora Halbwachs tenha sofrido severas críticas por historiadores como Marc Bloch, destacou-se por ser pioneiro no estudo da “estrutura social da memória” e sua terminologia “memória coletiva” tornou-se muito comum entre historiadores – em alguns casos preservando-se o conceito em outros reformulando – que passaram a considerar em suas pesquisas as memórias como produtos sociais e entre elas a memória histórica, que também se tornou alvo de revisitações.

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento de uma nova historiografia, a “história da história” redireciona seu olhar para acontecimentos anteriormente estudados pela história tradicional, que foram objetos da memória coletiva e, portanto, passível de manipulações tanto pela narrativa popular que se perpetuou como pela narrativa historiográfica que muitas vezes serviu para reforçar a memória coletiva. É um novo olhar histórico que busca essa memória “menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos, nas festas”.¹⁶

A partir das novas lentes sobre a memória “os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção”.¹⁷ Assim, os estudos históricos que envolvem a memória social¹⁸ segundo Peter Burke devem atender a duas perspectivas complementares: a

¹⁶ LE GOFF, op. cit., p. 473.

¹⁷ BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. *Variedades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.70.

¹⁸ Peter Burke afirma preferir a “memória social”, pois não apenas a memória enquanto objeto e fonte da história tem sido apresentada sob a perspectiva de um produto de grupos social, bem como a história, parte do ponto de vista de grupo social específico que “registra e recorda o passado” de um lugar definido. (BURKE, 2000, p.71).

memória como fonte histórica e a memória como fenômeno histórico. No primeiro caso, é fundamental elaborar uma “crítica de confiabilidade da reminiscência”, especialmente em se tratando de fontes orais, como salienta Burke é preciso “estar conscientes dos testemunhos e tradições orais embutidos em muitos registros históricos”;¹⁹ no segundo, deve-se levar em consideração o caráter seletivo da memória:

[...] identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade.²⁰

Assim, considerando a memória passível de manipulação (consciente ou inconsciente) por sua própria função de estruturação social, ao conferir elementos de coesão à vida de um indivíduo ou de um determinado grupo social, pode ela reinterpretar ou até mesmo esquecer fatos que poderiam confrontar seus ideais. Por outro lado, a memória também recebe influência das organizações sociais e dos diferentes meios utilizados na sua transmissão. Peter Burke elenca cinco deles: as *tradições orais*, onde se evidencia o caráter subjetivo na apresentação dos fatos e os aspectos simbólicos da narrativa; *relatos escritos*, em que pode existir a intencionalidade em formar a memória de outrem ou mesmo uma tentativa de convencimento sobre algo; *as imagens*, que muitas vezes foram intencionalmente construídas para criar a representação de alguém, também foram construídas para a transmissão de memórias; *as ações* (rituais/transmissão de aptidões), que “são reencarnações do passado, atos de memória, mas também tentativa de impor interpretações do passado, formar a memória e assim construir

¹⁹ BURKE, op. cit, p.72.

²⁰ Ibidem, p.73.

a identidade social”²¹e *o espaço*, que em muitas vezes foi manipulado de forma a provocar o esquecimento.

Em relação à transmissão de memórias cada veículo tem seu próprio dinamismo, mas segundo Peter Burke, um elemento, que ele denomina de “esquema”, pode ser associado a todos eles. O esquema está relacionado a uma tendência de “representar – e às vezes lembrar – um determinado fato ou uma pessoa em termos de outro”.²² Assim, quando essa tendência de representação é constantemente exercida em determinados personagens de conhecimento público (vivo ou morto), o personagem pode ser tomado por um tamanho maior que o natural, recebendo muitas vezes qualidades que sequer existiram e/ou transformando a memória de sua existência em uma narrativa mítica, atribuindo às ações ou a personalidade características de herói ou vilão.

Esse processo de mitificação de determinado personagem tem como elemento explicativo central para Peter Burke o “enquadramento” em determinado estereótipo que age sobre a imaginação das pessoas que propagam (a princípio oralmente) essas histórias e, “ao longo dessa circulação oral, entram em atividade os mecanismos comuns de distorção estudados por psicólogos sociais, como ‘nivelamento’ e ‘aguçamento’”.²³

O processo de enquadramento da memória, para Michael Pollak, se deve ao esforço em “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”.²⁴ Esse trabalho de enquadramento, todavia, obedece a um “imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência”.²⁵ O trabalho de enquadramento da memória se ancora no aparato fornecido pela história, que é reinterpretado a partir de associações a outras

²¹ Ibidem, p.75.

²² Ibidem, p.77.

²³ Ibidem, p.79.

²⁴ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989, p.9.

²⁵ Loc. cit.

referências que colaborem para manter ou modificar as fronteiras sociais em função de combates presentes e futuros. Michael Pollak salienta que, em se tratando da reinterpretação política do passado, o imperativo de justificação limita a falsificação simplesmente, pois existe “uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos”.²⁶

Para pensar a construção desses mitos através da mídia é fundamental levar em conta a função e os usos da memória social. Entre os usos poderíamos citar “a importância do costume e precedente, a legitimação sobre a justificação de ações no presente com referência no passado, o lugar da memória de testemunhos de julgamentos, o conceito de tempo imemorial.”²⁷ Assim também como o discurso mítico, especialmente aqueles de heroificação, pois, além de ações do próprio sujeito que corroborem ao processo de heroificação, há também causalidades como em caso de governantes cujos sucessores enfrentem problemas de diversas ordens. Nesse caso, o momento de dificuldade faz com que a memória do povo traga de forma nostálgica o governante anterior. Em contextos semelhantes ao exemplo “o apelo às memórias desse tipo é um dos principais recursos ideológicos dos rebeldes”.²⁸

Ocorre também que alguns desses mitos são utilizados para legitimar o tempo presente a partir da eliminação da diferença com um tempo passado, como se o fim desejado na ação que ocasionou a criação do mito fosse os resultados encontrados no presente. Um exemplo seria a história de Lutero e a criação da igreja protestante. Peter Burke adverte que a escrita e a imprensa dificilmente tem força suficiente para derrubar um mito, mas contribui para preservar “registros do passado incompatíveis com os mitos” e que “escrevê-los e imprimi-los, portanto, ajuda a resistência da memória à manipulação.”²⁹

²⁶ Loc. cit.

²⁷ BURKE, op. cit., p.81.

²⁸ Loc. cit.

²⁹ Ibidem, p.88

Nos usos da memória existe também o fator cultural porque algumas sociedades conferem maior importância que outras à lembrança do passado; há outras que, em alguns aspectos ou certas circunstâncias preferem esquecê-lo. Essas diferentes posturas podem estar relacionadas à própria memória que se perpetua, geralmente a dos vencedores (que naturalmente omite as demais memórias), em oposição à dos vencidos (que está condenado a remoer suas memórias silenciadas), ou ainda, pode explicar-se pela confirmação ou mesmo busca de uma identidade através da memória social e dos mitos construídos por ela.

Essas explicações nos levam a perceber a presença de um importante fator quando discutimos a função da memória: a existência de conflitos entre grupos sociais pela memória que deve prevalecer em relação a determinado acontecimento, ou seja, as disputas pela memória. Assim:

em vista da multiplicidade de identidades sociais, e da coexistência de memórias concorrentes, as memórias alternativas (memórias de família, locais, nacionais, e assim por diante), é proveitoso pensar em termos pluralistas sobre os usos das memórias por diferentes grupos sociais, que talvez também tenham diferentes visões do que é importante ou "digno de memória."³⁰

Michael Pollak também aponta a existência de conflitos entre memórias concorrentes e acentua o caráter opressor da memória coletiva nacional em relação às memórias das culturas minoritárias depositária das memórias subterrâneas. A esse respeito Peter Burke chama atenção para o que ele denomina de “amnésia social”, que seria uma “censura oficial” de acontecimentos específicos do passado que poderiam perturbar a coesão social. Todo esse empenho, no entanto, não impede que as memórias subterrâneas, normalmente memórias originadas de traumas e marginalizadas pela história

³⁰ Ibidem, p.84

oficial permaneçam vivas, pois “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.³¹ A resistência, portanto, está na manutenção e transmissão da memória, oralmente ou em estruturas de comunicação informal, através das redes de sociabilidades dos sujeitos históricos envolvidos.

Da mesma forma que alguns acontecimentos inconvenientes do passado podem ser suprimidos da memória social por determinado tempo e resgatados em momentos de crise, outros podem ser preservados ou mesmo enaltecidos, como um suporte da memória. Esses memorandos do passado, que Pierre Nora denomina de “lugares de memória”, configuram-se refúgios de uma memória que verdadeiramente não existe mais e por isso deve ser lembrada a partir desses “lugares”.

A expressão “lugares de memória” cunhada por Nora comporta três acepções distintas, embora não excludentes:

Material por seu conteúdo demográfico; *funcional* por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas *simbólica* por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou.³²

Um importante conceito para entender o que seriam os “lugares de memória” para Nora é o da *aceleração do tempo*, que segundo ele trata-se de uma “oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa desaparecida – uma ruptura de equilíbrio”.³³

³¹ POLLAK, op. cit., p.5.

³² NORA, op. cit., p.22.

³³ Ibidem, p.7.

Para Nora a memória se “cristaliza”, se “refugia” em lugares devido a um momento particular de consciência da ruptura com o passado: existem esses lugares de memória, pois já não existem mais meios de memória. A aceleração, portanto, revela a distância entre a memória verdadeira, que seria aquela memória ritualizada, transmitida de geração em geração na prática cotidiana, da memória-história “ditatorial de si mesma, organizadora, toda-poderosa, espontaneamente atualizadora” das sociedades contemporâneas. O objetivo de Pierre Nora é, portanto, contrapor os usos da memória entre as sociedades passadas, em que a memória tinha um sentido informal, naturalizado nas ações cotidianas, em relação às sociedades atuais, em que a memória ganhou formalidade a partir de sua apropriação pela ciência histórica.

Acerca dessa apropriação ou complexa relação entre história e memória, alguns historiadores vêm problematizando a necessidade de se construir um estudo mais aprofundado em que se considere “categorias e conteúdos da memória definidos ‘fora’ do campo de investigação historiográfico”³⁴ como, por exemplo, a filosofia e a literatura. Jacy Alves Seixas salienta que o grande problema está no fato de que a historiografia a partir dos anos 1980, ao ter tomado consciência da relação de oposição entre história e memória, colocou a “*história* como senhora da memória, *produtora de memórias*”³⁵ sem abandonar a tradição aristotélica que entende a memória enquanto sua função cognitiva de “*conhecimento do passado*”.

A historiografia contemporânea recorre, sobretudo, às reflexões do sociólogo Halbwachs ao voltar-se para a questão da memória. Segundo Seixas é a oposição entre memória individual e memória coletiva estabelecida por Halbswach que influencia os historiadores na elaboração da divisão e oposição entre história e memória, especialmente Pierre Nora quando afirma que:

³⁴SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia. Memória e (re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p.38.

³⁵ Ibidem, p.39.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suceptível de latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...] operação intelectual e laicizante, demanda análise e exercício crítico.³⁶

Para Benito Schmidt o pensamento do historiador Michel Pollak, mesmo questionando a memória coletiva, tal como posta por Halbwachs, aproxima-se da matriz teórica no pensamento sociológico-cientificista-nomotética³⁷ ao “explicitar os atores e os processos que, racionalmente, configuram – enquadram – as memórias coletivas”³⁸. Dessa forma encontramos em Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michel Pollak, mesmo que em tonalidades diferentes, uma distinção marcada entre história e memória. Em oposição a esses intelectuais estariam aqueles que partilham da matriz teórica fenomenológico-hermenêutica-compreensiva³⁹, entre os quais o autor destaca Henri Bergson e Paul Ricoeur.

A historiografia anglo-saxônica contemporânea vem apontando para enfoques que criticam a oposição halbwachsiana entre memória coletiva e história e, buscam imprimir maior autonomia à memória, contudo, na tentativa de recompatibilizar memória e história, “a temática da memória é aproximada em

³⁶ NORA, op. cit., p.09.

³⁷ Paradigma que entende que ao estudo da sociedade deve-se aplicar os mesmos princípios epistemológicos e metodológicos que aplicados ao estudo da natureza. Ver mais em: SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. Estudos Avançados, São Paulo, USP, v. 2, n. 2, maio/ago. 1988, p. 48.

³⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. *Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, V.XXXII, Junho de 2006, p.95.

³⁹ Paradigma que entende que devido às especificidades do ser humano e sua evidente polarização em relação a natureza reivindica para as ciências sociais um estatuto epistemológico e metodológico próprio. Ver mais em: SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. Estudos Avançados, São Paulo, USP, v. 2, n. 2, maio/ago. 1988, p. 48.

demasia da noção de história” e “acaba por aplicar aos procedimentos da memória, aqueles que reconhecemos de longa data como historiográficos”⁴⁰.

Apesar da cientificidade tornar complexa a relação entre História e memória, a demarcação de um posicionamento se faz necessária. As diferentes compreensões apresentadas anteriormente são defendidas por grandes estudiosos do tema, o que aparentemente coloca aqueles que ousam mergulhar nessas águas em uma situação complicada. Acredito, honestamente, que as duas correntes possam encontrar aplicabilidade, mas, diante do objeto e objetivo da pesquisa apenas uma se faz plausível.

Entendemos que o discurso apresentado nas páginas da *Revista do Clube Militar* é profundamente memorialístico, não podendo ser confundido com o discurso historiográfico, pois o material presente na revista, salvo raríssimas exceções, não demonstra rigor metodológico em sua análise, ou sequer são citadas fontes. Talvez o elemento mais marcante dessa distinção seja a pretensão do discurso em portar uma verdade inquestionável, característica que não pertence à História. Entendemos o discurso apresentado na *RCM*⁴¹ como uma manifestação da memória histórica dos membros dessa instituição, principalmente em função da carga afetiva existente nele.

As especificidades da memória preservada na *Revista do Clube Militar*

É fundamental destacar que a memória corrente nas páginas da *Revista do Clube Militar: a casa da república*, sobre a qual este estudo se debruça, diz respeito a um grupo específico da sociedade e que mesmo a *revista* definindo-se enquanto porta-voz desse grupo não corresponde ao pensamento da totalidade de seus membros. Entretanto, o posicionamento apresentado na revista é

⁴⁰ SEIXAS, op. cit., p.41.

⁴¹ Usaremos no decorrer do trabalho a abreviação *RCM* para *Revista do Clube Militar*.

importante, pois revela a existência de um conflito entre grupos sociais sobre a memória de um período da história brasileira que por ser muito recente e ainda obscuro sob alguns aspectos, permeia o imaginário da população brasileira revelando-se em momentos de crise política e social.

Um ponto que merece ser destacado é de que o conteúdo apresentado pelo Clube Militar em sua *revista* não se pretende memorialístico somente, mas assume forma de conhecimento histórico cientificamente construído. Os artigos publicados, sob o respaldo de autores do meio acadêmico ou não, apresentam um ponto de vista claramente pautado em uma forma singular de ver a história desse período e a sociedade como um todo. Dessa forma, o conceito de “memória social” de Peter Burke, é fundamental para compreender os interesses não somente na preservação e propagação dessa versão da história recente do Brasil, como também os recursos utilizados em sua trama que permitem o seu acolhimento enquanto história por parte da sociedade brasileira, sobretudo a partir de sua ideia de “esquema”.

A memória formulada e apresentada na *Revista do Clube Militar* também pode ser explicada a partir da concepção de enquadramento de memória elaborada por Michael Pollak. Não sendo o grupo social considerado “vencido” no processo histórico que se instalou entre 1964 a 1985, sua memória foi marginalizada pela história oficial por razões que serão evidenciadas no próximo capítulo. Contudo, enquanto memória marginalizada ou subterrânea, como anteriormente mencionado, organiza-se a partir de esquemas que se justificam em uma forma de ver a história e a sociedade e que confere ares de legitimidade à sua memória e também uma identidade social ao grupo.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo principal apresentar os mecanismos de construção, preservação e propagação da memória das Forças Armadas expressa na *Revista do Clube Militar*, pensando esse processo de construção a partir de esquemas que apresentam os seus protagonistas enquanto heróis ou vilões, constituindo-se em mitos políticos que vão além do próprio

imaginário e que se fundamentam em ideias específicas que serão abordadas no decorrer do trabalho. A *Revista do Clube Militar*, nesse sentido, cumpre a função de preservação e propagação dessa memória, sendo possível assim entendê-la como um “lugar de memória” materializado, que possui a função específica de resguardar uma identidade social e, portanto, também é simbólica.

Embora a aplicação do conceito de Pierre Nora ao objeto deste trabalho seja possível, é fundamental deixar claro que o mesmo foi construído em um tempo-espaço histórico muito específico. Nora, em entrevista concedida à historiadora Ana Paula Fonseca Brefe, publicada pela Revista História Social, em 1999, assinala que a década de 1970 foi marcada por uma série de acontecimentos que mudaram o olhar dos franceses sobre sua própria nação. A França, que foi historicamente construída como uma grande potência, no novo contexto europeu e mundial apresenta-se apenas como uma potência mediana. É a esse novo olhar dos franceses que Nora atribui o fenômeno de revalorização do passado nacional e, “uma espécie de aumento progressivo do culto do patrimônio”.⁴²

Sobre a aplicação da noção de “lugares de memória” a outros objetos em outros contextos, o autor sinaliza que após um período de objeção passou a acreditar na possibilidade diante de acontecimentos históricos semelhantes. O historiador Benito Schmidt, contudo, adverte que é preciso ter atenção ao “uso irrefletido da categoria, que desconsidera suas possibilidades e limites”⁴³.

A partir das considerações feitas acima entendemos que a noção de “lugar de memória” não oferece respostas ao objetivo dessa pesquisa, uma vez que Nora remete a esses lugares a função principal de lembrar: “a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial”.⁴⁴ Para compreender a dinâmica da construção dessa

⁴² BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o Historiador da Memória (entrevista). História Social. Campinas, 1999, p. 13-33.

⁴³ SCHMIDT, op. cit., p.86.

⁴⁴ NORA, op. cit., p.23.

memória, é preciso entender além das suas necessidades de preservação, mas também os interesses dos grupos que a preservam, os mecanismos de seleção do que é preservado, a linguagem ou meios utilizados, enfim, mais a capacidade de manipulação da memória em função de seu uso do que a concretude de sua preservação em “lugares de memória”.

Como já mencionado, a memória sobre o Golpe de 1964 e o período de governo militar (1964-1985) apresentada nas páginas da *Revista do Clube Militar* orienta-se de acordo com uma visão de mundo muito particular, que pode ser identificada a partir de elementos presentes no discurso de legitimação das ações desferidas pelas Forças Armadas no período referido, assim como em uma série de outros artigos sobre política e economia do tempo presente, que em suas palavras se configuram como “assuntos de alta relevância nacional”. Assim, torna-se imprescindível discorrer sobre os elementos essenciais que envolvem essa forma de pensar e conceber o mundo.

Conservadorismo

A organização política de uma sociedade segue uma dinâmica própria que, a partir do fim dos regimes absolutistas, se caracteriza tanto pela alternância de seus representantes – por voto direto ou indireto, conhecendo períodos de autoritarismo, mas sempre existindo uma consciência democrática, como pela multiplicidade de ideias políticas, convergentes ou divergentes, em concorrência entre si.

Embora haja uma multiplicidade de ideias ou doutrinas políticas, alguns elementos ou princípios basilares possibilitam a distinção entre elas e tendem a dividi-las em díades. Assim, a visão dicotômica de compreensão do universo (dia e noite, céu e terra, luz e trevas, guerra e paz) é transferida para a esfera do político. Nesse passo poderíamos nos indagar se em determinada sociedade essa

concorrência entre ideias políticas se refletem no conjunto de ações políticas empregadas pelos governos, ou se, no caso de não refletir, seriam as reações advindas da sociedade que acentuariam a existência dessa concorrência?

O que proponho aqui é o exercício de pensar a influência real que a compreensão do político (ou as compreensões) por uma sociedade exerce nas formas de governo empregadas. A razão é muito simples e vincula-se aos elementos presentes no discurso de legitimação do golpe de 1964 e da ditadura militar corrente na “memória” militar sobre tais acontecimentos. Esses elementos, que serão analisados nos capítulos subsequentes, possuem um núcleo comum que faz com que possam ser relacionados a uma forma de pensar historicamente construída, com a qual o discurso presente na *revista* se identifica.

Dessa forma, é fundamental para o estudo proposto a delimitação do conceito de conservadorismo, de modo que propicie uma releitura dos acontecimentos que marcaram os últimos cinquenta anos da política nacional a partir das convicções que regem ou legitimam as ações políticas, buscando entender como esses pensamentos transitam em momentos históricos distintos de um país, como a mudança de um governo ditatorial para um governo democrático.

Na persecução desse objetivo é importante salientar que o pensamento conservador se apresenta com características de amálgama, amoldando-se por assim dizer à dinâmica do movimento político eleito, não sendo possível compreendê-lo senão em sua posição frente à corrente de pensamento que se lhe opõe. Adverte-nos Karl Mannheim: “tudo o que se pode fazer é apresentar claramente os dois modos de pensamento, os dois modos de apresentar o problema”.⁴⁵

Assim, a partir do exame de alguns estudos dessa temática, precisamente as que se encontram expressas no pensamento de Norberto Bobbio

⁴⁵MANNHEIM, K. “O significado do conservantismo”. In: FORACCHI, M. (org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p.136.

e de Karl Mannheim, buscaremos caracterizar a “intenção básica”, que emerge dos princípios que conduzem as ações conservadoras em contraposição às ações progressistas. Para tanto, será percorrido o seguinte caminho: primeiramente, é importante fixar o momento histórico em que essa determinada forma de ver o mundo se torna uma corrente de pensamento intelectualmente sistematizada, para então encontrar uma definição conceitual de conservadorismo a partir de seus elementos fundamentais ou “intenção básica”; por fim, buscar compreender seu *modus operandi*, ou como essa corrente de pensamento se insere no contexto político atual.

Primeiramente, é fundamental destacar que o conservadorismo só pode ser compreendido como uma reação a movimentos progressistas que surgem em contextos históricos específicos e, portanto, são movimentos dinâmicos e interdependentes.

As circunstâncias que favoreceram o surgimento dessas ideias enquanto correntes de pensamento intelectualmente formuladas, segundo Norberto Bobbio, situam-se no processo de laicização do pensamento político europeu que “transformou a ação política em instrumento libertador do homem”.⁴⁶ Surge então em reação ao caráter estático do pensamento cristão ou mesmo da política clássica, nos quais o fim último do homem era ultraterreno, de forma que o sentido da vida era apenas uma adequação individual aos “imperativos impostos por tal fim”.

Segundo Karl Mannheim, o contexto histórico particular que oferece a oportunidade do surgimento da corrente progressista e, reativamente, o desenvolvimento do pensamento tradicionalista para uma forma concreta e verificável historicamente (o conservadorismo) está na formação dos Estados modernos e, mais especificamente, nos seguintes problemas estruturais: o estabelecimento da unidade nacional, a participação do povo no governo do país,

⁴⁶ BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política; Trad. Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p.243.

a incorporação do Estado em uma ordem econômica mundial e questões sociais.⁴⁷ Embora a formação dos estados nacionais seja o contexto em que essa corrente de pensamento ganha forma, é na dinâmica do corpo social que Mannheim destaca as condições favoráveis para o surgimento do conservadorismo. Para ele, é preciso primeiro que “as forças histórico-sociais deixe de ser estática e se torne um processo dinâmico de mudança orientada”,⁴⁸ e que esse processo de mudança esteja relacionado ao surgimento de uma crescente diferenciação social oriunda de uma divergência nas próprias formas de pensamento, nos quais uns apresentam tendência de desenvolvimento enquanto outras de imobilização, e que essas tendências se manifestem essencialmente no campo da política.

Os elementos apontados pelos autores citados têm seu princípio com a concepção do pensamento iluminista em que a razão (do homem) se sobrepunha aos valores transcendentais (de Deus), mas é com o estopim da Revolução Francesa que os princípios iluministas ganham materialidade social e política. Embora muitas das ideias e princípios da Revolução Francesa tenham se consolidado como exemplos valiosos, tornando-se modelos para diversos países ocidentais – como a carta dos direitos do homem, os conceitos de cidadão e nacionalismo – o rompimento com a tradição que essas ideias traziam provocaram reações adversas (cultural e política) em parte da sociedade francesa e europeia que, sob vários aspectos, se beneficiavam dos regimes absolutistas, como intelectuais e políticos aristocratas.

De tal sorte, o pensamento conservador se origina como reação a uma série de mudanças políticas, religiosas e sociais decorrentes da Revolução Francesa. Devido ao reconhecimento da prática do protestantismo e do judaísmo, a partir da Revolução Francesa a Igreja Católica perde prestígio e força simbólica junto ao poder temporal, cumulando com perdas materiais importantes decorrentes do confisco de seus bens pelo Estado. Da mesma forma e ainda

⁴⁷ MANNHEIM, op. cit., 113.

⁴⁸ Ibidem, p.114.

decorrentes desse movimento revolucionário, o estabelecimento das liberdades individuais, a defesa de direitos à livre iniciativa, à concorrência e à igualdade civil propiciaram o início do fim das diferenças sociais, transformando de forma integral a sociedade francesa.

Karl Mannheim considera a existência de dois tipos de conservantismo, um como sendo um fenômeno universal ou natural, que denomina tradicionalismo, e um segundo caso decorrente de fatores históricos e sociais específicos, que denomina conservantismo moderno, ou simplesmente conservantismo.

Enquanto o tradicionalismo pode ser considerado uma inclinação a modos antigos de vida ou mesmo medo de mudança, a ação tradicionalista é de certo modo previsível, ao contrário da ação conservadora que é sempre dependente de circunstâncias concretas. É preciso, portanto, conhecer o contexto histórico específico de determinada sociedade para prever ou mesmo compreender as ações conservadoras, especialmente no cenário político. Desse modo, Mannheim chama a atenção ao caráter objetivo⁴⁹ do conceito, anotando que tal característica corresponde, não a uma objetividade platônica de preexistência de ideias, mas a “uma estrutura mental objetiva, em oposição à subjetividade do indivíduo isolado”.⁵⁰ Isso porque o conservantismo surge ou se apresenta a partir de situações históricas concretas, estando o indivíduo consciente ou não de sua ação conservadora, ao tomá-la ele se insere em um movimento que é anterior a ele e assim torna-se parte de seu desenvolvimento. Nesse sentido, Mannheim define “estrutura mental objetiva” como sendo:

Uma aglomeração peculiar de elementos espirituais e intelectuais que não podem ser considerados como

⁴⁹ De acordo com Karl Mannheim “um conteúdo pode ser objetivo no sentido de que existe à parte da experiência *hic et nunc* do indivíduo – como algo intencionado por ele – sem necessariamente ser um conteúdo atemporal. Uma estrutura pode ser objetiva – pode transcender o indivíduo envolvido temporariamente no fluxo da experiência dela – e, no entanto, pode, ao mesmo tempo, ter uma validade restrita, sujeita a mudança histórica, e refletir apenas o desenvolvimento da sociedade particular na qual se encontra. (MANNHEIM, 1982, p.109)

⁵⁰ Ibidem, p.109.

completamente independentes dos indivíduos que são seus portadores, pois sua produção, reprodução e ulterior desenvolvimento dependem inteiramente do destino e desenvolvimento espontâneo desses indivíduos.⁵¹

Mannheim, dessa forma, desenvolve um conceito para compreender a objetividade presente no conservantismo. Segundo ele, o conservantismo se insere em uma “configuração histórica e dinâmica” onde se é possível identificar uma “intenção base” que, assim como o próprio conservantismo, “também surgiu no curso da história estreitamente vinculada ao destino dos seres humanos vivos e concretos”.⁵²

Deste modo o conceito de Karl Mannheim – “configuração estrutural objetiva e dinâmica, historicamente desenvolvida” – contribui para pensarmos o conjunto de ideias em que se apoiam os artigos publicados na *Revista do Clube Militar*, não apenas para legitimar ou justificar os acontecimentos de 1964 a 1985 como também para fundamentar uma série de opiniões políticas que se fortalecem à medida em que começam a surgir debates entre a sociedade civil e o governo sobre a adoção de políticas públicas que tenham inclinações progressistas, ou ainda como forma de desautorizar alguma postura assumida por governo civil que confronte seus interesses.

A compreensão de Mannheim sobre como as pessoas experienciam ou agem de modo conservador também é relevante ao estudo aqui proposto, ao ressaltar que essa experiência só é possível na medida em que as pessoas,

se incorporam a uma das fases do desenvolvimento dessa estrutura mental objetiva (usualmente a fase contemporânea) e se comportam nos termos da estrutura, ou simplesmente reproduzindo-a em parte, ou desenvolvendo-a mais através de sua adaptação a uma situação concreta particular.⁵³

⁵¹ Loc. cit.

⁵² Ibidem, p.110.

⁵³ Ibidem, p.111.

A respeito dessa “intenção base”, três aspectos da forma de pensamento conservador que se opõe ao pensamento progressistas são fundamentais para se esboçar uma caracterização do pensamento conservador.

Primeiramente, em oposição ao pensamento progressista que “alimenta-se do potencial e do possível” e, portanto, encontra-se no plano do abstrato, o pensamento conservador “agarra-se ao imediato, ao real, ao concreto”. A distinção entre concreto e abstrato, enquanto modo de elaborar o pensamento conservador e o progressista é fundamental, pois é a partir dessa concepção que se explica a relação que ambos os pensamentos e, conseqüentemente, os movimentos que os professam tem com o sistema político, em especial quanto às estruturas.

Enquanto o pensamento progressista tende a ver um sistema como um todo e assim seus projetos reformistas tendem a considerar a estrutura existente como empecilho para suas realizações, o pensamento conservador não vê problema nas estruturas, agindo em questões pontuais do sistema ou fazendo “melhoramentos”. O movimento conservador age de forma a reestruturar o sistema em sua totalidade apenas em caso de necessidade de neutralizar uma ameaça progressista, como por exemplo, a formação de estados totalitários na Europa do século XX como freio ao avanço espacial e ideológico da União Soviética.

Trazendo para um plano mais contemporâneo e geograficamente mais próximo, podemos observar que o governo militar instaurado no Brasil entre 1964 e 1985 sustentou-se em emendas constitucionais que em sua maioria apenas legalizavam os governos militares com reformas no sistema eleitoral, não constituindo grandes reformas na estrutura de governo ou no sistema tripartite (jurídico, legislativo e executivo) de poder, vigente no Brasil desde a implantação da República. Pode-se dessa maneira afirmar, a partir do discurso existente nos artigos da revista, bem como nas ações implementadas durante a ditadura militar, que o pensamento das Forças Armadas se expressa em termos *concretos*.

O segundo aspecto fundamental de acordo com Mannheim, diz respeito aos diferentes tipos de pensamento e modos de experiência sobre o conceito de *liberdade e igualdade*.

É muito comum tomarmos o pensamento conservador ou a “direita”, baluarte desses ideais, simplesmente em oposição aos ideais socialistas, mas é preciso considerar que o contexto em que o pensamento conservador se formou é o da Revolução Francesa, e, nesse momento, a corrente progressista com a qual se defronta é o liberalismo revolucionário. Assim, a liberdade no aspecto econômico era a libertação de vínculos “medievais” com o Estado e a guilda; já em relação à política, pensava-se a liberdade como um direito de ação ou mesmo “o direito ao exercício irrestrito dos inalienáveis Direitos do Homem”.⁵⁴ De acordo com esse pensamento, um homem só perde seu direito à liberdade caso fira o direito à liberdade de outrem, vinculando deste modo o princípio de igualdade ao de liberdade, pois, somente podemos alcançar a amplitude do funcionamento de tais direitos se compreendermos que um se encontra contido no outro em idênticas proporções.

O grande obstáculo a tal compreensão está na deturpação da concepção liberal de igualdade pelos conservadores, que a interpretam como igualdade total, diante de todos os aspectos da vida. Na concepção de igualdade dos contrarrevolucionários conservadores os homens “são essencialmente desiguais, tanto em seus talentos e habilidades quanto na própria essência de seus seres”,⁵⁵ ideia que se opõe ao pensamento liberal revolucionário que entende o princípio de igualdade como universal ou “pelo menos, ao da igualdade de oportunidades entre os homens e não concebe qualquer limite à liberdade de um indivíduo exceto aqueles colocados pela existência de outros homens”.⁵⁶

Diante de tão importante controvérsia a solução encontrada pelos conservadores foi restringir a liberdade como uma questão de foro subjetivo e

⁵⁴ Ibidem, p.120.

⁵⁵ Ibidem, p.121.

⁵⁶ Loc. cit.

privado dos indivíduos, enquanto as outras relações estabelecidas socialmente “foram subordinadas ao princípio da ordem e disciplina”.⁵⁷

Desenvolvendo o pensamento de três intelectuais conservadores, a saber, Stahl, Hegel e A. Müller, Mannheim alcança a conclusão de que as soluções teoricamente desenvolvidas para resolver a questão do princípio de liberdade apresentam uma mesma tendência fundamental, que seria um “impulso em direção ao ‘concreto’ e ao ‘qualitativo’”.⁵⁸ Embora não sejam expressões que definem todo o pensamento conservador elas exprimem uma intenção básica subjacente ao seu princípio fundamental, ou seja, “o retorno a um modo de vida anterior”.

Um terceiro contraste na intenção básica do pensamento conservador com o pensamento progressista para Mannheim está na forma como veem o real, pois enquanto

o pensamento progressista não apenas vê o real em termos de suas potencialidades, mas também em termos da norma; o pensamento conservador, por outro lado, tenta ver o real como produto de fatores reais; e também tenta compreender a norma em termos do real.⁵⁹

Essa discussão nos interessa, pois toca em uma questão central da interpretação do tempo e da história entre progressistas e conservadores. Enquanto o pensamento conservador entende o real como uma fatalidade, algo que simplesmente existe e para compreendê-lo é preciso sempre situá-lo em um contexto mais amplo, ou seja, situá-lo no tempo de forma que sua existência se vincule a sua trajetória temporal, o que “está por trás”. Os progressistas, por outro lado, entendem a realidade em termos de suas possibilidades, como algo que está “acima ou além de si mesmo”, portanto, se voltam para o futuro. Assim,

⁵⁷ Ibidem, 122.

⁵⁸ Ibidem, p.123

⁵⁹ Ibidem, p.125.

Mannheim descreve que “enquanto o progressista usa o futuro para interpretar as coisas, o conservador usa o passado; o progressista pensa em termos de *normas*, o conservador em termos de *germes*”.⁶⁰

Assim o autor salienta que essa ideia de que “o passado está por trás” pode ser interpretada de duas formas pelos conservadores. Primeiro, como uma fase evolucionária antecedente, dando sentido às outras coisas na medida em que elas se tornam parte de seu ciclo de desenvolvimento; segundo, o real ou tudo o que existe historicamente tem sentido, provém de um impulso fundamental comum, como uma “tendência básica de crescimento espiritual e mental”.⁶¹

Essa compreensão do real, tanto por conservadores quanto por progressistas, diz muito sobre suas formas de interpretar o desenvolvimento social. Assim, enquanto um conservador tende a situar as coisas em um todo que é “intuitivamente alcançado”, os progressistas veem de modo estrutural. Além da forma como situam o desenvolvimento social em relação ao “todo”, também suas formas de experienciarem o tempo ou mesmo suas concepções sobre a história são bem peculiares. Deste modo, enquanto o presente é tido como o começo do futuro para o progressista, o conservador o vê apenas como o marco limite do passado. Em síntese:

o pensamento conservador se concentra no passado à medida que este sobrevive no presente; o pensamento burguês, essencialmente devotado ao presente, revigora-se com o que é novo atualmente, e o pensamento proletário tenta perceber os elementos do futuro que já existem no presente, concentrando-se sobre aqueles fatores do presente nos quais pode-se reconhecer os germes de uma sociedade futura.⁶²

Das considerações de Karl Mannheim acerca do pensamento conservador, o traço mais interessante para o desenvolvimento do presente trabalho é, sobretudo, sua característica dinâmica. A análise proposta se

⁶⁰ Ibidem, p.127.

⁶¹ Loc. cit.

⁶² Ibidem, p.130.

concentra no que podemos identificar enquanto princípios básicos que ordenam o pensamento e o discurso das Forças Armadas, presente nos artigos que versam sobre o Golpe de 1964 e o período de ditadura militar nas páginas da *Revista do Clube Militar*. A perpetuidade dessas ideias em outros temas contemplados pela *Revista* e em outro contexto histórico é também objeto deste estudo.

Sobre a dinâmica do pensamento conservador é importante destacar que se “ver genuinamente as coisas para um conservador é, então, experienciar os acontecimentos em termos de uma atitude derivada de circunstâncias e situações ancoradas no passado”,⁶³ enquanto que a sociedade moderna lança uma demanda de transformação ao pensamento conservador. Dessa forma, para que esse possa coexistir, de “forma que a autêntica experiência conservadora tende a desaparecer”⁶⁴ foi necessário uma “reflexão consciente”, ou seja, a partir da compreensão de que para manter-se era preciso adaptar-se aos elementos sociais produzidos em cada estágio de seu desenvolvimento. É a essa atitude, que Mannheim chama “reflexão consciente” ou “recordação deliberada” e a atribui à perpetuação do pensamento conservador. Essa capacidade de perpetuação a partir de sua constante readequação também é trabalhada por Norberto Bobbio, que a partir do questionamento quanto às terminologias “direita” e “esquerda” ainda terem espaço no cenário político atual, percorre o caminho de formação do pensamento que denomina as duas correntes e de sua inserção no campo político, especialmente no tempo presente.

O pensamento conservador no contexto contemporâneo

Antes de tudo é preciso demarcar que, a partir de agora, a dupla “conservadorismo-progressismo” é substituída pela sua equivalente “direita e esquerda”, a mudança terminológica ocorre, sobretudo pelo deslocamento

⁶³ Ibidem, p.131.

⁶⁴ Ibidem, p.132.

temporal na análise de Norberto Bobbio, que está interessando na validade dos termos para descrever o cenário político contemporâneo, usando como referência o contexto político vigente na Itália.

Assim como Mannheim, Bobbio também percorre um caminho em busca de critérios que possibilitem uma distinção entre as duas correntes de pensamento. Para tanto ele analisa alguns estudos precedentes sobre o tema. Entre os autores examinados estão: Jean Laponce, Dino Cofrancesco, Elisabeta Galeotti e Marco Revelli, que divergem significativamente em suas definições, porém, o tema da contraposição é recorrente em todos. As variações do conceito de esquerda, por exemplo, são “contraposições ao princípio de igualdade, entendido ora como princípio inigualitário ora como hierárquico ou autoritário”⁶⁵ Por essa razão é de profunda relevância a distinção da díade “reorganizar os critérios derivados ‘do valor fixo da igualdade’ ou do ‘caráter crucial da igualdade como valor’”.⁶⁶

Uma vez concluído que o critério mais viável e amplamente aceito entre os estudiosos para distinguir direita e esquerda é “a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade”⁶⁷ é preciso entender como esse processo de identificação ocorre. Dessa forma, de acordo com Bobbio existem três perguntas fundamentais a serem respondidas, que seriam: “igualdade sim, mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?”.⁶⁸ A partir dessas observações é possível identificar doutrinas mais ou menos igualitárias, pois elas variam entre “a maior ou menor extensão dos sujeitos interessados, a maior ou menor quantidade e valor dos bens a distribuir e o critério adotado para distribuir tais bens a um certo grupo de pessoas”.⁶⁹

⁶⁵ BOBBIO, op. cit., p.110.

⁶⁶ Loc. cit.

⁶⁷ Ibidem, p.111.

⁶⁸ Ibidem, p.112.

⁶⁹ Ibidem, p.115.

Uma importante distinção a ser feita é sobre o ideal de igualdade e o princípio igualitarista, confusão muito comum e constantemente responsável por interpretações equivocadas sobre os fins que se têm almejado tanto os movimentos de direita quanto os de esquerda. É relevante destacar que o desejo de igualdade expresso pela esquerda não significa “que todos os homens devem ser iguais em tudo, independentemente de qualquer critério discriminador”.⁷⁰

Da mesma forma podemos compreender o sentimento ou a forma de aceitar as desigualdades. Bobbio adverte que “quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas” (BOBBIO, 2001, p.119). Entender a postura que os homens adotam em relação às desigualdades, sociais ou naturais, vai além da aplicação de critérios de repartição. Para Bobbio, trata-se de uma postura de fundo emotivo, uma predisposição que encontra sua origem na família, na cultura e nas relações sociais. Assim:

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das convicções que os indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis.⁷¹

Para Bobbio, portanto, está na tendência em exaltar o que os homens têm de iguais assim como ser favorável às políticas que tem por objetivos torná-los menos desiguais, a forma de identificar as doutrinas e movimentos de esquerda. Essa distinção entre direita e esquerda, tendo por referência a posição que cada indivíduo toma em relação à igualdade ou desigualdade, é fundamental para definir o discurso ou a postura assumida pelo Clube Militar como de direita, sendo recorrente nos discursos a exaltação das desigualdades naturais e a

⁷⁰ Loc. cit.

⁷¹ Ibidem, p.121.

condenação de políticas que buscam igualdade social, como maior exemplo o posicionamento em relação ao Movimento dos Sem Terra (MST).

A tese proposta por Bobbio até então, de definir a direita e esquerda com base nos critérios de igualdade e desigualdade, deve, segundo ele, levar em consideração também outra díade historicamente importante e, como ele demonstra, intrinsecamente ligada à primeira: liberdade-autoridade.

As duplas se relacionam uma vez que “qualquer extensão da esfera pública por razões igualitárias, na medida em que precisa ser imposta, restringe a liberdade de escolha na esfera privada”⁷². Levado aos extremos, um ideal é impossibilitar a realização do outro pois medidas igualitárias limitam a liberdade, enquanto medidas libertárias aumentam a desigualdade.

Assim, enquanto o critério utilizado para distinguir direita e esquerda é a postura assumida perante o ideal de igualdade, para distinguirmos a ala moderada da extremista em cada um dos campos deve ser observada a postura diante da liberdade. Isso porque tanto os movimentos revolucionários quanto os contrarrevolucionários, mesmo não tendo em comum um projeto global de transformação radical da sociedade, têm em comum a convicção de que em última instância, precisamente pela radicalidade do projeto de transformação, este não pode ser realizado senão pela instauração de regimes autoritários.

Assim sendo, com base na instauração do regime militar, consideram-se as ações militares no âmbito da política entre 1964-1985 como de direita e com tendência ao extremismo. Dentre os esquemas apresentados por Bobbio, o regime militar não se enquadraria em extrema-direita pois, embora autoritário, os exemplos dados pelo autor são de governos totalitários. Também não os vemos como de centro-direita, uma vez que estes são encontrados dentre os partidos conservadores que por sua vez respeitam ao ideal democrático.⁷³

⁷² Ibidem, p.129.

⁷³ Norberto Bobbio divide as inclinações aos conceitos de igualdade e liberdade entre as alas moderadas e extremistas da esquerda e da direita entre: *Extrema-esquerda*: movimentos simultaneamente; igualitários e autoritários; *Centro-esquerda*: doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e libertários; *Centro-direita*: doutrinas e movimentos

O objetivo central de Bobbio, contudo, está na objetividade da díade “direita e esquerda” para definir o cenário político contemporâneo. Para isso é preciso identificar os argumentos que comumente são usados para contestar a continuidade do seu emprego no âmbito das discussões políticas. Primeiramente, Bobbio demonstra que o pensamento no formato de díade está presente em várias áreas do conhecimento científico e que os termos em questão são reciprocamente excludentes, visto que “nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita ou de esquerda”.⁷⁴ São ao mesmo tempo exaustivos, no sentido de que um movimento e uma doutrina possam ser caracterizados apenas como esquerda ou direita.

Dentre os questionamentos sobre a validade das terminologias para o contexto político do século XXI, Bobbio refuta a ideia de que estariam ultrapassadas devido à crise das ideologias ou a inexistência de ideologias no contexto contemporâneo pois as ideologias não deixaram de existir, apenas foram substituídas por outras. Adverte ainda que pensar “direita” e “esquerda” apenas como ideologias significaria uma redução simplista do sentido da expressão, o que para ele representam “programas contrapostos com relação a diversos problemas”⁷⁵ que não se resumem a contrastes de ideias, mas se relacionam a interesses e valores a serem seguidos pela sociedade.

Outro ponto de justificativa em que se apoiam os críticos em relação à continuidade da existência da díade seria de que o universo político está se tornando mais complexo e que essa visão dicotômica da política seria insuficiente para explicar diversidades de posições e de interesses que são pressupostos de uma sociedade democrática. Bobbio salienta que, apesar das sociedades democráticas serem compostas por uma pluralidade de interesses que convergem e divergem entre si, podem existir posições que, ao contrário de neutras, são uma

simultaneamente libertários e inigualitários; *Extrema-direita*: doutrinas e movimentos simultaneamente antiliberais e anti-igualitários. (BOBBIO, 2001, p.134/135)

⁷⁴ BOBBIO, op. cit., p.49.

⁷⁵ Ibidem, p.50.

mescla das antíteses, que denomina de o “terceiro incluído”. Dessa forma podem ser observadas, no quadro político de determinada sociedade, opiniões ou inclinações que poderiam ser classificadas como: direita; centro-direita; centro; centro-esquerda e esquerda. Bobbio ainda percorre a ideia de que a própria existência desse “centro” nos sistemas pluralistas e a forma desconfiada com que a “direita” e a “esquerda” tendem a vê-lo – como uma camuflagem de suas verdadeiras afinidades que obrigatoriamente seriam de esquerda ou de direita – confirmam a continuidade da dicotomia.

Dentro desse sistema democrático pluralista ainda é possível encontrar outra forma de “centro” que, divergindo do modelo anteriormente disposto, não se encontraria “entre” a dicotomia “direita” “esquerda”, mas além, como uma forma de superação da díade. Esse modelo que Bobbio classifica como “terceiro inclusivo”⁷⁶ também é conhecido como uma “terceira via”. Essa formação em tríade para o autor surge em momentos de crise, quando há um esgotamento da díade. Contudo, o recurso à síntese também pode ser problemático uma vez que ela “busca manter junto dois sistemas de ideias opostos, que a história havia mostrado serem, até aquele momento, incompatíveis, e, portanto alternativos”,⁷⁷ sendo assim uma proposta paradoxal que se alicerça no insucesso dos sistemas anteriores. Esse paradoxo é visível tanto no ideal do socialismo liberal ou liberal-socialismo como também na ideologia da revolução conservadora surgida após a primeira Guerra Mundial.

Outro motivo elencado pelo autor que justificaria a suposta ultrapassagem do termo seria o surgimento de movimentos que levantam bandeiras em relação a ações políticas específicas, que transitam entre a esquerda e a direita. Um exemplo na Itália seria “os Verdes”, descrito pelo autor como um “movimento transversal”. Bobbio acrescenta ainda que em relação à contestação

⁷⁶ O terceiro inclusivo se difere do terceiro incluído, enquanto o primeiro se apresenta como um conjunto que engloba tanto a direita quanto a esquerda, buscando assimilar suas oposições, o segundo se apresenta como um espaço de intersecção entre direita e esquerda.

⁷⁷ Ibidem, p.57.

da díade, além dos pontos apresentados⁷⁸, o argumento mais importante seria sobre a relevância histórica e política uma vez que os “termos governam um ao outro”, ou seja, um depende da existência do outro para existir.

A questão do desaparecimento da direita e da esquerda suscita grandes debates entre estudiosos do tema, principalmente após a crise do sistema soviético. Para Bobbio o que desapareceu foi “uma esquerda historicamente bem delimitada no tempo”, mas que a partir de uma relação de critérios pode se distinguir direitas e esquerdas. Por fim, existe o argumento de que os problemas e movimentos existentes hoje são muito complexos para serem explicados como díade apenas. Uma das grandes contribuições para a descaracterização da díade, como afirma Bobbio, são as diversas interpretações sobre alguns autores que os levam de inspiradores da direita para esquerda e vice-versa, causando certa confusão. Entre os pensadores que ora são interpretados como esquerda, ora como direita estão Nietzsche, Carl Schmitt, Heidegger, Gramsci, George Sorel, entre outros.

Bobbio chama a atenção para uma nova antítese empregada entre agentes históricos, tais como Adolf Hitler e Alfredo Rocco, que associaram “revolução” a “conservadorismo” ignorando o aspecto paradoxal dos termos. Os termos revolução e contrarrevolução são fundamentais na construção deste trabalho, portanto, as conclusões de Bobbio a esse respeito são de grande relevância para a compreensão do emprego do termo durante o período de governo militar por setores do quadro político que poderíamos identificar como alinhados à direita. Para Bobbio “o que a revolução e a contrarrevolução têm em comum não depende do pertencimento a dois alinhamentos opostos tradicionalmente chamados

⁷⁸ Que seriam “a inoportunidade dela (é inútil continuar a dividir o universo político com base no critério das ideologias contrapostas, se não existem mais ideologias); a sua imperfeição (é insuficiente dividir o campo político em dois polos, uma vez que existe também um terceiro polo, não importa se intermediário ou superior); ou o seu anacronismo (entram na cena política programas, problemas, movimentos que não existiam quando a díade nasceu e desempenhou um papel)” (BOBBIO, 2001, p.61).

esquerda e direita”,⁷⁹ mas sim o de que tanto os autores quanto os movimentos que assim se caracterizam pertenceriam à ala mais extremista de seu respectivo campo.

Os extremistas de cada alinhamento encontram pontos de similitude sobre vários aspectos. Primeiro, é possível compreender a utilização de um mesmo autor tanto pela direita quanto pela esquerda, uma vez que essa aproximação tem menos a ver com as “ideias professadas, mas diz respeito a sua radicalização e consequente às diversas estratégias empregadas”.⁸⁰ Dessa forma, observamos que em determinados momentos sua contraposição maior extrapola a distinção de seus programas e mesmo de seus fins em favor do inimigo em comum, os moderados.

O moderantismo se caracteriza por ser “gradualista e evolucionista”, apoiando suas ações na ideia de desenvolvimento a partir de uma ordem preestabelecida, por isso tido como naturalmente democrático, enquanto o extremismo concebe o mundo e a história como catastrófica, em que se processa por saltos qualitativos, ou seja, rupturas. Os movimentos extremistas, portanto, têm um ponto em comum à antidemocracia, ou até mesmo, como salienta Bobbio, uma “forte veia anti-iluminista”.⁸¹

Além da característica antidemocrática e anti-iluminista que aproxima as margens extremistas e opostas do pensamento de direita e de esquerda é possível encontrar aproximação também em campos valorativos que dizem respeito “à moral e à doutrina da virtude”, no qual se contrapõem aos moderados. Assim,

⁷⁹ BOBBIO, op. cit., p.69.

⁸⁰ Loc. cit.

⁸¹ “Refiro-me não apenas ao anti-iluminismo de origem historicista, do qual existe uma corrente politicamente conservadora, que vai de Hegel a Croce, e uma politicamente revolucionária, como a marxiana (o marxismo italiano sempre foi historicista), mas também, e sobretudo, ao anti-iluminismo irracionalista, que pode ser também ele distinguido em uma corrente de inspiração religiosa, de De Maistre e Donoso Cortés – autores que são hoje, muitas vezes, benevolmente reavaliados – e em outras de origem vitalista, de Nietzsche a Sorel” (BOBBIO, 2001, p.71). Ver também RODRIGUES, Cândido Moreira. Críticos da Revolução Francesa: conservadores tradicionalistas e contrarrevolucionários. Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso). , v.3, p.343 - 367, 2010.

enquanto os extremistas valorizam “as virtudes guerreiras, heroicas, da coragem e da ousadia”, as virtudes “da prudência, da tolerância, da razão calculadora, da paciente busca por mediações” estimadas pelos moderados e que se constituem a essência da democracia são tidas como fraquezas inaceitáveis.

Assim sendo, para Bobbio a antidemocracia – “aversão à democracia como conjunto de valores e método” – constitui o ponto em comum historicamente mais persistente e significativo entre os extremistas de direita e esquerda. Dessa forma fica claro seu modo de ver os critérios de distinção entre direita e esquerda, os quais se diferem dos critérios de distinção das alas extremistas e moderadas da direita e esquerda. Com base nessa distinção, Bobbio encontra justificativa para momentos históricos em que as alas moderadas e extremistas pertencentes ao mesmo campo se unem, uma vez que “o contraste com respeito aos valores é mais forte do que o contraste com respeito aos métodos”.⁸²

Deste modo, a experiência e o pensamento conservador, exaustivamente trabalhados pelos dois autores aqui apresentados, são verificáveis a partir de vários elementos característicos que os constituem. Entre os quais, Mannheim evidência sua natureza qualitativa; a ênfase sobre o concreto em oposição ao abstrato; a aceitação da realidade que permanece, em comparação com o desejo progressista de mudança; sua preferência por unidades orgânicas em lugar de aglomerativas como as “classes” constituindo-se em intenções, base presente no pensamento conservador. Ou ainda, as diferentes posturas diante dos ideais de igualdade, liberdade e democracia privilegiados por Bobbio. Portanto, são tais elementos distintivos do pensamento conservador, bem como o processo de constituição de uma memória histórica que tem raízes nessa forma de pensar, que buscamos identificar na análise dos artigos da *Revista do Clube Militar*, no capítulo a seguir.

⁸² BOBBIO, op. cit., p.78.

CAPÍTULO II

O golpe de 1964 e a ditadura civil-militar: histórias entre memórias

O destino volta a ficar inteligível; uma certa forma de racionalidade, ou pelo menos de coerência, tende a restabelecer-se no curso desconcertante das coisas.”⁸³

A memória que se tornou história

O Golpe civil-militar de 1964 no Brasil está inserido em um amplo contexto, encontrando suas raízes no cenário político mundial. Embora algumas variáveis sejam ainda nebulosas, seus contornos são definíveis.

Os estudos historiográficos demonstram que há um cenário mundial a partir do qual os acontecimentos no Brasil de 1964 ganham sentido. Assim, a Guerra Fria se apresenta como importante neste campo de estudos uma vez que dividiu o mundo em duas zonas ideológicas antagônicas, cada uma, por sua vez, influenciando movimentos políticos ao seu redor. De um lado o capitalismo, modelo econômico consolidado, cuja expressão máxima de sua potencialidade e idealização é representada pelos Estados Unidos da América (EUA), principal interessado na permanência deste modelo econômico. De outro lado, o comunismo soviético, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ganhava espaço no cenário mundial e ameaçava os interesses capitalistas.

O avanço do comunismo nas periferias terceiro-mundistas era uma preocupação constante para os EUA, que, a partir da Revolução Cubana em 1959 volta sua atenção especialmente para a América Latina. Aprofundando-nos na situação particular da política brasileira desse período teremos elementos

⁸³ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.55.

contundentes para entender como esse tênue equilíbrio entre interesses econômicos atuaram, de forma prática, para a formação do quadro político vivido no Brasil entre 1964 e 1985, e em outros países latino-americanos em períodos próximos.

Após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, João Goulart (seu vice) é chamado a assumir o governo às pressas, porém, sob forte vigilância de grupos políticos conservadores e das Forças Armadas, que temiam a “tendência socialista” do novo presidente. Acreditavam que o novo presidente tencionava implantar um governo comunista no Brasil. João Goulart optou pela estratégia do diálogo com a esquerda e a direita durante o governo, buscando a conciliação entre os grupos para garantir a realização de seus projetos, entre eles, as reformas de base, em especial a reforma agrária, grande bandeira levantada por Goulart. Sua estratégia de conciliação, contudo, conduziu-o a um isolamento político, pois “tanto os conservadores quanto as esquerdas escolheram como estratégia o confronto”.⁸⁴ Somado aos seus insucessos em conseguir financiamentos no exterior para sanar a grave crise econômica que o Brasil enfrentava, delineou-se uma imagem de insegurança e fragilidade do governo, gerando dúvidas quanto à capacidade administrativa de Jango.

Após uma série de acontecimentos – comício na Central do Brasil, o motim dos marinheiros no sindicato dos siderúrgicos, e o discurso do presidente na festa da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube – que contribuíram para identificar uma movimentação em favor à esquerda por parte do presidente, aumentaram a resistência e as preocupações da direita, promovendo o crescimento e intensificação de círculos conspiratórios entre civis e militares que almejavam a deposição do presidente, através de um Golpe de Estado, a fim de preservar a estrutura política e econômica vigente.

⁸⁴ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In:_____. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. V.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.375.

Por outro lado, entre os muros dos quartéis as preocupações causadas pelo governo de João Goulart foram apenas o estopim para uma intervenção direta, o que de certo modo não se configura uma novidade na história da república brasileira, embora a permanência no poder o seja. Segundo Nilson Borges:

Até 1964 o aparelho militar brasileiro se posicionou na condição arbitral-tutelar, isto é, com a ameaça em meio a uma crise institucional, os militares deixavam os quartéis e intervinham na ordem política para, logo em seguida, transferir o poder aos civis. Após o processo intervencionista, já com os civis na direção do Estado, as Forças Armadas abandonavam o papel de árbitros e transformavam-se em forças tutelares, estabelecendo o limite da ação civil. Porém, a partir de 1964, as Forças Armadas intervêm no processo político, sem, contudo, transferir o poder aos civis, agindo, nesse novo contexto, como atores dirigentes e hegemônicos.⁸⁵

A justificativa para a permanência dos militares no poder encontra raízes na formação ideológica proporcionada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que surge no Brasil em 1949, comandada pelo General Cordeiro de Farias e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas. O surgimento da ESG no Brasil deve-se a relações entre militares brasileiros e norte-americanos que se estabeleceram no final da Segunda Guerra Mundial por meio da participação da Força Expedicionária Brasileira em conflitos na Itália. A partir do intercâmbio que se estabelece e a disposição dos norte-americanos de enviar ao Brasil uma missão de assessoria, os militares brasileiros entram em contato também com a Doutrina

⁸⁵ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 16.

de Segurança Nacional, da qual a Escola Superior de Guerra torna-se o receptáculo e semeador⁸⁶.

Com o advento da guerra fria o conceito de segurança nacional, anteriormente isolacionista, passa a adquirir uma característica mais ampla, de segurança coletiva ou hemisférica, utilizando-se da concepção formulada pela Doutrina Monroe em 1823, que é fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional com base na ameaça comunista internacional. De forma objetiva, Nilson Borges sintetiza a definição de DSN como sendo “a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”.⁸⁷ O inimigo, portanto, não é uma nação, mas uma ideologia que ameaça aos interesses e princípios das Forças Armadas e grupos da sociedade civil, podendo vir tanto do exterior, na forma de apoio e financiamento a grupos comunistas, quanto no interior da própria nação. É essa percepção da existência de um inimigo interno, orgânico, que justifica a existência da máquina de repressão e violência nas ditaduras militares na América Latina, como salienta Enrique Padrós:

Segundo o historiador Henrique Padrós, em nome da DSN, da unidade nacional, do anticomunismo e, veladamente, dos interesses implícitos na “quinta liberdade”, o Estado se configurou como o macroinstrumento repressivo que, variando em grau de violência nos diversos países do Cone Sul, deixou, como marca comum, a supressão das instituições democráticas.⁸⁸

Assim, através da disseminação da ideia de um Estado em guerra contra o comunismo, as Forças Armadas encontram subterfúgio também para a legitimação do empreendimento a que se determina como missão irrefutável de

⁸⁶ Para aprofundar na temática ver: SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. *Soc. estado*. [online]. 2007, vol.22, n.1, pp. 153-185. ISSN 0102-6992.

⁸⁷ BORGES, op. cit., p.24.

⁸⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta M.; ARAÚJO, Maria P.; QUADRAT, S.V.. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p.148.

tomar frente à máquina estatal, salvaguardando os valores políticos, econômicos, morais e sociais da “nação brasileira”. Os elementos simbólicos presentes no discurso militar que legitima o golpe cumpre o papel de desacreditar a sociedade diante do poder estabelecido, de forma que não exista mais ligação por pertencimento e, dessa maneira, abre caminho natural à busca por nova identificação ou por novos sentimentos de solidariedade. Nesse momento, então, o imaginário mítico criado pela construção desses elementos cumpre duplo papel, “de reestruturação psíquica ao mesmo tempo que função de reinserção social” .⁸⁹

De forma mais pontual podemos ainda acrescentar que somava-se ao perigo da existência de ameaça interna, identificada na sociedade civil, da propagação de ideologias “indesejadas” que pudessem desembocar numa revolução comunista, a identificação e intensificação desses ideais no interior do oficialato, percebidos desde a Intentona comunista em 1935.

Diante disso alguns acontecimentos que envolveram as Forças Armadas no ano que antecedeu o golpe merecem maior atenção porque ferem diretamente valores primários da corporação, como disciplina e hierarquia. Como exemplo, a “insubordinação” dos suboficiais da marinha ao organizarem um ato na sede do Sindicato dos Metalúrgicos em protesto à proibição, por seus superiores militares, de realizarem a festa de comemoração do 2º aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. A ação foi desproporcionalmente repreendida pelas Forças Armadas e encontrou a simpatia dos grupos de esquerda, e também o amparo do Presidente João Goulart que determinou a anistia aos marinheiros.

A anistia aos marinheiros atingiu profundamente a integralidade profissional das Forças Armadas. Todo o conjunto de ideias, crenças, valores,

⁸⁹ GIRARDET, op. cit., p.96.

códigos comportamentais e a maneira como eles davam significado as instituições encontravam-se subvertidos.⁹⁰

Esse foi um acontecimento importante, um golpe no brilhante brio militar, já bastante arranhado com a constatação da existência, em solo pátrio e dentro dos seus próprios muros, de ideologias danosas aos interesses que defendiam.

A ditadura civil-militar no Brasil se estendeu de 1964 a 1985 e é importante compreendermos que esse período, ao contrário do que se imagina, não foi marcado por uma homogeneidade de interesses entre os militares que estavam no poder. Assim como observamos a presença de ideais de esquerda na suboficialidade, a própria direita dividiu-se em grupos de interesses diferentes. Tais grupos divergiam essencialmente no que diz respeito à sua continuidade no poder.

O processo de abertura, portanto, é algo pensado desde o momento em que se perpetrou o golpe. Sabe-se que o primeiro presidente militar, Castelo Branco, não tinha planos de longevidade para o regime, como salienta Nilson Borges: “o general Castelo Branco estava convencido de que a “revolução” deveria ser uma intervenção transitória”⁹¹. Assim, concebia o regime no modelo intervencionista tradicional militar, ou seja, reter o poder até o “reestabelecimento da ordem”, devolvendo-o em seguida aos civis. A reversão desse processo ocorre com a morte de Castelo Branco em 1967 e a entrada do grupo “linha dura” no governo, acontecimento que ficou conhecido como “golpe dentro do golpe”.

Os governos de Costa e Silva e Médici foram marcados, portanto, pelo endurecimento nos processos de repressão decorrentes do combate a grupos de

⁹⁰ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In:_____. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. V.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.389.

⁹¹ BORGES, op.cit., p.22.

luta armada – movimentos de guerrilha urbana e rural⁹² – a justificar, segundo argumentam, a inviabilidade de devolução do poder aos civis.

Retoma-se a discussão sobre uma abertura política viabilizada pelo próprio governo militar apenas com o retorno dos castelistas ao poder em 1974, pelo presidente Ernesto Geisel. O projeto Geisel-Golbery previa uma abertura política lenta, gradual e segura, caracterizada mais como uma legalização do regime, que buscou eximir-se de dispositivos inconstitucionais como o Ato Institucional nº 5⁹³. O projeto de abertura apresentado pelo governo, portanto, “representava uma volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país”⁹⁴.

Embora a abertura tenha ocorrido no tempo previsto pelo projeto Geisel-Golbery e ainda que tenha se configurado como de transição compactuada entre governo e sociedade civil, existiram pressões durante esse processo, tanto internas quanto externas, de vital importância para a vitória da democracia.

Primeiramente, a crise econômica mundial gerada pelo aumento exorbitante do preço do petróleo pelos membros da Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP) em decorrência do apoio norte-americano a

⁹² Os movimentos de guerrilhas (urbana e rural), se constituíram em organizações armadas, formados por militantes da esquerda revolucionária, visando o fim da ditadura civil-militar e a revolução socialista. De acordo com dados do projeto “Brasil: Nunca Mais”, a oposição clandestina chegou a ter mais de quarenta grupos, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), da Ação Popular (AP), da Organização Revolucionária Marxista, da Política Operária (Polop) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ver em: RIDENTE, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p.21-52.

⁹³ Os Atos Institucionais (AI) foram normas de natureza constitucional expedidas pelos governantes militares entre 1964 e 1969. “Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país”, o AI-5 representou o endurecimento do regime pois conferia poder ao presidente da república decretar o recesso do Congresso Nacional e outros órgãos legislativos, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos e suspender a garantia do habeas-corpus. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/busca-simples/verbete/verbete-tematico/atos-institucionais>>, acesso em: 08 de Novembro de 2015.

⁹⁴ SILVA, Francisco C. Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil– 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. V.4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 262.

Israel na Guerra do Yom Kippur⁹⁵. A crise afetou de forma significativa a economia brasileira, fator que incorreu em uma série de deficiências financeiras que por sua vez levaram o Brasil à insolvência, arrastando consigo a credibilidade do governo militar e o discurso do “milagre econômico”.

As insatisfações com o custo de vida, desigualdade social e a inflação progressiva impulsionaram como uma alavanca movimentos sociais há muito tempo insatisfeitos com o governo, além de uma forte conscientização e repúdio aos abusos cometidos contra os direitos civis e humanos durante o período de ditadura. Nesse contexto destacamos as greves dos metalúrgicos no ABC paulista, o engajamento social de grupos progressistas da Igreja Católica em zonas urbanas e rurais, somando a movimentos de estudantes, professores, advogados, intelectuais como um todo, que também formavam uma grande massa de oposição que reivindicava o fim do regime.

A campanha pela anistia também foi de extrema relevância nesse cenário, caracterizando-se como um movimento liberal que, como ressalta Bernardo Kucinski, “acabou se impondo como de grande autenticidade e potencial mobilizador, protagonista de primeira ordem na luta pela ampliação do espaço político”.⁹⁶ O movimento gerou a formação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que se multiplicou por todo o país denunciando os desaparecimentos, torturas, condições dos presos políticos, violações dos direitos humanos, enfim, excessos cometidos pelo governo.

⁹⁵ “A crise do petróleo se deu em 1973 com a criação da OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, organizado por países árabes, que aumentaram o preço do produto em 300% em represália ao apoio dos Estados Unidos à Israel, na Guerra do Yom Kippur contra países árabes como Egito e Síria, além dos palestinos. Esta crise abalou todas as economias capitalistas do mundo; no Brasil o governo, para não deixar ruir o ‘milagre econômico’, acabou por tirar empréstimos internacionais, aumentando exponencialmente a dívida externa do País.” In: CARVALHO, Yuri Rosa. *A classe operária e a resistência armada à ditadura militar-civil (1964-1976): perfil socioeconômico das Vítimas*. In: Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos, 1, 2001, Porto Alegre. Anais [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: APERS, 2011.

⁹⁶ KUCINSKI, Bernardo. *O Fim da Ditadura Militar: o colapso do “milagre econômico”; a volta aos quartéis; a luta pela democracia*. São Paulo: Contexto, 2001, p.82.

A insatisfação geral da população brasileira fez-se sentir também nas urnas. Em 1970 eram 48,4% dos votos para a Arena (Aliança Renovadora Nacional) contra apenas 21,3% para o MDB (Movimento Democrático Brasileiro); nas eleições de 1974 o MDB sobe para 37,8%, enquanto a Arena desce o percentual para 40,9%. Em 1978, enquanto a Arena consegue se manter nos 40%, possivelmente relacionada a esforços do governos com a implantação do Pacote de Abril de 1977, o MDB continua subindo, alcançando 39,3% dos votos.⁹⁷ De acordo com Bernardo Kucinski, essa mudança no comportamento do eleitorado brasileiro está essencialmente relacionada a mudanças no próprio perfil da sociedade, que até a década de 1970 era majoritariamente rural. O inchaço das cidades brasileiras na década de 1970, com trabalhadores rurais em busca de oportunidades de trabalho, evidenciou carências básicas que o governo não possuía condições de sanar, somado à crise econômica que tornava a situação ainda mais complexa. Esse eleitorado insatisfeito busca as urnas como uma tentativa de reverter tal situação, comportamento que pode ser relacionado à concepção de Girardet acerca da perda de identificação com os princípios e a prática daqueles que exercem o poder, como salienta a seguir:

Que o governado, quer seja súdito ou cidadão, deixa de reconhecer-se no sistema institucional com o qual se havia até então mais ou menos tacitamente identificado. O poder, os princípios sobre os quais repousa, as práticas que põe em ação, os homens que o exercem e que o encarnam são, doravante, sentidos como “outros”, fazem figura de inimigos ou de estrangeiros.⁹⁸

Outro fator que corroborou de maneira contundente no processo brasileiro de reabertura política foi a mudança no direcionamento político norte-americano

⁹⁷ GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

⁹⁸ GIRARDET, op. cit., p.89.

durante o governo Carter⁹⁹, devido aos novos rumos que conduziam à Guerra Fria, expressado em firme campanha em prol da observância dos direitos humanos nos governos autoritários latino-americanos.

Observamos assim, uma série de elementos presentes no cenário de redemocratização do Brasil, sejam eles, institucionais, políticos, sociais ou econômicos, sendo inegável sua influência como um conjunto de condicionantes desse processo. Caracterizam importantes componentes no processo de elaboração, pelos militares, de uma memória sobre o Golpe de 1964, bem como sobre os demais temas aqui estudados.

O discurso da *Revista do Clube Militar*: a memória “exilada”

No Brasil, o retorno à liberdade política se deu por meio de processo de abertura conduzido pelo próprio governo militar, sendo característica dessa transição “compactuada” lei que consentisse numa anistia “ampla, geral e irrestrita”, assegurando o resguardo físico e social dos atores políticos envolvidos, em especial os militares. Essa particularidade do processo de redemocratização da política brasileira é substancial para entendermos as limitações e os caminhos que

⁹⁹ Jimmy Carter governou os Estados Unidos da América entre 1977 e 1981, a marca de seu governo certamente foi à política externa em favor dos direitos humanos e a solução pacífica de conflitos. Atuou diretamente em negociações de paz entre Israel e o Egito resultando no acordo de Camp David assinado em 1978. Em relação às políticas autoritárias da América Latina, em diversas oportunidades Carter demonstrou sua desaprovação aos métodos empregados e, ainda ofereceu suporte direto à transição democrática em alguns deles. Ver mais em: SILVA, Francisco C. Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil– 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. V.4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.p.243-283; e *The Presidential biographies on WhiteHouse.gov are from “The Presidents of the United States of America,” by Frank Freidel and Hugh Sidey. Copyright 2006 by the White House Historical Association. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/1600/presidents/jimmycarter>>*, acesso em 08 de Novembro de 2015.

seguem a historiografia desse período. Assim, a ruptura com o regime democrático, a instauração de uma ditadura-civil-militar, violações dos direitos civis e humanos praticados pelos militares no período, associados à falta de acesso às fontes oficiais, conduziram a construção da história do período, favorecendo a memória da esquerda.

Essa historiografia sobre o golpe civil-militar deflagrado em 1964 que desencadeou em um processo de ditadura que perdurou por mais de vinte anos tem avançado nos últimos anos. Durante muitos anos pesou sob a historiografia dilemas até então não resolvidos devido à impossibilidade de acesso à significativa parte da documentação oficial do período. Ainda existem muitos pontos a serem compreendidos, mas o cenário vem mudando a partir da promulgação da Lei nº12.527 de 2011, que regulamenta o acesso e o sigilo dos documentos públicos. Embora permita apenas parcialmente o acesso a documentos do período, devendo ser feito sob a tutela do governo, possibilitou a criação da Comissão da Verdade, que vem investigando diversos documentos em todo o país e formando assim um impressionante banco de dados para futuras pesquisas.

Apesar de transcorridos trinta anos e a ditadura ser amplamente pesquisada e debatida no meio acadêmico, esses estudos ainda têm pouco alcance na sociedade em geral, uma das razões, talvez, para a existência de tantas controvérsias no imaginário popular sobre o período. Existem aqueles que compreendem a ditadura a partir de suas rupturas e dos crimes cometidos pelos militares contra os militantes de esquerda e os que veem os militares como aqueles que propiciaram ao Brasil um “desenvolvimento moral, ético, econômico e social”, e que os “excessos” cometidos seriam um mal necessário para se alcançar esse desenvolvimento.

A coexistência dessas duas memórias está, na maioria das vezes, camuflada. As pessoas que viveram ou não aquele tempo, assim como os historiadores, buscam o passado à medida que o presente lhes convida. Dessa forma, não fica difícil compreender, por exemplo, como a imagem dos militares

perante a sociedade no fim da década de 1980 e início de 1990 exibia um reflexo tão negativo e como, em momentos de crise e insegurança política, ganha um valor positivo. O que realmente torna possível que a mesma sociedade que os acusara de crimes contra a democracia e os direitos humanos também peça pelo seu retorno?

A *Revista do Clube Militar*, nesse contexto, é interessante para entender como essa memória, que podemos afirmar com certeza, atravessa as fronteiras da corporação militar encontrando refúgio em parcela da sociedade, é construída e sistematizada de forma que contenha traços de coerência e veracidade e, assim, sendo interpretada enquanto história.

No despontar dos acontecimentos, o termo “revolução”¹⁰⁰ é amplamente utilizado para denominar os eventos de 31 de março de 1964 não apenas pelas Forças Armadas e a elite civil que estavam à frente do movimento, mas por todos os setores que o apoiaram, em especial a imprensa. Definir quais foram os argumentos basilares em tal interpretação e por que a historiografia os rejeitou, qualificando-o enquanto um *golpe de Estado* é fundamental para compreender o papel da *Revista do Clube Militar* na construção e preservação da memória militar sobre tais fatos históricos.

O preâmbulo do Ato Institucional nº1 de 9 de abril de 1964 nos oferece alguns traços do caminho que segue a interpretação a partir do conceito de revolução. Seu texto exhibe o esboço de um conceito a ser perseguido:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre seu futuro. O que houve e continuará havendo neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o

¹⁰⁰ Assunto abordado em: “E o golpe virou revolução” capítulo de conclusão da obra o livro “1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil” publicado por Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira no ano em que se inteirou cinquenta anos do Golpe civil-militar de 1964.

interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, com Poder Constituinte, se legitima por si mesma.¹⁰¹

A mensagem do texto é clara: o movimento é uma revolução porque traduz os interesses da nação, e por esse motivo é legítimo. Assim, a partir da abstração de certos elementos de um conceito, legitimou-se uma série de ações inconstitucionais como cassações de mandatos e direitos políticos, supressão do poder do Congresso Nacional, extinção do pluripartidarismo, entre tantas outras arbitrariedades.

Para além das diferenças entre os conceitos de *golpe* e *revolução* é preciso também olhar as semelhanças que permitem a manipulação de seus significados. Assim, a reapropriação do conceito é justificada pelo fato de que tanto o *golpe* quanto a *revolução* tem como objetivo derrubar um governo e instaurar outro, provocando uma abrupta cisão na ordem institucional. Existem, entretanto, diferenças substanciais que desautorizam essa inversão nas acepções dos termos. A *revolução* é uma busca por transformação, onde a derrubada de um poder vigente ocorre para que seja possível a realização de mudanças profundas nas “relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica”; já o *golpe de Estado* se distingue de *revolução* por ser apenas uma “tentativa de substituição das autoridades políticas existentes dentro do quadro institucional, sem nada ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e socioeconômicos.”¹⁰² (PASQUINO, 1988, p.1121).

Contudo, o *golpe* se tornou *revolução* no discurso da RCM (*Revista do Clube Militar*) não apenas em virtude das mudanças socioeconômicas ou

¹⁰¹ FERREIRA;GOMES, op. cit., p.384

¹⁰² PASQUINO, Giafranco. *Revolução*. In: Bobbio, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Trad. Carmen C, Varriale ET ai. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Vol 1, 1998. p.1121.

alterações do sistema jurídico-constitucional realizadas no período de governo dos militares. Ainda que tais “mudanças” mereçam ser analisadas distintamente para que se pese o seu real valor e aptidão para serem classificadas, a priori, enquanto mudanças profundas, revolucionárias. Já em 1964, o batismo de tais acontecimentos, como sendo o de uma “*autêntica revolução*” fornece ao governo militar o lugar da legitimidade quando se autoneameiam defensores da soberana vontade do povo. Não se encontram presentes, no entanto, elementos fundamentais do conceito de revolução uma vez que seus objetivos indicam interesses de *conservação* de uma ordem instituída em oposição ao desejo de *mudança* que caracteriza o conceito.

Nossa hipótese é de que a aceção do termo *revolução* adotada pelas Forças Armadas e por aqueles que defendem essa interpretação do período, têm raízes em seu conceito pré-revolução francesa. É somente a partir da Revolução Francesa que a finalidade da *revolução* de “mera restauração de uma ordem perturbada pelas autoridades, se passa à fé na possibilidade da criação de uma *ordem nova*; da busca da liberdade nas velhas instituições, se passa à criação de novos instrumentos de liberdade”.¹⁰³

Em 1987 em artigo sobre “Aniversário da Revolução de 31 de Março”, Henrique Sabóia e Leônidas Gonçalves, ambos articulistas da *Revista do Clube Militar* definem os objetivos da “Revolução”:

Foi um movimento marcado pela união de propósitos em resposta a uma evidente e acelerada desintegração político-social. Seus objetivos estavam, pois, fundamentalmente orientados para o **reestabelecimento da ordem**. Ordem, capaz de proporcionar ambiente adequado à retomada do desenvolvimento econômico; ordem, necessária à preservação da lei; ordem, indispensável a um regime democrático sólido. **(grifo nosso)**.¹⁰⁴

¹⁰³ Ibidem, p.1113.

¹⁰⁴ SABÓIA, Henrique; GONÇALVES, Leonidas Pires; LIMA, Octávio Julio Moreira. Aniversário da Revolução de 31 de março: ordem do dia. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 284, p. 13, 1987.

Seguindo essa ótica, a “revolução” se fez necessária porque o Brasil se encontrava em um momento de crise política, econômica e social. Seus objetivos eram sumariamente o reestabelecimento da ordem, indispensável ao desenvolvimento econômico, à preservação da lei e ao regime democrático. A presença do vocábulo “reestabelecimento” indica que existiu uma perturbação e que com a intervenção do “movimento” nesse cenário se reconstituiu a ordem em seu formato original. A perturbação, ou “desintegração do sistema político-social” representa no discurso a ameaça de implantação de um regime socialista ou uma “república sindicalista” que, de acordo com os golpistas, era algo iminente e incontestável. O referido complô comunista é assunto que trataremos mais adiante. Por ora interessa-nos o significado dessa “ordem”.

A ordem que os militares queriam manter se apresenta no discurso da *RCM* sob três vieses fundamentais: 1) estrutura social, na defesa de “valores e tradições” do povo brasileiro; 2) a estrutura política, especialmente o papel das Forças Armadas enquanto “poder moderador” que se destina a preservar a soberania do país; 3) a própria constituição das Forças Armadas em si. A estrutura econômica talvez seja o único aspecto em que não podemos falar apenas em conservação. Isso porque o tratamento fortemente intervencionista adotado pelo governo militar o distancia do modelo econômico defendido - capitalismo liberal, embora tenha sido esse o argumento de base da decisão de subtrair o governo aos civis. As mudanças declaradas sobre esse aspecto, contudo, focalizam o crescimento econômico alcançado mais que os métodos adotados. Assim, a economia está presente no discurso como argumento para a deposição de João Goulart, pautando-se mais em sua “incapacidade administrativa” pessoal do que em mudanças que sofreria a economia no caso de uma revolução comunista.

É relevante notar que os pontos destacados acima não se encontram dissociados no discurso da *RCM*. Os valores tradicionais do povo brasileiro “defendidos” pelos militares em 1964 permeiam todo o discurso, sendo

compreendidos como: ordem, progresso, soberania, democracia, liberdade, crença cristã, hierarquia e disciplina. Todos esses valores são entrelaçados no discurso, sendo apartados aqui como recurso didático. Não será raro, portanto, destacarmos em um artigo um determinado valor, mesmo esse abarcando também outros.

Assim, destacaremos primeiro os valores que se relacionam diretamente com o conceito ideal de sociedade apresentado no discurso, seguindo para aquele que exemplifica o conceito ideal de nação, para concluir com aqueles que se relacionam aos interesses diretos das Forças Armadas. O fragmento do editorial da *RCM* abaixo, publicado em 1985, trás os princípios descritos pelo discurso militar na *Revista* como formadores da nação defendidos na “Revolução”:

Daquela situação de dificuldade e de incertezas, aproveitaram os inimigos do Brasil **Soberano, Cristão e Democrata**, então recentemente derrotados pela Revolução e condenados pela opinião pública brasileira, para desencadear uma guerra “suja”, jamais ocorrida no país no estilo e no desrespeito à pessoa humana verificados – a guerrilha urbana e rural. **(grifo nosso)**.¹⁰⁵

O excerto de artigo publicado em 1985 acima diz respeito ao momento em que o presidente Emílio Garrastazu Médici assume o governo após a morte de Costa e Silva. O momento, portanto, não é mais do calor “revolucionário”, mas do que se chamou radicalização da esquerda com a guerrilha urbana e rural, e consequentemente do endurecimento da ditadura e aumento da repressão. Os valores alegados como interesse das Forças Armadas preservarem nesse momento da história do Brasil tem grande relevo não somente para entendermos a construção de uma memória histórica sobre o golpe e o período de ditadura. A soberania nacional, os valores cristãos e a democracia são recorrentes no discurso

¹⁰⁵ EDITORIAL: Presidente Emílio Garrastazu Médici. *Revista do Clube Militar: a Casa da República*, Rio de Janeiro, n.272, p.3, 1985.

da *RCM* como valores basilares na sociedade brasileira, tornando-se assim, princípios para diversas análises apresentadas na *revista*.

No ano de 1986 são conferidos títulos de sócios beneméritos a alguns sócios do Clube Militar, entre eles, o ex-presidente General Médici e o Marechal Odylio Denys, por suas atuações durante os governos “revolucionários”. Novamente a defesa dos “valores da sociedade brasileira” são exaltados como justificativa das ações praticadas em tal período.

Ao Marechal Odylio Denys foi conferido o título de Sócio Benemérito do Clube Militar, pelo Conselho de Administração, por proposta do presidente do clube e do Conselho, em reconhecimento a sua edificante contribuição ao preparo profissional do exército e à sua coesão, assim como à ação pessoal na luta sem trégua que travou com sucesso contra os inimigos do **Brasil livre, soberano, cristão e democrata**, inimigos estes a serviço e a soldo do tirânico imperialismo totalitário soviético, favorecidos pela massa de omissos, acomodados, aventureiros, indiferentes e inocentes-úteis.¹⁰⁶

Observamos no discurso que a necessidade de preservação desses valores não se perde em um mero discurso moralista. Os valores não estão sendo deturpados ou correndo risco de deixarem de existir, os valores nacionais estariam sendo negados por um grupo identificável de pessoas, “inimigos” que ameaçavam a substituição desses valores por outros, o que nos remete novamente a preservação de um estado de coisas instituído anteriormente. Ameaça reafirmada pelos articulistas da *RCM* no fragmento a seguir:

Como instrumento fiel e eficiente da vontade nacional, as Forças Armadas somaram-se a outros segmentos da sociedade brasileira e, neutralizando grupos extremistas, reestabeleceram a normalidade pública, preservaram as instituições e

¹⁰⁶ SÓCIOS beneméritos do clube militar. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 276, p.22, 1986.

salvaguardaram os valores nacionais, então seriamente ameaçados (grifo nosso).¹⁰⁷

Assim, as Forças Armadas se autodeclaram protetores desses valores “seriamente ameaçados”, são eles quem se puseram frente a esse inimigo, reestabelecendo a normalidade, preservando as instituições e defendendo os valores nacionais. Tais princípios são repetidamente citados no discurso da RCM, e o valor atribuído a eles extrapolam sua conceituação, como é demonstrado no fragmento abaixo:

Reafirmamos nossa convicção de que, no dia 13 de Março de 1964, o povo brasileiro e suas Forças Armadas, mais uma vez, irmanados pelo mesmo sentimento de amor ao Brasil, de respeito ao lema do nosso pavilhão nacional e que aponta, como fundamentais à vida nacional, a Ordem e Progresso e pelo sentimento nacional de defesa dos **verdadeiros valores** da democracia e da soberania nacional, livre de quaisquer influências alienígenas. (grifo nosso)¹⁰⁸

No fragmento acima destacado surgem novos elementos que merecem atenção. Os valores defendidos pelas Forças Armadas por serem “fundamentais à vida nacional” entre 1964 e 1985 são identificados com o “lema do nosso pavilhão” e apontados como “ordem, progresso, defesa da democracia, soberania e liberdade”. Deste modo, os “valores nacionais” são os mesmos “valores militares”. Outro fator importante que aparece nesse excerto é o adjetivo “verdadeiro”, qualificando os valores nacionais/militares defendidos pelas Forças Armadas como genuínos e autênticos, hierarquicamente superiores.

¹⁰⁷ SABÓIA, Henrique; GONÇALVES, Leonidas Pires; LIMA, Octávio Julio Moreira. Aniversário da Revolução de 31 de março: ordem do dia. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 284, p. 13, 1987.

¹⁰⁸ EDITORIAL: A revolução de 31 de março de 1964. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.310, p.3, 1993.

No início de 69, pelo 5º aniversário da Revolução, o já general Meira Mattos voltaria ao relevante assunto, na mesma “A Defesa Nacional”, buscando fixar uma Conceituação da Doutrina Política da Revolução, que ele assim colocava: “ [...] *defender*, obstinadamente, o estilo de vida democrático do povo brasileiro, os valores morais e espirituais sobre os quais se assentam a consciência da nacionalidade e a paz social; e *preservar* e *valorizar* a independência, a soberania, a integridade territorial e o prestígio internacional da Nação Brasileira.”¹⁰⁹

Novamente a constante “defender” e “preservar”: o estilo de vida democrático, os valores morais e espirituais (cristãos), a independência, a soberania, etc. Torna-se evidente a partir dos próprios verbos empregados no discurso que o objetivo não era alterar um estado de coisas, mas sim conservar.

O *modus operandi* militar aproxima os seus governos daqueles modelos de governo que dizem querer evitar. O autoritarismo aliado com as práticas de supressão da vontade popular, de contenção de manifestações que revelem ideologia diversa daquela que sustentam pouco ou nada os diferencia de outros regimes autoritários. Intolerância é o elemento comum.

Deste modo, o conceito de “revolução”, utilizado para denominar os acontecimentos ocorridos em 31 de Março de 1964, que puseram fim em um regime democrático sustenta-se em uma noção obsoleta do termo, pois ao contrário de representar uma ruptura com a ordem instituída este representa a manutenção da mesma. Essa ordem mantida, no entanto, é pano de fundo, é o palco cujo cenário se pretende inalterado, porém, as cenas protagonizadas são outras. O sentido de democracia como governo do povo para o povo é profundamente alterado à medida que se alteram os meios de se alcançar o poder e se limita a possibilidade de candidaturas. Defende-se a democracia lançando mão do autoritarismo e da imposição.

¹⁰⁹ NOS 33 anos da eclosão da Revolução Democrática de 64: discurso no Clube Militar, em 31 de Março de 1997, pelo Gen Ex Jonas Correa Neto. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.337, p.17, 1997.

Mais importante que discutir se a preservação desses valores era de interesse nacional como afirma o discurso da *RCM* é o fato de que nesse discurso se configura como pilares que legitimam, até hoje, o golpe de 1964. A razão da importância da perpetuação desses valores pelas Forças Armadas fundamenta-se, sobretudo na tradição, no passado e na história, como podemos observar no fragmento abaixo:

Um breve retrospecto, que a História é a mestra da vida! Na lição histórica, o papel das Forças Armadas na manutenção da ordem interna, fiadora das aspirações e anseios populares!¹¹⁰

No excerto acima a história, ou o conhecimento sobre o passado é colocado como algo que deve ter validade nas decisões durante a vida, tendo história como “mestra da vida”, e as Forças Armadas tendo carregado o dever de manutenção da ordem e dos anseios populares no decorrer da história é exposto como uma tradição que se autolegitima.

Por sermos um povo sem memória, mesmo entre os mais instruídos, encontramos um quase total desconhecimento do nosso passado, da nossa História, ao longo dela, da presença militar lançando os alicerces do Brasil de hoje.¹¹¹

Novamente a presença militar no meio político é colocada no discurso da *RCM* como sendo construtora de um modelo de Brasil, principalmente nos momentos decisivos. Assim, a história não é apenas mestra da vida, no sentido de que o conhecimento do passado orienta ou lança efeitos sobre as decisões no futuro. A história é trazida para reavivar certas memórias e legitimar as intervenções militares na política brasileira. Isso porque, ao trazer a história como

¹¹⁰ SCHIRMER, Pedro. A Futura Constituição e o Papel das Forças Armadas. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 279, p.6, 1987.

¹¹¹ RIBEIRO, José Osmar de Barros. Falando Francamente. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.298, p.12, 1991.

testemunha são elencados apenas os acontecimentos em que houve participação militar, como se esses acontecimentos isolados explicassem por si só toda a formação social, política e econômica do Brasil.

A história dos 104 anos da República revela uma presença constante do Exército na hora das grandes decisões políticas desta Nação. Essa presença algumas vezes manifestou-se em intervenções na vida política, como em 1889, 1930 e 1964; afora essas ocasiões manteve a simples presença vigilante, visando a preservação dos grandes objetivos nacionais, à guisa do poder moderador.¹¹²

Como observamos no fragmento de artigo apontado, são relacionadas datas específicas em que as Forças Armadas se manifestaram durante o período republicano, a iniciar pela proclamação da república em 1889, a revolução de 1930 e o golpe (“revolução”) de 1964. O perigo desse discurso não está na supervalorização da participação militar em momentos cruciais da república, mas a ideia de que apenas esses momentos tem relevância para compreender a história da república brasileira. Mais uma vez, transpassa pelo discurso a impressão de que existe um modelo ou um projeto de Brasil do qual as Forças Armadas são zeladoras, e que nos momentos necessários intervêm e nos outros, apenas mantém sua “presença vigilante” para preservar os “objetivos nacionais”.

[...] função crucial das Forças Armadas em diversas crises do passado, inclusive do recente. É oportuno citar uma delas, começando pelas anteriores à Revolução de 64 [...] É o Exército que faz, em 1831, a revolução de 7 de abril; é o Exército que proclama a maioria; é o Exército que instituiu a regência. Antonio Monteiro Tourinho afirma: “Todo aquele que estuda a história do Brasil, confrontando-a com a de outros países, se surpreende com a missão verdadeiramente revolucionária em que ela tem atirado o Exército, sempre ao lado do povo. Suas tradições democráticas, suas revoluções de conteúdo popular, fazem dele um Exército raro no mundo.” [...] “O Movimento de 64 se inicia seguindo a tradição de influência moderadora que

¹¹² MATTOS, Carlos de Meira. O Exército e a República. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.310, p.23, 1993.

caracterizou a atuação dos militares na política brasileira, desde a implantação da república, intervindo sempre que considerassem em risco as instituições do regime que haviam fundado”.¹¹³

Assim como no artigo anterior, o articulista do discurso intervencionista é o detentor do “poder moderador”, lugar que as Forças Armadas se atribuem e que a torna autoridade. Fala do lugar da autoridade legitimada pelo pioneirismo e tradição nas ações que ditam os destinos do país. O poder moderador legalmente instituído existiu somente durante o Império, e se configurava no poder pessoal do Imperador, que se sobrepunha aos poderes legislativos, executivo e judiciário.

A partir da discussão exposta podemos resumir na existência de um conjunto de valores, expresso na *RCM*, aos quais as Forças Armadas, enquanto instituição militar, estaria historicamente comprometida, colocando-se no lugar de guardião de um modelo de sociedade forjado por ela mesma, a partir da proclamação da república. Como podemos observar no excerto abaixo, é produzida na ação e no discurso das Forças Armadas uma tradição de participação militar na política, uma “irremovível presença histórica que ostenta um valor em si mesma”.

A revolução é um fato tão real quanto a Independência, a Abolição e a Proclamação da República. Esta irremovível presença histórica ostenta um valor em si mesma. Sua legitimidade originária pode ser identificada pelo clamor popular que convocou as Forças Armadas à ação.¹¹⁴

Assim constrói-se a ideia de um país ideal vinculando a sociedade a um conjunto de princípios e rechaçando a possibilidade de convicções divergentes. As interferências militares na história republicana brasileira, nesse sentido, atendem

¹¹³ COUTO, A. J. Paula. O Ministério da Defesa e o Poder Moderador. A *Revista do Clube Militar*: a casa da República, Rio de Janeiro, n.349, p.11, 1998.

¹¹⁴ GONÇALVES, Leonidas Pires. Aniversário de 31 de Março: Ordem do dia. *Revista do Clube Militar*: a Casa da República, Rio de Janeiro, n.269, p.4, 1985.

a um “princípio continuador” desses ideais, especialmente o movimento que se instaurou em 31 de março de 1964, como disposto no fragmento abaixo.

O Movimento de 31 de Março de 64 é um título bastante apropriado tanto à idéia de projeto futuro do Brasil, esboçado no período tenentista, quanto pela seleção da democracia como marco regulador da vida coletiva. Atende ao princípio “continuador” da nossa história de nossa cultura.¹¹⁵

Pensarmos cultura, da forma aqui aferida pela *Revista do Clube Militar*, como cultura política simplesmente, implica conceber uma história política do Brasil movida por apenas uma orientação doutrinária.

Serge Bernstein entende a cultura política como um conjunto coerente onde os elementos estão em relação uns com os outros, embora seus componentes sejam diversificados, o que possibilita uma visão dividida de mundo. Nesse sentido, entende-se que é a forma de absorção das representações que possibilita o caráter plural da cultura política, ou seja, uma nação pode abranger de forma concomitante várias culturas políticas que estão relacionadas aos valores partilhados entre os indivíduos. São valores que se constituem ao longo da vida através da família, escola, grupos que se relacionam no trabalho e outras atividades, exército, partidos políticos, e outros, que se identificam a uma base filosófica ou doutrinal, uma leitura comum do passado histórico e uma concepção de sociedade ideal. Quando uma cultura política se mostra muito ampla, pode ser considerada como dominante.

Sob esse viés, compreende-se a cultura política como um fenômeno coletivo, mas multifacetado na sociedade, que se amolda e evolui através de contribuições no decorrer das gerações e que pode ser fundamental para a compreensão de atitudes e suas motivações em um dado momento histórico. Tomando como referencial o pensamento de Bernstein acerca da cultura política,

¹¹⁵ ENSAIO sobre o Movimento de 31 de Março. A *Revista do Clube Militar*: a casa da República, Rio de Janeiro, n.424, p.16, 2007.

podemos observar que a relação estabelecida entre *os valores nacionais*¹¹⁶ (representado pelo conceito de *democracia*) e a *cultura brasileira* nos fragmentos de artigo anteriormente citados, os conceitos não se restringem ao campo do político.

Em virtude de tais argumentos podemos afirmar que o discurso da *RCM* orienta-se a partir de uma cultura política conservadora e autoritária, pois o pensamento conservador tem o presente apenas como um limite do passado em um sentido evolucionista linear, historicamente construído, em que o presente é consequência direta de um desenvolvimento anterior. Trata-se, em certa medida, de uma visão teleológica da história. Assim, encontramos afirmações em relação a momentos históricos da sociedade brasileira em que houve atuação militar, por exemplo, a proclamação da república, como se este acontecimento não teria sido possível sem a intervenção militar. A mesma lógica de interpretação é aplicada à abolição, à revolução de 1932, à deposição de Vargas e, evidentemente, à intervenção de 1964.

Do princípio conservador surge também outro discurso, este em defesa do princípio da liberdade, “arraigados na nacionalidade brasileira”, como afirmado no excerto a seguir:

Na verdade, a Revolução de 64 não dispunha de um programa traçado ao ser deflagrada, o que atesta a sua espontaneidade e repentinidade, mas possuía um ideário fundamentado na preservação dos **princípios da liberdade**, arraigados na nacionalidade brasileira. **(grifo nosso).**¹¹⁷

O princípio da liberdade na lógica do discurso da *RCM* vincula-se tanto ao de liberdade individual, uma vez que os regimes de esquerda são tidos como

¹¹⁶ Identificados no discurso da revista como sendo: ordem, progresso, soberania, democracia, consciência religiosa cristã, disciplina e hierarquia.

¹¹⁷ CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. Vinte e seis anos depois. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 293, p. 3, 1990.

ditatoriais, antidemocráticos e totalitários, quanto à liberdade no sentido de continuidade de uma ordem da qual são guardiães: a liberdade republicana tal qual se encontra naquele momento, com o correspondente sistema de distribuição de bens, sob risco de perda da soberania do país.

A possibilidade de implantação de um governo comunista é associada à interferência externa em assuntos nacionais, à influência ou mesmo ao financiamento dos revolucionários de esquerda por países como URSS, China e Cuba, sendo tais argumentos frequentemente utilizados como forma de levar o leitor a crer que significa a perda de soberania nacional.

Dentre os valores eleitos pelas Forças Armadas, cuja defesa utilizam como justificativa para o golpe e a ditadura civil militar, o sistema democrático de governo é o mais importante. Em relação a ele, assim é a tonalidade do discurso: a democracia é um bem inalienável da sociedade brasileira e se for necessário uma ditadura antidemocrática e autoritária para defendê-la, essa é legítima em virtude de seu fim superior. A “revolução”, portanto, foi em nome da democracia ameaçada pelos cidadãos brasileiros que compartilhavam de ideologias exógenas e confrontavam os valores nacionais, denominado de o “socialismo vermelho”.

Com estas ideias da mais pura **convicção democrática** fazíamos nós, o nosso proselitismo, enquanto os arautos do socialismo vermelho daquela época, entre muitos que hoje se repetem, mudando a coloração de seu socialismo, estimulavam os trabalhadores a um regime que diziam sindicalista. **(grifo nosso).**¹¹⁸

Em termos de liberdade individual o discurso de defesa da democracia é recorrente e ganha destaque substancial. Como observamos no excerto a seguir da *Revista do Clube Militar*, a democracia aparece como pertencente aos moldes

¹¹⁸ MATTOS, Carlos de Meira. O ideário da Revolução de 31 de março. A *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 316, p.6, 1994.

do “movimento” e como portadora dos princípios “continuadores da história e cultura brasileira”.

O movimento patriótico que, com a ação decisiva das Forças Armadas depôs o governo Goulart, vem sendo conhecido como revolução, às vezes qualificada como democrática, outras ironicamente como redentora, mas sempre revolução.¹¹⁹

O excerto faz menção às denominações que o evento de 1964 recebeu, assinalando seu caráter democrático e redentor. Como observamos também na passagem subsequente, o golpe deflagrado em 1964 é denominado por “movimento democrático”, visto que o mesmo, de acordo com preceitos difundidos na *Revista do Clube Militar* teve por objetivo a manutenção das instituições democráticas do país, supostamente ameaçadas pelo movimento comunista internacional, o qual é identificado por conceber uma forma de governo totalitária.

Homenagem ao Movimento Democrático de 31 de Março. Forças Democráticas Brasileiras, em histórica mobilização cívico-militar, impediram, patrioticamente, em 31 de março de 1964, a submissão do Brasil aos ditames totalitários do movimento comunista internacional. O memorável acontecimento permitiu a salvaguarda da democracia e a condução do País a um ciclo de extraordinário desenvolvimento.¹²⁰

De acordo com essa leitura, o que se entende por instituições democráticas, ou valores democráticos, não se relaciona diretamente com a forma de representatividade política. Isso porque democracia como sistema de governo pressupõe aquela forma na qual os cidadãos, através do voto, escolhem diretamente seus governantes. A democracia, na forma como é concebida nos artigos da *Revista do Clube Militar*, aparenta transcender o conceito político do

¹¹⁹ MELLO, Nilson Vieira Ferreira. 1964: Revolução, Contra-revolução ou Golpe Militar. A *Revista do Clube Militar*: a casa da República, Rio de Janeiro, n.358, p.16, 1999.

¹²⁰ EDITORIAL: Homenagem ao Movimento Democrático de 31 de Março. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 395, p. 28, 2002.

termo, tornando-se a síntese de uma série de valores distorcidos semanticamente e a ele agregados.

Existe um deslocamento de sentido no conceito de democracia quanto ao seu caráter de natureza conciliadora de pensamentos diferentes, em que a solução dos conflitos se dá a partir da negociação entre as partes, respeitando as leis vigentes e a vontade da maioria. Como é reapresentada no discurso da *RCM*, a democracia assume um sentido valorativo ou, o que Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva chamam de “sensibilidade democrática”. Isso significa dizer que mesmo não existindo em alguns governos uma democracia de fato ou uma democracia plena, existe uma necessidade de “fazer crer que há uma legitimação coletiva para suas ações, e que, de certo modo, seus anseios representam os anseios da Nação”.¹²¹ Como salientam os autores:

Assim, mesmo considerando a democracia um regime corrompido e negando ser democrata, Hitler afirmava que o nazismo era o autêntico representante da “vontade profunda” do povo alemão; Franco, por sua vez, definia seu regime como “democracia orgânica”; e o Partido Comunista soviético se considerava a “vanguarda do proletariado”. Em outros termos, as sociedades contemporâneas, mesmo aquelas cujos regimes adotaram caminhos diferentes da democracia, possuem em geral uma “sensibilidade democrática”.¹²²

Assim, a “revolução” também é um movimento democrático, tanto em virtude de seus fins de salvaguarda dos valores nacionais, quanto pela vontade da nação brasileira, da qual as Forças Armadas, além de intérprete, personifica os meios necessários, ou, figurativamente, se constitui na ponta da lança da verdadeira vontade popular.

¹²¹ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.90.

¹²² Loc. cit.

Deste modo, a máxima do apoio popular torna-se discurso recorrente presente em muitos dos fragmentos anteriormente elencados, entrando em cena repetidas vezes e com diferentes tonalidades: apoio, apelo, clamor – citando eventualmente a “Marcha da família com Deus pela liberdade”¹²³, como prova irrefutável de que suas ações continha a aprovação do povo.

Contra isso a sociedade reage. Homens de bem alevantam suas vozes contra esse estado de coisas; associações sérias fazem protestos, o clero católico – era então obediente aos sagrados ditames da Santa Madre Igreja – faz notar a sua inquietação, as mães de família organizam as lembradas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade.”¹²⁴

Em mais de uma vez o discurso das Forças Armadas presente na *RCM* refere-se ao golpe de 1964 ou aos governos militares subsequentes como ações que contrariavam sua vontade e que só teriam sido desencadeados pela pressão popular sofrida por eles. Assim, ações deflagradas pelas Forças Armadas visavam atender “apelos do povo brasileiro”.

Graças a Deus não foi assim: em 31 de março de 1964, as Forças Armadas, atendendo aos apelos do povo brasileiro – alguém ainda se lembra? – conseguiram estancar, temporariamente, a subversão que tomara conta do país antes de 1964.¹²⁵

A máxima do apoio popular como justificativa para uma tomada de atitude em relação à ameaça comunista é tão marcante no discurso da *RCM* que em alguns casos as Forças Armadas entram em cena como coadjuvantes. No

¹²³ “Movimento organizado no início de 1964 com a finalidade de sensibilizar a opinião pública contra as medidas que vinham sendo adotadas pelo governo João Goulart. Congregou setores da classe média temerosos do “perigo comunista” e favoráveis à deposição do presidente da República. Dissolveu-se pouco depois do movimento político-militar de 31 de março de 1964.” Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/busca-simples/verbete/verbete-tematico/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade>>, acesso em: 11 de Novembro de 2015.

¹²⁴ SCHIRMER, Pedro. A Futura Constituição e o Papel das Forças Armadas. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 279, p.5, 1987.

¹²⁵ SILVA, Aimar Baptista. A Albânia e o 31 de Março. *A Revista do Clube Militar*: a casa da República, Rio de Janeiro, n.334, p.12, 1997.

próximo artigo, por exemplo, visualiza-se a ênfase da *RCM* a esse respeito, presente nas letras garrafais em que se frisa não apenas o apoio da “maioria do povo” como no anterior, como do “Brasil por inteiro” ao salvador “grito de basta” proferido pelas Forças Armadas. É, portanto, o povo quem faz a “revolução”, com o apoio das Forças Armadas.

Nessa data, o BRASIL POR INTEIRO, com o apoio corajoso e oportuno de suas FORÇAS ARMADAS, deu o salvador GRITO DE BASTA! à baderna que se instalara em todos os setores da vida Nacional, não poucas vezes, com o estímulo indiscutível e indisfarçável do Presidente da República.¹²⁶

Torna-se, portanto, evidente que a *Revista do Clube Militar* busca criar uma memória em prol da legitimação do golpe em virtude de um suposto acordo entre sociedade civil e militar. Embora conceba estarem suas ações em conformidade com prerrogativas constitucionais estabelecidas, o critério da legalidade não é autossuficiente, pois é necessário “o recurso a critério ulterior, que pode ser o acordo dos interessados (critério do consenso, que deu origem a toda a tradição contratualista) ou a imposição de uma autoridade legítima”.¹²⁷

Assim, “apoiados pelo povo, os militares deflagraram a contra-revolução que se alastrou rapidamente por todo país”.¹²⁸ O termo contrarrevolução, forjado sob a concepção de que a ação militar de 1964 objetivava impedir uma revolução socialista em andamento no país, eventualmente também é utilizado para denominar o Golpe de 1964 em artigos da *Revista do Clube Militar*.

Do outro lado estava a força de reação, de ideologia democrática que, perante a ameaça resolvera fazer a contra-revolução brasileira de 1964. [...] Esta resistência democrática foi caracterizada na obra “Militares Confissões”, de Hélio Contreiras

¹²⁶ EDITORIAL: O dia 31 de Março de 1964. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 381, p. 01, 2001.

¹²⁷ BOBBIO, Norberto. A teoria do Estado e do Poder. In: BOBBIO, Norberto. Ensaios Escolhidos. São Paulo: C.H.Cardim Editores, s/d. p.183.

¹²⁸ MAIA, Augusto César Rocha. A Contra-revolução de 1964 e os transportes no Brasil. A *Revista do Clube Militar*: a casa da República, Rio de Janeiro, n.355, p.7-8, 1998.

como “um dever de resistir, o que se fez sob forte estímulo da sociedade civil. Foi uma resistência”. Outras obras apresentam essa mesma interpretação. Armando Falcão, autor de “Tudo a Declarar” assinala: “O movimento de 31 de março não começou como uma revolução, **era mais uma contra-revolução ou um contragolpe preventivo**, visando salvar a democracia ameaçada (pg.263)”.¹²⁹

No excerto acima o autor faz uso da historiografia militar para ressaltar a existência de um processo de “confronto” político-ideológico na sociedade brasileira, que sofria forte ameaça em relação a sua democracia. Nesse caso o grupo que almejava o ideal democrático tinha o dever de resistir, e com o forte estímulo da sociedade civil fizeram a contrarrevolução, como um ato de prevenção. Da mesma forma na passagem a seguir, ressaltam a existência de duas ideologias conflituosas e a divisão da sociedade em grupos que desejavam preservar a democracia enquanto o outro visava à instalação de um “regime marxista-leninista” no Brasil, reafirmando o caráter contrarrevolucionário do movimento.

Mostrou como a contra-revolução coroou a fase de confronto político-ideológico entre os brasileiros que desejavam preservar os valores da sociedade democrática e os que constituíam uma minoria, ativa e agressiva, que visava à instalação, no Brasil, de um regime marxista-leninista.¹³⁰

As correntes socialistas ou grupos de esquerda são vistos no país como provocadores de anarquia política, estimulados por estrangeiros. A utilização do termo, portanto, define o golpe deflagrado em 1964 como “contrarrevolucionário”, pois agiu contra a revolução socialista que seria deflagrada por um grupo que se auto-intitulava “revolucionários do povo”.

¹²⁹ FERREIRA, Edmirson Maranhão. O recruta, os lençóis brancos e 1964. A *Revista do Clube Militar*: a casa da República, Rio de Janeiro, n.360, p.8, 1999.

¹³⁰ COMEMORAÇÃO do 40º aniversário da Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 408, p. 16-18, 2002.

A contra-revolução, assim é mais apropriado chamar o movimento político de 31 de março de 1964, foi deflagrada por militares e civis, sob clamor popular, para acabar com a anarquia política, a irresponsabilidade administrativa e impedir a implantação de ideologia estimulada por correntes socialistas estrangeiras e um grupelho de aventureiros ao seu serviço, que se auto-intitulavam “revolucionários do povo”.¹³¹

A ideia de uma iminente revolução comunista no país, presente ainda no discurso produzido pela *Revista do Clube Militar* como subterfúgio para a legitimação do golpe, foi produzida e perpetuada no seio das Forças Armadas e disseminada por uma cultura de medo por toda a população décadas antes da ocorrência do Golpe. A conjuntura mundial de bipolaridade ideológica vivenciada no período de Guerra Fria pode ser apontada como causa das preocupações a esse respeito, mas é imprescindível recorrermos a episódios mais próximos e tangíveis à nossa realidade. Entre eles, a Intentona Comunista em 1935, pode ser considerada o ponto de irradiação dos temores das Forças Armadas com relação à subversão comunista na política nacional, bem como em seu próprio meio.

Na ótica da *Revista do Clube Militar*, a menção à introdução de ideias de esquerda no seio das Forças Armadas atua como um importante fator mobilizador do golpe, pois a carga ideológica desses se contrapõe aos valores intrínsecos daqueles, e uma ruptura ideológica poderia gerar consequências graves não somente a organização, bem como a questionamentos quanto à causa existencial da instituição.

Mesmo muitos dos adversários da Revolução não hesitaram em reconhecer que as Forças Armadas relutaram em quebrar a ordem institucional e que só o fizeram em razão da irresistível pressão popular de âmbito nacional e quando os princípios da **Disciplina** e da **Hierarquia** foram gravemente afetados. (**grifo nosso**)¹³²

¹³¹ DE SOUZA, Sergio Fett Sparta. Ai dos vencidos!. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 429, p.34, 2008.

¹³² EDITORIAL: A revolução de 31 de março de 1964. *A Revista do Clube Militar*: a casa da República, Rio de Janeiro, n.310, p.2, 1993.

A subversão nas Forças Armadas ganha tanta importância nos acontecimentos precedentes à “revolução” por interferir diretamente nos princípios mais caros à organização militar: a disciplina e a hierarquia. Assim sendo, podemos afirmar a intervenção militar de 1964 visava indiretamente à preservação da estrutura vigente de Forças Armadas, e a perpetuidade de uma formação ideológica.

De um lado a ineficiência administrativa, a falta de autoridade e sua estranha ligação com os sindicatos que ditavam ordens e demitiam ministros. A subversão da ordem se alastrava rapidamente, comandada por grande número de organizações de arregimentação marxista, perturbando o fraco desempenho do governo, atuando livremente contra o direito de propriedade, de liberdade de expressão, a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas. (p.XXV)¹³³

Fica claro no fragmento acima, como o discurso da *RCM*, coloca em primeira ordem a perturbação da organização das Forças Armadas pela subversão comunista. No discurso vê-se uma ameaça direta às instituições militares, tanto pela esquerda subversiva que estende seu campo de influência dentro da própria Força Armada. Essa influência, segundo o discurso proferido na *RCM* *provêm* de movimentos originados na década de 1930, o que demonstra que existia nas Forças Armadas a ideia de uma conspiração comunista.

A quartelada de novembro de 1935, conhecida como *Intentona Comunista*, está nesse contexto e ainda foi um desdobramento do *Tenentismo*, desta vez impregnado pela ideologia de seu líder Carlos Prestes, deixando no pensamento militar, em contrapartida, a indelével marca da reação à socialização do Brasil, porque negava o espírito de cristandade do brasileiro e

¹³³ LIMA, Helio Ibiapina. O comício de 13 de março de 1964. A *Revista do Clube Militar*: a casa da República, Rio de Janeiro, n.335, p. XXV-XXVIII, 1997.

seus ideais de liberdade, representando a opressão, o ódio e a ameaça à própria existência do Exército.¹³⁴

Acontecimentos mais próximos, que romperam com princípios inerentes as Forças Armadas, como disciplina e hierarquia, apontavam a crescente subversão em seus quadros de oficiais. A importância dessa perspectiva é realçada também pela presença da ordem de transferência de inúmeros oficiais considerados subversivos nos *Atos do Comando Supremo da Revolução*, e ainda a inquestionável relevância dada ao tema no *Manifesto do General Amauri Kruel* no dia 1º de abril de 1964.¹³⁵ Os acontecimentos aos quais nos referimos são respectivamente: o comício na Central do Brasil, em que se acentua a inclinação à esquerda por parte do presidente João Goulart; o motim dos marinheiros na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, o qual embora tenha sofrido represálias das Forças Armadas, o Presidente da República entra novamente em cena concedendo a anistia aos envolvidos; e Comemoração da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar que ocorreu no Automóvel Clube, e também contou com a participação de João Goulart, cujo discurso na ocasião, foi considerado violento. Tais fatos, são constantemente elencados pela *Revista do Clube Militar*, como evidências inquestionáveis das intenções de implantação de um governo comunista através de uma revolução ou um golpe de Estado deflagrado por João Goulart, então Presidente da República.

Havia, sem dúvida, um clima de pré-revolucionário que teria de provocar a decisão de desencadear a contrarrevolução. Esta foi precipitada pela ocorrência de três acontecimentos sucessivos: o “comício das reformas” de 13 de março na Central do Brasil, os movimentos dos marinheiros uma semana depois, e, a 30 de março, a Reunião no Automóvel Clube, promovida pela

¹³⁴ PEDROSA, José Fernando de Maya. Bases históricas da Revolução de 1964. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 409, p.29, 2004.

¹³⁵ WASSERMAN, Cláudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, C.; GUAZZELLI, Cesar A.B. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.41.

associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, na qual o Presidente da República fez violento discurso.¹³⁶

Muitos são os artigos que tratam das preocupações das Forças Armadas com a aproximação do seu quadro de oficiais às ideias socialistas é recorrente nas edições da *Revista do Clube Militar*, denotando um sentimento de ameaça não somente externa (sociedade civil), mas também interna. Para compreendermos como o discurso da existência de conspirações, que ameaçam, que confrontam os valores de determinada sociedade, tornam-se a base para o estabelecimento de conspirações contrárias, importante diálogo pode ser estabelecido a partir da concepção do mito da conspiração em Raul Girardet, a esse respeito, salienta que:

Só o complô parece poder frustrar o complô. O segredo, a máscara, o juramento iniciático, a comunidade de cúmplices, a maquinação oculta, em suma, tudo o que é denunciado e temido no outro reveste-se de repente, voltando contra este, de um sombrio e todo-poderoso atrativo.¹³⁷

É, portanto, sob o abrigo dessa crença, de ameaça comunista, que é absorvida e aperfeiçoada pela Escola Superior de Guerra no Brasil a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), conceituada como “a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”.¹³⁸ Essa concepção de estado de guerra (civil) disseminada pelas Forças Armadas é a ideologia que subsidia não apenas o Golpe, mas também as políticas autoritárias adotadas pelos governantes militares e a suposta razão da continuidade no poder durante vinte e um anos. No fragmento de um artigo a seguir, observamos ainda, uma série de outros elementos

¹³⁶ LOPES, João Cláudio Croce. O Clube Militar e a Contra-revolução de 31 de Março de 1964. *Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.436, p.23, 2010.

¹³⁷ GIRARDET, op. cit., p.60.

¹³⁸ BORGES, op. cit, p.24.

associados à ideia de revolução comunista iminente, com relação principalmente a incapacidade administrativa de João Goulart, agitações de movimentos proletariados, urbanos e rurais, e a subversão nas Forças Armadas.

No início da década de 60, no auge da guerra fria, a Nação sentia-se ameaçada pela falta de autoridade, inflação em alta, greves constantes da CGT e agitações no campo (MST, de hoje), tentativas de quebra de hierarquia e disciplina nas Forças Armadas, e percebe a revolução comunista iminente.¹³⁹

A existência de grupos de esquerda que perseguiram o ideal socialista no Brasil é fato amplamente debatido na historiografia. A divergência entre a historiografia e o discurso da *RCM* está no potencial organizacional de tais grupos, pois eles próprios divergiam-se em inúmeros aspectos, e principalmente em relação aos meios de alcançarem seus objetivos. O maior exemplo disso é a fragmentação do PCB em PCdoB em 1962 em decorrência de divergências internas. Já no discurso da *RCM* a revolução comunista era iminente, sendo revertida apenas com a interferência das Forças Armadas¹⁴⁰.

Essa visão particular do período histórico que compreende o golpe civil-militar a Nova República atente a um interesse de perpetuar uma memória positiva de acontecimentos que, pelas fragilidades das justificativas e os métodos violentos usados pelos militares, tem sido marcado por uma memória negativa. Com esse fim é elaborado, sustentado e divulgado um discurso que cuja abordagem é unilateral, simplista e repetitiva.

Assim, podemos identificar dois eixos centrais do discurso da *Revista do Clube Militar*: 1) a afirmação de que havia uma revolução comunista em curso e por esse motivo uma série de princípios que definem o povo brasileiro estariam

¹³⁹ MIGUES, Carlos Cláudio. A farsa do século. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 393, p.13, 2002. 70

¹⁴⁰ Ver: SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). In: Ferreira, Jorge; Araújo, Daniel Reis. *Revolução e democracia: 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ameaçados; 2) A defesa desses princípios “nacionais” é uma missão das Forças Armadas, e somente esses são competentes para fazê-lo.

Memória e narrativa mitológica

Reconhecemos na construção da narrativa memorialística militar apresentada na *RCM* sobre o golpe de 1964 e o período de ditadura uma dimensão mitológica, na acepção adota pelo historiador Raoul Girardet sobre o mito político:

[...] é fabulação, *deformação* ou *interpretação* objetivamente recusável do real. Mas, *narrativa* legendária, é verdade que ele exerce também uma função *explicativa*, fornecendo certo número de chaves para a *compreensão do presente*, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de *mobilização*: por tudo o que veicula de dinamismo profético”.¹⁴¹

Enquanto memória e narrativa mitológica, o discurso da *Revista do Clube Militar* apresenta uma visão deformada do real à medida que apresenta a história a partir de acontecimentos específicos para explicar um quadro maior e mais complexo; a narrativa cumpre um papel de explicação (justificação) dos acontecimentos passados e, compreensão do presente, pois também fornece argumentos explicativos sobre a existência de uma interpretação contraditória; e por fim, de mobilização no sentido de perpetuidade dessa memória.

Dentre os conjuntos de construções míticas analisadas por Girardet, o mito da conspiração se caracteriza por apresentar uma “carga de densidade histórica”, talvez mais que os demais mitos políticos, pois muito frequentemente tais manipulações estão relacionadas a “dados factuais relativamente precisos, facilmente verificáveis em todo caso e concretamente apreensíveis”.¹⁴²

¹⁴¹ GIRARDET, op. cit., p.13

¹⁴² Ibidem, p.52.

O discurso das Forças Armadas na *Revista do Clube Militar* não pode ser considerado apenas como uma memória construída posteriormente aos acontecimentos. Existem elementos de continuidade que estabelecem coerência e legitimidade às circunstâncias conforme ocorreram. Existe assim, um resgate do discurso na validação da memória. O complô comunista é reafirmado inclusive a partir de circunstâncias presentes, tais como o desprestígio das Forças Armadas pós-ditadura. Fator imputado não ao desrespeito aos direitos humanos, mas ao fato da mídia, política e Universidades estarem ocupadas pelos “elementos esquerdistas” que no período de “revolução” lutavam na guerrilha para implantar uma república socialista no Brasil. Trata-se, portanto, de “revanchismo”, uma vez que foram os vencidos no processo histórico.

Também notável no processo histórico de golpe e ditadura civil-militar no Brasil como a denúncia de conspiração se inscreve em um “clima psicológico e social de incerteza, de temor ou de angústia”.¹⁴³ Como acentua Girardet, podem ser maior ou menor as variações numéricas ou os componentes sociológicos, mas é indiscutível a presença de sinais clínicos de medos coletivos. A existência de uma “violência dramática”, não se impõe com certa força e evidencia, mas de uma forma geral as construções mitológicas apresentadas podem ser interpretadas como a resposta a uma ameaça ou “uma reação quase instintiva ao sentimento de uma ameaça”.¹⁴⁴

Em cada episódio¹⁴⁵ analisado por Girardet, o autor afirma ser irrefutável a presença de preocupações manipuladoras. Embora existam alguns casos em que seja verificável uma “vontade deliberada de maquinação” a maioria deles se sustenta na convicção dos militantes engajados. Importante aspecto a ser observado sobre os “empreendimentos de manipulação” é que estes tornam-se

¹⁴³ Ibidem, p.53.

¹⁴⁴ Ibidem, p.54.

¹⁴⁵ O mito da conspiração é analisado a partir de três narrativas literárias que encontram para além do papel, encontram-se também arraigadas no imaginário político europeu. São elas: o discurso do rabino na obra *Biarritz* de Sir John Retcliffe (o complô judeu); O judeu errante de Eugène Sue (o complô jesuístico); e Joseph Balsamo de Alexandre Dumas (o complô maçônico).

bem-sucedidos apenas quando existe previamente um estado de receptividade, ou seja, “em sua estrutura, em sua forma, como em seu conteúdo, a mensagem a ser transmitida deve, para ter alguma eficácia, corresponder a um certo código já inscrito nas normas do imaginário”.¹⁴⁶

A partir da análise da *RCM*, observamos na construção do discurso esses mesmos elementos, ou seja, uma manipulação em virtude de um engajamento, que é aceita por estar direcionada a um grupo que receptivo que partilham as mesmas normas do imaginário. É pertinente ressaltar ainda, que o mito do complô pode ser interpretado como um jogo de espelhos invertidos, onde a projeção que se faz dos atributos do conspirador pode ser um reflexos daquele que o denunciavam.

No segundo eixo do discurso da *RCM* encontramos com o discurso do mito do “Salvador”. O mito do “salvador” se situa frequentemente em um contexto de “crise de legitimidade”, que pode ser caracterizada por formas diversas, tais como: bloqueio institucional, ameaça estrangeira ou bloqueio militar. Mas para que este discurso ganhe força é necessário que se compreenda que o mesmo está intimamente relacionado à questão da legitimidade/legalidade. Aqui os escritos de Girardet são providenciais para entendermos a dinâmica e visão de mundo da *Revista do Clube Militar* em sua proposta de criar uma memória história sobre o Golpe. Segundo Girardet:

[...] no quadro preciso de uma sociedade determinada e por um período igualmente determinado, a noção de legitimidade não corresponde a nada além do reconhecimento espontâneo da ordem estabelecida, da aceitação natural, não obrigatoriamente das decisões daqueles que governam. Todo poder pode, em última análise, aparecer como legítimo quando, para a grande massa da opinião e do segredo dos espíritos e dos corações, a manutenção das instituições estabelecidas é reconhecida como uma evidência fatual, escapando a toda constatação, ao abrigo de todo questionamento.¹⁴⁷

¹⁴⁶ GIRARDET, op.cit., p.51.

¹⁴⁷ Ibidem, p.88

Observamos, ainda, outros fatores que contribuem para pensar o discurso elaborado pelos militares com relação ao Golpe de 1964 e posterior período de governo militar sob a perspectiva da construção de um mito do “Salvador”. Um exemplo significativo é a sistemática que o autor concebe o processo de heroificação, o qual “pode apresentar-se organizado em vários períodos sucessivos, sensivelmente diferentes uns dos outros por sua tonalidade afetiva”.¹⁴⁸

Os períodos sucessivos a que o autor se refere são: o tempo da espera e do apelo, o tempo da presença e o tempo da lembrança. Em todos são perceptíveis à presença de sentimentos coletivos distintos, de forma que nos três períodos tais sentimentos concorrem para a formação da imagem de Salvador de determinado personagem histórico. Os elementos que contribuem para a formação dessa imagem, no caso particular do governo militar brasileiro, tomando como fonte o discurso produzido pela *Revista do Clube Militar*, são perfeitamente identificáveis em cada período mencionado na análise desenvolvida.

O ***tempo da espera e do apelo***, é marcado pela disseminação da ideia de uma crise de legitimidade no governo democraticamente instituído, acusado, entre outras coisas, de planejar uma ação subversiva que iria contra os valores da sociedade brasileira. Sempre presente também, a possibilidade de uma revolução comunista iminente, deflagrado pelo então governante, ou ainda, por grupos que se organizavam pelo mesmo objetivo, almejando alcançá-lo através de outros meios. O ***tempo do apelo***, portanto, é marcado pela formulação de uma imagem de perturbação da ordem pública existente, pela disseminação da existência de uma ameaça à concepção de sociedade idealizada pela “maioria dos brasileiros”. E ainda, da intervenção imprescindível das Forças Armadas na esfera governamental, como instituição ilibada e competente, revestida de legalidade constitucional para restaurar a “paz”, “tranquilidade” e “progresso”. Vejamos,

¹⁴⁸ Ibidem, p.72

mais uma vez, como a *Revista do Clube Militar* pretende elaborar esta memória histórica:

Atendemos aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade (sic) e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.¹⁴⁹

O *tempo da presença* é marcado principalmente pelo discurso da continuidade essencial dos militares à frente do governo. Necessidade esta, embasada no combate a grupos, presentes nos campos e cidades, que ainda buscavam fazer uma revolução socialista¹⁵⁰ no país por meio de luta armada, de forma a justificar não apenas a permanência, bem como, o endurecimento nas ações repressivas. Surge nesse momento a questão de segurança, ou seja, da manutenção das “instituições democráticas” restauradas pela ação militar, o pretense equilíbrio financeiro, baixos índices de desemprego, fomento a industrialização, construção e ampliação das redes de comunicação, energéticas, rodoviárias, entre outros feitos que proporcionassem uma sensação de desenvolvimento econômico e social. São constantes nas edições da *Revista do Clube Militar*, habitualmente acompanhados da máxima de que o Brasil foi reconhecido como a 8ª potência mundial no período de governo militar. No excerto a seguir, observa-se a acusação ao atraso democrático sofrido pela Nação,

¹⁴⁹ O dia 31 de Março de 1964: A luta pela preservação da vocação cristã e ocidental. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 381, p.05, 2001.

¹⁵⁰ Embora o “socialismo” seja “Aquilo a que Marx chamou “fases” da sociedade comunista, a tradição marxista denominou-o depois “Socialismo” e “comunismo”, dando ao Socialismo o significado de sociedade transitória a caminho de um modo de produção integralmente comunista” (BOBBIO, 1998, p.1199), os artigos da *Revista do Clube Militar* não diferenciam os conceitos, utilizando indistintamente um e outro, como também adjetivações como “vermelhos” ou ainda os diferentes modelos: “marxista”, “leninista”, “stalinista” e “gramsciano” com igual indistinção.

aos movimentos de esquerda financiados ou apoiados por países estrangeiros, que se voltaram para a luta armada como via para implantar um governo socialista.

Para infelicidade do Brasil, entretanto, elementos de esquerda, e ligados a movimentos alienígenas de diferentes linhas marxistas, voltaram-se para a violência armada e não permitiram que fossem experimentados o Proterra e, muito menos, a excelente constituição de 1967. Pela sua atuação é tentada pela terceira vez a tomada do Poder. Esses elementos levaram a Nação a um infeliz atraso democrático.¹⁵¹

No *tempo da lembrança*, tempo este que corresponde ao de nossa pesquisa, é retomado todo o discurso dos períodos anteriores como fundamentos irrefutáveis à necessidade do desprendimento do Golpe e dos 21 anos de governo militar, ressaltando a intervenção como um mal necessário e o papel heroico das Forças Armadas. Além da supervalorização da administração dos governos militares em detrimento dos civis, há uma certa acentuação nos elogios quanto ao comportamento ético e moral dos oficiais que estiveram à frente do governo. Prática que deixa transparecer, mesmo que de forma menos explícita, comparações com os governos civis posteriores aos militares. Outro traço presente no *discurso da lembrança* ou *elaboração de uma memória histórica*, esse menos presente, mas transparecendo também através dos silêncios, trata-se da amenização aos crimes contra os direitos humanos, ou ainda do caráter ditatorial dos governos. Podemos verificar esta elaboração pragmática da *Revista do Clube Militar*, de forma bastante clara no trecho a seguir:

Os cinco (5) Oficiais Gerais, sucessivamente, durante o período de 20 anos, conduziram, com raro equilíbrio, nosso País, dando-lhe todas as condições para que fosse, em 1984, fim do período, a 8ª potência mundial. Estes cinco (5) Oficiais Gerais tornaram-se líderes de seu povo, administrando o Poder Nacional, comportando-se como homens de classe média. Nenhum deles tentou tornar-se ditador, todos transferiram os governos aos

¹⁵¹ LIMA, Helio Ibiapina. A Contra-revolução restauradora de 1964 a 1967. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 407, p.17, 2004.

seus sucessores ao final dos seus mandatos, menos um, que faleceu a meio caminho.¹⁵²

Por conseguinte, o mito político, muitas vezes transmite o tipo de mentalidade e valores ideológicos do contexto em que se insere, e ainda, nos permite visualizar nos heróis salvadores de cada sociedade os seus “modelos de autoridade”. Mas é importante entendermos que o mito como objeto de estudo não pode ser compreendido inteiramente, visto que:

[...] só pode ser compreendido se é intimamente vivido, mas vive-lo impede dar-se conta dele objetivamente. Objeto de estudo, ele tende, inversamente, a imobilizar-se em uma sucessão de dados estáticos, tende igualmente a se esvaziar de seu conteúdo emocional, ou seja, do essencial de si mesmo.¹⁵³

Dessa maneira, podemos observar que a memória militar reapresentada na *Revista do Clube Militar* é construída a partir da seleção de acontecimentos pontuais em que as Forças Armadas desempenharam marcante atuação, sendo silenciados diversos outros aspectos do período que é ressaltado pela historiografia. Fica claro, portanto, a existência de seleção e distorção dos acontecimentos a partir de uma interpretação partidária.

Como afirma Peter Burke, é muito comum observar na reinterpretação da memória uma organização dos elementos em forma de esquema, ou seja, representar um fato ou personagem em termos de outro. A partir do enquadramento de determinado personagem, na imagem de herói ou vilão e repetição incessante de determinado esquema forma-se a narrativa mítica. O esquema apresentado na memória da *RCM* tem como eixo central o discurso que legitimou e sustentou o golpe e os vinte e um anos de governo militar, fundamentado essencialmente na Doutrina de Segurança Nacional. Fundamento

¹⁵² LIMA, Hélio Ibiapina. Editorial: Viva o 31 de Março de 1964! *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 382, p. 01, 2001.

¹⁵³ GIRARDET, op. cit., p.23.

este que tinha por base a existência de uma guerra civil contra o comunismo que, dentro de uma visão conservadora de direita – representada naquele período pelos militares e alguns grupos civis diretamente interessados na manutenção do modelo político e econômico vigente – não correspondia aos valores brasileiros.

Os elementos essenciais presentes no discurso de refundação da memória sobre o período de governo militar são: a disseminação de ideologias contrárias aos valores nacionais, ou que destoassem do projeto de governo e de nação fundado pelas Forças Armadas, modelo esse que preza pelos princípios da ordem, progresso, soberania nacional, forma de governo democrática, respeito à disciplina e hierarquia, e a observância da doutrina/valores cristãos; a disseminação dessa ideologia associado à incapacidade política-administrativa do presidente João Goulart provocaria um processo de instabilidade política e econômica da Nação, o desmantelamento de instituições, a subversão das Forças Armadas que culminaria em uma revolução comunista; As Forças Armadas, por ser o reduto dos princípios defendidos e depositária da confiança da população brasileira, apresentam todas as qualificações necessárias para impedir tais acontecimentos, configurando-se em verdadeiros heróis do país.

Michel Pollack assinala que o processo de enquadramento tem como finalidade a coesão interna em relação ao que um grupo tem em comum, quando esse enquadramento acontece na esfera política, especialmente, não se sustenta enquanto mera falsificação, alcançando a coerência a partir de discursos sucessivos. Esse mecanismo de repetição de um mesmo discurso é irrefutável no discurso da *RCM*, como demonstrado nesse mesmo capítulo.

Por fim, Burke ressalta que deve ser observado na constituição desses mitos sua função e os usos da memória social, ou seja, a intencionalidade dos agentes históricos em reproduzir essa narrativa mitológica. A existência de uma intencionalidade no discurso memorialístico da *RCM* é explicitada mais de uma vez em editoriais e artigos, exemplificado no fragmento abaixo:

Temos a obrigação de tratar da Revolução de 64, de não a deixar cair no esquecimento ou, o que é pior, na deturpação e no descrédito. Porque os nossos renitentes adversários, de ontem e de hoje, não titubeiam para fazer referências negativas a ela, e às pessoas que se empenharam com ela, e às instituições que lhe deram suporte.¹⁵⁴

Essa passagem traduz e reforça a existência de uma disputa pela memória desse período da história do Brasil, à luz dos escritos de Carlos Fico, de que “a história da ditadura militar também pode ser contada como sendo a história da luta pela constituição da memória correta”.¹⁵⁵ Percebemos, assim, que a sequência de imagens forjadas anteriormente pelos militares e civis que deflagraram o Golpe de Estado em 1964, ainda é recorrente como forma de sustentação de uma visão legitimadora do golpe e do regime militar. Neste caso, em particular, a *Revista do Clube Militar*, atua como porta voz de ex-integrantes do regime de exceção que governou o Brasil de 1964-1985, na tentativa de construir uma versão da história por meio de uma memória que atenda à sua visão de mundo e interesses objetivos. Versão esta que se desenvolve com a construção de mitos políticos, atendendo assim uma função de reestruturação mental e coesão social. O mito opera com caráter mobilizador, junto à sociedade, os elementos para uma nova compreensão e sentimentos de adesão uma vez que “aparece também como elemento construtivo de uma certa forma de realidade social”.¹⁵⁶ Dessa forma, entendemos que os esforços envolvidos na perpetuação de uma “realidade” forjada que se insere no discurso militar sobre o golpe de 1964 e o período de ditadura militar, atendem não somente aos interesses de legitimação das ações deflagradas no passado, mas também tendem a “reamarrar-

¹⁵⁴ NOS 33 anos da eclosão da Revolução Democrática de 64: discurso no Clube Militar, em 31 de Março de 1997, pelo Gen Ex Jonas Correa Neto. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.336, p.20, 1997.

¹⁵⁵ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p, 171.

¹⁵⁶ GIRARDET, op. cit. 183

se em um presente reconquistado, tomar pé em um mundo que voltou a ser coerente, que voltou a ser, claramente ‘legível’”.¹⁵⁷ O que ocorre a partir de uma crença política vivida com toda adesão de sua fé.

¹⁵⁷ Loc. cit.

CAPÍTULO III

A memória militar e a experiência democrática

“A memória age “tecendo” fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos em relação a outros), mais que recuperando-os, resgatando-os ou descrevendo-os como “realmente” aconteceram.”¹⁵⁸

A História entre o passado e presente

Na passagem de um período histórico, apresentado no discurso da *Revista do Clube Militar* como glorioso para um tempo em que a “gloriosidade” e o “heroicismo” serão questionados e desconstruídos por alguns setores da sociedade, seria possível a permanência dos mesmos elementos discursivos? Onde pode ser identificada a defesa dos “valores nacionais”, que no discurso das Forças Armadas justificaram o golpe de 1964 e a ditadura, no contexto político contemporâneo?

Em busca de respostas, verificaremos a ressonância da memória das Forças Armadas sobre o período de ditadura militar em temas que por um fator temporal inserem-se em contexto histórico completamente diferente, todavia em sua essência remetem àquela conjuntura. Os temas escolhidos – Lei de Anistia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – são elementos que presentificam um passado que suscita sentimentos controversos e que, a nosso ver, acionam mecanismos de memória que remetem ao período, transmutando a forma de ver o passado para a forma com que veem o presente.

¹⁵⁸ SEIXAS, Jacy Alves, op. cit., p.51.

Dessa forma é fundamental nos aprofundarmos em algumas questões conceituais e metodológicas acerca da temporalidade a qual compreende essa análise histórica. O tempo presente se entremeia na “ciência do passado” desde seus primórdios. Identificado como obstáculo a objetividade histórica pela escola metódica nos séculos XVIII e XIX, no século XX com o advento da Escola dos *Annales* ressurgiu enquanto lugar privilegiado do qual o historiador problematiza o passado. Embora reconheça a importância da relação passado-presente, essa nova visão não insere de imediato o presente enquanto temporalidade factível à investigação histórica.

“A impossibilidade de recuo no tempo, aliada à dificuldade de apreciar a importância e a dimensão a longo prazo dos fenômenos, bem como o risco de cair no puro relato jornalístico, foram mais uma vez colocados como empecilhos para a história do século XX.”¹⁵⁹

Foram os eventos traumáticos do século XX, especialmente as guerras mundiais entre outros de grande significação para a sociedade global, que fixaram de forma definitiva a necessidade de se compreender o tempo presente, recolocando-o no campo da investigação histórica, bem como muitas das preocupações teórico-metodológicas que esse novo campo suscitou devido à natureza peculiar de seus objetos e fontes.

Além da problemática das fontes¹⁶⁰, o tempo presente pode suscitar desconforto ou insegurança ao ofício do historiador, visto que suas fronteiras, ou

¹⁵⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.117, maio/jun., 2000.

¹⁶⁰ As fontes para se trabalhar História do Tempo Presente apresentam características peculiares e por esse motivo foi considerado por muitos um obstáculo. O primeiro obstáculo seria quantitativo, uma vez que existe um prazo mínimo para a liberação de documentos oficiais na maioria dos países, julgou-se não existir corpus documental suficiente para o estudo de tal tempo. A superação do primeiro obstáculo com a incorporação de fontes de natureza, visual, oral e

marcos cronológicos se apresentam mais fluídos que dos demais tempos históricos. A grande questão a nosso ver está na definição objetiva do que é “presente” de forma que podemos nos esquivar do clichê da História como “ciência do passado”.

Com base nas contribuições do historiador Reinhart Koselleck, a partir de suas categorias temporais “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”¹⁶¹, compreendemos que o presente não pode ser entendido distante de sua relação entre o passado e o futuro. E que essa relação, como é sentida na sociedade e como determinação conceitual no fazer historiográfico, não é unidimensional ou invariável, mas simultânea. Não se trata apenas de uma “noção da presença incorporada do futuro/passado no presente”, mas como adverte Regina Guimarães Neto, “remete à reflexão acerca das relações que se estabelecem entre presente e futuro, presente e passado e, especialmente, como essas próprias relações se constituem”¹⁶²

No epicentro dessas temporalidades que se imbricam encontra-se o historiador, carregado da mesma contemporaneidade de seus objetos/sujeitos de estudo. Fator esse, que representou, durante muito tempo, a impossibilidade de se garantir a objetividade histórica no estudo do tempo presente, uma vez que o historiador não conseguiria o afastamento necessário para olhar seu objeto com a imparcialidade almejada. Decorridos anos de experiências e aprimoramentos nos métodos históricos para a pesquisa do tempo presente esse fator passou a ser

sonora ao fazer historiográfico, surgiu o problema do método em relação às fontes. Diversos tratados de história demonstram tais problemas como superados pela historiografia.

¹⁶¹ Enquanto “experiência” seria aquele passado atual, portanto, presente, que incorpora os acontecimentos passados permitindo sua lembrança; a “expectativa” também vivida no presente volta-se ao não experimentado, como o medo, o desejo a vontade. Ambos os conceitos apresentam elementos de elaboração racional como “formas inconscientes de comportamento” In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: uma contribuição à semântica dos tempos históricos*. Wilma Patrícia Maas/Carlos Almeida Pereira (trad.). Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

¹⁶² GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucília de A. Neves; FERREIRA, Marieta M. *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p.37.

compreendido como lugar comum em toda pesquisa histórica uma vez que “todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo”¹⁶³.

Nosso objeto de pesquisa, portanto, é notadamente presente. Presente devido ao recorte temporal selecionado (1985-2010). Presente, pois nossa sociedade, mesmo que inconsciente, vive através das memórias daqueles que experienciaram os tempos de ditadura militar e sob os reflexos das ações e ideias defendidas naquele período. Ideias que encontraram formas de subsistirem apesar do paradoxo representado pelo legado de submissão a uma política autoritária.

Embora não esteja inscrito na temporalidade de nossa pesquisa, alguns acontecimentos recentes são interessantes para demonstrarmos a continuidade dessas ideias em nossa sociedade, assim como o conflito que elas ainda suscitam entre diversos segmentos. Entre esses acontecimentos podemos citar a posse, em 2011, da presidente Dilma Rousseff, exibida pela rede Globo, em que podemos ouvir na narração da jornalista, no momento em que a presidente passa em revista a tropa, referência ao seu passado de luta contra a ditadura e como aquele momento de certa forma significaria um sinal de reverência das Forças Armadas, um sinal de reconhecimento de uma eleição democrática.

Outro fato importante, que também demonstra a demarcação de ideias favoráveis ou contra o regime militar foi à criação, em 2011, da Comissão Nacional da Verdade, pela Lei 12528/2011, em vigor a partir de 16 de maio de 2012. Suellen Maciel¹⁶⁴ assinala que ainda no momento de proposição da criação da supracitada comissão em 2010, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3), “gerou disputas de memórias entre os

¹⁶³ HOBBSAWN, Eric. O presente como história. In: _____. Sobre história. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 244.

¹⁶⁴ Historiadora e advogada que atuou como analista de pesquisa na Comissão Nacional da Verdade entre 2013 e 2014.

mais variados setores da sociedade”, evidenciadas pela nota divulgada à pelos presidentes dos Clubes Militar, Naval e Aeronáutica na qual afirmaram que a comissão “causaria ‘divisão dos brasileiros’ e traria à tona ‘sequelas deixadas por ambos os lados’, argumentando ainda que tal comissão corromperia o ambiente de conciliação estabelecido pela Lei de Anistia de 1979”¹⁶⁵.

A nosso ver, a criação da Comissão Nacional da Verdade, entre outros acontecimentos recentes não “geram” uma disputa pela memória, mas evidenciam uma disputa preexistente. Como demonstra o estudo de Eduardo Santos, existem grupos¹⁶⁶ formados por civis e militares cuja forma de atuação no período de Nova República reforçam a existência de uma disputa pela memória e marcam um posicionamento político ideológico.

As ideias presentes no discurso da *Revista do Clube Militar*, que entendemos como de cunho político-ideológico, assumem uma tonalidade conservadora, uma vez que repetidamente tomam os governos civis, ações e planos governamentais nos campos administrativo e econômico, e até mesmo temas sociais, como objetos de comparação com o período de regime militar. O passado é sempre colocado enquanto um tempo que deu certo, que possibilitou o estágio político-econômico-social vividos no presente e, portanto, seu modelo de governo seria digno não apenas de admiração, como também fonte de inspiração. Observamos, portanto, nesse discurso, uma releitura específica da história que preza pela continuidade do passado no presente, demonstrando

¹⁶⁵ MACIEL, Suellen Neto Pires. Disputas da Memória: uma reflexão inicial sobre a Lei de criação da Comissão Nacional da Verdade. In: DELGADO, Lucilia Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 124.

¹⁶⁶ Entre os grupos estudados por Eduardo Heleno de Jesus Santos em sua dissertação de mestrado defendida em 2009 pela Universidade Federal Fluminense estão: Letras Em Marcha, Ombro A Ombro, Grupo Independente 31 De Março (Rj), Grupo Guararapes, Grupo Araucária, Grupo Farroupilha, Grupo Potiguar, Grupo Das Bandeiras - União Nacional Democrática, Grupo Inconfidência, Grupo Anhanguera, Grupo Cabanos, Movimento Nativista, Instituto Catavento, Grupo Estácio De Sá, Grupo Catarina, Grupo Carta-Compromisso, Terrorismo Nunca Mais – Ternuma, Grupo Quero-Quero, Grupo Atitude Nacional, Grupo Marinheiros, Grupo Ad Summus, Grupo Bandeirantes, Grupo Emboabas.

aversão a sinais de rompimento, seja no campo do discurso ou na materialização de políticas contrárias a ele.

A interpretação em relação aos princípios de igualdade e liberdade, elencados por Karl Mannheim e Norberto Bobbio como elementos que diferenciam respectivamente o pensamento conservador do progressista ou a direita da esquerda, também são verificáveis na leitura dos autores da *Revista do Clube Militar* sobre diversos assuntos políticos e sociais no período entre 1985 e 2010. Nesse discurso é possível perceber uma valorização das desigualdades naturais entre os homens, a partir da supervalorização dos privilégios das elites enquanto classe detentora por direito do poder político e econômico. Essa postura revela-se em artigos que versam sobre o direito à propriedade privada, geralmente abordados em temas como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ou a criação de reservas indígenas, onde o direito à terra é relacionado com a capacidade de se obter lucros advindos da sua exploração. A própria rejeição à criação de reservas indígenas, demonstrada na RCM, revela como a questão do MST não será, como muitos artigos sugerem, uma crítica aos métodos empregados pelo movimento, mas sim, uma postura contrária a programas que visam à redistribuição da terra como um direito natural do homem.

Do mesmo modo das temáticas analisadas no capítulo anterior, esse capítulo tem como propósito demonstrar em artigos da *Revista do Clube Militar* que versam sobre a Lei de Anistia e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra vestígios desses princípios que nos possibilitam caracteriza-lo como um discurso conservador.

É fundamental destacarmos que essa memória é carregada de afetividade e ressentimentos e que, de muitas maneiras sua existência transcende a necessidade de demarcar um ponto de vista historiográfico, o que a limitaria a mera literatura sobre o tema. De igual modo não se limita a uma reconstrução e propagação de uma visão manipulada do passado. A presença de um processo de

mitificação da memória no discurso da *Revista do Clube Militar*, como marcado nos capítulos anteriores, demonstra a existência de voluntariedade e involuntariedade em sua manipulação, evidenciando seu caráter mobilizador, em que o passado não é apenas lembrado, mas atualizado, de forma a conferir sentido ao presente e identidade ao grupo.

Lei de Anistia: os reflexos da justiça transacional no discurso da *Revista do Clube Militar*

Vozes favoráveis à anistia política, em nome de uma “conciliação nacional”, vão surgir ainda em 1964, principalmente entre políticos e intelectuais. Contudo, nos anos iniciais vários militares foram taxativos quanto à improbabilidade de se conceder anistia aos presos ou exilados políticos. Na década de 1970 a pressão social favorável à anistia tornou sua concessão assunto inadiável.¹⁶⁷

A anistia concedida em 1979 não veio com a abrangência reivindicada. Muitos exilados e banidos políticos ainda estavam impossibilitados de retornarem à sua pátria. Desde aquele momento até os dias atuais a Lei de Anistia causa controvérsia entre a sociedade civil e militar. Os civis, principalmente militantes políticos, que participaram dos processos de luta pela anistia e pela abertura política do Brasil, acreditam que os militares foram os maiores beneficiados pela Lei de Anistia de 1979, que os isenta de responsabilidade sobre os crimes contra os direitos humanos cometidos entre 1964 e 1985. Entre os militares, há aqueles que afirmam, ainda hoje, que a Lei deveria ter tido restrições, principalmente no

¹⁶⁷ RIBEIRO, Denise Felipe. A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à Democracia. (Dissertação). Rio de Janeiro, UFF, 2010.

que diz respeito à devolução dos direitos políticos àqueles que sofreram processos no período de ditadura.

O debate que nos interessa, portanto, é quanto ao uso da anistia enquanto instrumento de conciliação nacional, o que suscita interpretações opostas entre civis e militares. O marco de estabelecimento de uma justiça de transição se dá a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e tem continuidade com diversos projetos nos governos civis¹⁶⁸ até os dias atuais. A justiça de transição constitui-se em uma “estrutura para se confrontar abusos do passado” envolvendo combinações de estratégias judiciais e não judiciais que visam evitar novas violações no futuro.¹⁶⁹ Em relação a outros países da América Latina onde ocorreram responsabilidade penal àqueles que impetraram crimes contra os direitos humanos, as ações governamentais brasileiras nesse sentido foram pequenas e sob muitos aspectos frustrantes.

A resolução de conflitos com a política de conciliação é traço característico da cultura política brasileira e pode ser observada nos processos de independência, proclamação da república, transição da ditadura civil militar para a nova república, entre outros. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta¹⁷⁰, a cultura política brasileira, enquanto singular, convive com projetos políticos específicos de matriz pluralista, como o liberalismo, comunismo etc. Segundo nossa observação, é exatamente deste modo que se desenvolve o discurso memorialístico na *Revista*

¹⁶⁸ Entre os atos governamentais que sinalizam uma política favorável à justiça de transição assinalamos: a abertura dos arquivos policiais e o decreto nº 661 que concedeu o direito à pensão excepcional aos anistiados no governo de Fernando Collor de Mello; a criação da Comissão Especial de Anistia e a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos em 1995; as leis 9.140/95 e 10.599/02, em que o Estado reconhece sua responsabilidade nas mortes, desaparecimentos, perseguições e torturas entre o período de ditadura civil militar; Projeto *Direito à Memória e a Verdade* de 2006; criação do *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – memórias reveladas*; e a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011.

¹⁶⁹ MEZAROBBA, Gleda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: SOARES, Inês Virgínia P.; KISHI, Sandra Akemi S. (orgs) *Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p.37.

¹⁷⁰ MOTTA, Rodrigo P. S. Ruptura e Continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano A. de; MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs) *Autoritarismo e Cultura Política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. P.12.

do Clube Militar. Assim, o tema da anistia surge demonstrando sentimentos de frustração e ressentimento em relação à justiça de transição, considerada como um rompimento à política de conciliação adotada no processo de abertura. Esse discurso se entrelaça à cultura política conservadora e anticomunista presente nas Forças Armadas resgatando sentimentos que se aproximam aos vividos no passado.

No decorrer dos 25 anos de publicações da *Revista do Clube Militar* analisadas nesse estudo, estão entre os assuntos que acionam essa memória as políticas implementadas pelos governos civis, tais como: a criação da Comissão de Anistia e da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e o reconhecimento da ONG “Tortura Nunca Mais” como de instituição de utilidade pública. Da mesma forma, outras ações de iniciativa da sociedade, da mídia, das Universidades que visem discutir o passado de ditadura civil-militar irão provocar tais sentimentos. O principal exemplo seria os debates que se estabeleceram na mídia e universidades sobre a vida e militância de Carlos Lamarca e Carlos Mariguella.

Embora a Lei de Anistia já tivesse passado por revisão e ampliação em 1985, surge como tema de artigos na *Revista do Clube Militar* apenas em 1988 ao ser revista pela nova Constituição Federal. Assim, os artigos 8º e 9º no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) tratam da anistia e passam a orientar seu tratamento pelos governos civis visando à justiça de transição. A partir de 1988, portanto, fica garantido àqueles que, em decorrência dos decretos legislativos nº18 de 15 de dezembro de 1961 e pelo Decreto-Lei nº864 de 12 de setembro de 1969, foram impedidos de executarem suas funções profissionais, no setor público ou privado, o direito às promoções e a reparação econômica correspondente ao período de afastamento.¹⁷¹

¹⁷¹ RIBEIRO, Maria do Carmo Freitas. *O regime jurídico da Lei de Anistia: breves anotações*. Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, n.27, p.98, 2010.

Os pedidos por ressarcimento financeiro em decorrência das perseguições sofridas durante os governos militares são intensamente criticados pela *Revista do Clube Militar*. Entre os argumentos defendidos pela *revista* está a ulterior abrangência da Lei 6683/79, a qual em seu décimo primeiro artigo vetava quaisquer outros direitos que não estivessem ali expressos, inclusive aqueles relativos a vencimentos, saldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

A crítica, como se observa no excerto abaixo, é dirigida não ao governo em particular, mas à sociedade, por seus parlamentares, e principalmente àqueles que pleiteiam o benefício. Além do argumento de incoerência com os já recebidos benefícios da lei de anistia, em diversas oportunidades é debatido o não desempenho das funções durante o determinado período, sem, no entanto, aprofundarem-se nas razões, como observamos a seguir:

A anistia foi concebida com generosidade e aplicada plenamente. Qualquer reivindicação sobre anistia, portanto, só pode ser classificada como imprópria e extemporânea; não é razoável se pedir o que já foi concedido e recebido integralmente.” [...] “maior ainda afigura-se o absurdo se nos lembrarmos de que esses ‘atrasados’ seriam referentes ao período em que os hoje anistiados não estiveram na ativa, não cumpriram expediente, nem prestaram serviços;.”¹⁷²

As razões elencadas para justificar o “descabimento” de tais retribuições variam de acordo com compreensões próprias dos autores dos artigos, ou ainda devido a situações específicas que retomem a discussão sobre a lei de anistia nas páginas da *revista*. Quando o articulista se permite revelar quais tipos de atividades políticas levaram à condição de anistiados aqueles que

¹⁷² ANISTIADOS: uma visão realística. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 284, p. 18, 1988.

pleiteiam tal reconhecimento, observamos omissões e uso de generalizações e jargões como “criminosos” ou “terroristas”, senão vejamos:

Por outro lado, em decorrência da Anistia concedida, destinaram-se (*sic*) vultuosas indenizações aos “perseguidos”, muitos dos quais traidores e terroristas; distribuem-se salários vultuosos e se outorgam honrarias e condecorações, a mais das vezes injustificadas, com ampla divulgação da mídia.¹⁷³

O apelo a generalizações e superlativos é estratégia recorrente nos artigos da *Revista do Clube Militar*. Desse modo, verificamos também que em momento os valores e cálculos que envolvem as quantias pagas como pensões e indenizações aos perseguidos políticos são especificados, comumente descritos como “vultuosas indenizações aos ‘perseguidos’” ou ainda “indenizações de amplitudes cada vez mais cargas”¹⁷⁴.

Em diversos momentos também é reforçado o fato das indenizações serem pagas com dinheiro público, como “adverte” o editorial da edição n.341 “profligou-se o fato de se premiarem, às custas dos contribuintes, os herdeiros de autores de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, crime(s) indubitavelmente abominados na Lei da Anistia”¹⁷⁵, ou ainda, “os prêmios pagos, generosamente, com o dinheiro do mesmo povo, aos terroristas e, negados aos militares mortos por terroristas, são tamanhos [...]”¹⁷⁶

¹⁷³ LESSA, Luiz Gonzaga Schroeder. Campanha contra as Forças Armadas – Alerta! *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n.405, p.03, 2003.

¹⁷⁴ ARAUJO, Octávio Monteiro de; COSENZA, João; RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. Mensagem à Nação. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n.323, p.05, 1995.

¹⁷⁵ REFLEXÕES. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n.337, p.03, 1997.

¹⁷⁶ PEREIRA, Arlindo de Araujo. A inversão dos valores patrióticos. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n.349, p.08, 1998.

Assim, ações dos governos civis e da sociedade que objetivem compreender melhor o período e, em certa medida reparar as perdas sofridas em decorrência do regime militar com o reconhecimento público da injustiça somando-se à devida compensação do injusto por uma retribuição financeira são desacreditadas no discurso por meio da utilização de recursos de linguagem (generalizações e superlativos) e ainda pela auto-alocação (das Forças Armadas) no lugar de vítima de injustas acusações.

É no discurso de vitimização que encontramos o elo que conecta a repercussão da Lei de Anistia nos governos civis à memória militar sobre o período de governo militar. Mais que ressuscitar sentimentos em relação ao passado, o assunto faz emergir novamente o mito do salvador uma vez que os opositores ao regime anistiados são invariavelmente descritos como agentes perturbadores da ordem, “terroristas”, “criminosos” e “sequestradores”.

No entanto não foi bem recebida **pelos radicais, terroristas e outros criminosos** que tinham sido fragorosamente **derrotados pelos órgãos de segurança** e pelo consenso predominante dos brasileiros. Protegidos, porém, pelos benefícios deste instituto magnânimo, voltaram-se contra aquele que **os derrotaram e os anistiarão**, conduzindo rancorosa campanha revanchista.¹⁷⁷

Em estudo sobre o imaginário anticomunista na década de 1930, Carla Luciana Silva aponta como elemento basilar para sua aceitação foi a defesa de uma “personalidade brasileira” que seria corrompida dentro de uma sociedade comunista. Nesse caso, o “bom brasileiro” seria aquele que aceitaria pacificamente as leis impostas pelo governo, mesmo que estas retirassem a autonomia das classes trabalhadoras, estes deveriam portar-se como operários

¹⁷⁷ RIBEIRO. Emilio Mallet Souza Aguiar Nina. Anistia Ampla Geral e Irrestrita. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 423, p.08, 2006

ordeiros. Desse modo o “espírito brasileiro” tem como referência a ordem, a manutenção de “valores nacionais”, entre eles a propriedade privada e os valores cristãos como a família¹⁷⁸.

Observamos nos artigos da *Revista do Clube Militar* a continuidade desse discurso dualista, onde pessoas associadas de alguma forma aos ideais comunistas ou à oposição ao regime militar são identificadas como “maus brasileiros”. Essa denominação não fica restrita àqueles que tenham um histórico de enfrentamento com as Forças Armadas no período de regime militar, mas aqueles que no período demarcado pela pesquisa revivam essas memórias. Um exemplo do primeiro caso é a reação na *Revista do Clube Militar* não apenas pela anistia *post-mortem* concedida a Carlos Lamarca e Carlos Marighella pela Caravana da Anistia do Ministério da Justiça, como também pelo destaque que suas histórias ganham no cinema em meados dos anos de 1990.

Dois importantes personagens da resistência armada contra a ditadura civil-militar, Lamarca e Marighella possuem em comum não apenas o “embate contra o capitalismo e a ditadura, na opção pelo enfrentamento armado, no reconhecimento como os dois principais líderes da guerrilha do país” ¹⁷⁹ como também o desfecho de suas vidas, como as de muitos que escolheram o mesmo caminho e foram mortos pela ditadura.

Um efeito do regime instaurado em 1964 nas esquerdas foi a descrença na organização partidária como elemento centralizador da luta contra o capitalismo e a contra a ditadura. Assim, surgiram diversos grupos que adotaram o conflito armado como estratégia de resistência. Diante da nova conjuntura, ainda como um dos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Marighella

¹⁷⁸ SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: imaginário anticomunista brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

¹⁷⁹ ROLLEMBERG, Denise. “Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários”. FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia*. Vol. 3. 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.76.

tece críticas à postura burocratizada, hierarquizada e passiva adotada pelo partido, assumindo posições próprias.

O rompimento decisivo acontece com sua participação na Conferência da *Organização Latino-Americana de Solideriades* (OLAS), realizada em Cuba em 1967. Em Cuba encontrou apoio e reconhecimento para liderar a libertação do Brasil. Embora houvesse divergências metodológicas em relação ao modelo *foquista* cubano, Marighella defendia “ação ofensiva” e independente de organização partidária, e assim nasce a Aliança Libertadora Nacional (ALN). A atividade guerrilheira de Marighella e da ALN lhe conferiu o título de “inimigo nº1 do Estado” durante o período de ditadura e foi a causa de sua morte em 1969.

Carlos Lamarca, o capitão Lamarca, possui biografia diferente da maioria dos militantes e líderes da esquerda. Serviu ao Exército por nove anos, alcançando a patente de capitão, onde inicia sua trajetória de resistência. Em 1969 Lamarca deixa o quartel de Quitaúna com fuzis, metralhadoras e munições ingressando na luta armada e consequentemente na clandestinidade. Em sua trajetória de guerrilheiro, Lamarca, uniu-se a um setor dissidente da Política Operária (POLOP) e deu origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).¹⁸⁰

Assim como Marighella, Lamarca foi um dos maiores perseguidos políticos do regime. A *Operação Pajussara*, responsável por sua perseguição e morte no Vale da Ribeira –BA, contou com a participação de 215 homens de diversos órgãos de repressão, entre eles, o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), o Centro de Informações do Exército, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, o Centro de Informações da Marinha, IV Exército, Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI),

¹⁸⁰ Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964 / Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995, p.102.

a Primeira Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento(Parasar), Força Aérea Brasileira.¹⁸¹

A censura e a manipulação midiática praticada no período de ditadura conteve, em certa medida, a transformação desses dois guerrilheiros em mártires da resistência ao regime. Contudo, após a transição para um regime democrático suas biografias tornam-se alvo de interesse não apenas de historiadores, mas do aparato jurídico que articula a justiça de transição, concedendo a anistia *post-mortem* para ambos, e das mídias televisiva e cinematográfica.

Na *Revista do Clube Militar* seus nomes surgem como reação a publicização que recebem por parte da mídia e seus reflexos na sociedade. Na repercussão do filme *Lamarca*, dirigido por Sérgio Rezende e estrelado por Paulo Betti, a crítica é construída sobre a possibilidade de que a história do ex-guerrilheiro pudesse contribuir para a construção de herói no imaginário popular e incentivar o ressurgimento dos ideais de esquerda que fundamentaram as revoluções comunistas do século passado. Em artigo publicado em 1994, o Coronel Afonso Cláudio Figueiredo, expressa suas preocupações:

“Temo que, com o filme, os conhecidos comedores de carniça ao exumarem a lembrança de meu infeliz amigo, pretendam construir um mito verde-amarelo que possa ser introjetado no inconsciente coletivo e reanime o ‘esquerdismo’ órfão desde a demolição do muro de Berlim.”¹⁸²

Críticas ainda mais severas são encontradas quando se trata da anistia dos dois guerrilheiros e a concessão de indenizações e pensões aos seus familiares.

¹⁸¹ ROLLEMBERG, Denise. Op. cit. p.86.

¹⁸² FIGUEIREDO, Afonso Cláudio. Requiescat in Pace. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n.316, p.11, 1994.

Novamente acusa-se de violação à Lei de Anistia de 1979, que excluía de seus benefícios autores de crimes de terrorismo, assalto, sequestro, etc.

A título de reconciliação e pacificação nacional, em autêntico revanchismo, violenta-se a Lei de Anistia de 1979, que excluiu de seus benefícios os autores de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal e premiam-se, à custa dos contribuintes, os herdeiros de Carlos Marighella, de Carlos Lamarca e de outros, que se notabilizaram exatamente por tais crimes.¹⁸³

De um modo geral todos os assuntos ou acontecimentos que levam a *RCM* a abordar em suas edições a Lei de Anistia de 1979 serão apontados os mesmos argumentos, com semelhantes tonalidades afetivas. Sendo o principal deles a acusação de revanchismo, praticados por “agentes de esquerda”, “comunistas”, “ex-terroristas”, com o intuito de manchar as instituições militares, como fica exemplificado no excerto abaixo ao se referirem a Organização Não Governamental “Tortura Nunca Mais”:

O Grupo Tortura Nunca Mais, constituído de comunistas, é criminosamente reconhecido pelo governo como de utilidade pública, transgride a lei de anistia, promovendo o revanchismo contra aqueles que cumpriram o dever de defender a lei e as instituições. O presidente da república afronta a honra nacional criando sob a presidência de um militante de esquerda, uma esdrúxula comissão para indenizar familiares de subversivos, mortos ou desaparecidos, que lutaram contra as forças legais para implantar o comunismo no Brasil.¹⁸⁴

¹⁸³ REFLEXÕES. *Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n.337, p.03, 1997.

¹⁸⁴ SERRA, Antonio Barbosa de Paula. O impeachment. *A Revista do Clube Militar*: A Casa da República, Rio de Janeiro, n. 348, p.04, 1998.

Além de crítica direta ao presidente da república Fernando Henrique Cardoso, pelo destaque que a ONG recebe, o reconhecimento da mesma enquanto utilidade pública afronta a “honra nacional” e “transgrede a lei de anistia”. A “honra nacional” mencionada no fragmento pode suscitar duas interpretações: 1) pode estar se referindo à série de “valores nacionais”, expostos no primeiro capítulo, aos quais tanto aqueles que são, no período da pesquisa, reconhecidos enquanto anistiados políticos ou aqueles que fazem parte do processo de reconhecimento e, até mesmo, da perpetuação da memória da esquerda, são acusados de infringi-los; 2) as próprias Forças Armadas, “depositária fiel desses valores”, e portanto, representante da honra nacional estaria sendo afrontada. As duas interpretações não são excludentes e remetem a discursos utilizados anteriormente como justificativa das ações autoritárias e criminosas deflagradas pelas Forças Armadas durante o período de ditadura.

A transgressão à lei de anistia é argumento central em diversos artigos publicados na revista e reside na interpretação de que a lei teria função de conciliação nacional, “recebida pela maioria do povo brasileiro desejoso de esquecer, perdoar e, enfim, recompor a Família Brasileira”¹⁸⁵. A interpretação da Lei de Anistia causa dissenso não apenas entre a direita e a esquerda, mas recentemente tem suscitado questionamentos no âmbito jurídico também. Segundo alguns juristas a Lei de Anistia promulgada em 1979 pode ser questionada tanto na interpretação de seu texto, que dirigia-se à sociedade civil, como em relação a sua validade, uma vez que concedeu anistia à agente do estado que praticou crimes lesa-humanidade, ferindo a Constituição de 1988, tratados e costumes internacionais¹⁸⁶.

¹⁸⁵ RIBEIRO, Emilio Mallet Souza Aguiar Nina. Anistia Ampla Geral e Irrestrita. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 423, p.08, 2006.

¹⁸⁶ TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura. Justiça Reparadora no Brasil. In: SOARES, Inês Virgínia P.; KISHI, Sandra Akemi S. (orgs) *Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p.83.

Independente da aplicação da lei ser válida ou não, é consenso entre estudiosos, juristas e grande parte da sociedade civil que, conhecer mais profundamente o período de ditadura militar no Brasil não é uma atitude revanchista, mas uma forma de buscar a pacificação da sociedade e a consolidação da democracia.

Constatamos, portanto, que a recusa em reconhecer a necessidade de um processo de transição para um regime democrático, baseado no esclarecimento sobre o passado, fundamenta-se no mesmo discurso conservador e anticomunista, que consiste na ideia de criminalização dos movimentos de esquerda, na construção de uma ideia de nação onde alguns brasileiros não se encaixam e, portanto, suas demandas seriam irrelevantes.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST, assim como a Lei de Anistia é um assunto que transita entre o período de ditadura e a posterior democracia. O marco oficial de sua formação é o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocorrido em 1984 no município de Cascavel (PR), onde foram definidos os princípios do movimento. Contudo, estudiosos do tema apontam que o processo que possibilitou a organização e o fortalecimento dos trabalhadores rurais em torno da luta pela reforma agrária teve início no final da década de 1970 com diversas lutas isoladas na região centro-sul do Brasil.

Essas lutas, já articuladas em formas de invasão de propriedades estatais ou privadas improdutivas, que mobilizaram diversas famílias nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul inserem-se em um contexto de esgotamento político e econômico do regime militar. Nesse cenário encontramos outros movimentos de rompimento de um

status quo imposto pelo golpe de 1964, entre eles, a “paralisação do ABC paulista, das greves dos canavieiros em Pernambuco, da emergência das “oposições sindicais” no campo e na cidade, da luta pela anistia, da constituição de novos partidos políticos”¹⁸⁷.

É consenso, também, que essas lutas não representam algo novo e decorrente do processo de ditadura, uma vez que as lutas pela terra são “constitutivas da história brasileira”, pois sempre existiram pessoas que, seja como posseiro ou arrendatário, resistiram a um estilo de produção voltado à pecuária e monocultura de exportação. As políticas para o desenvolvimento agrícola implementadas no período de ditadura se mostraram eficientes incentivos à produção agrícola e à associação com setores da indústria, porém de muitas maneiras se mostrou excludente.

Durante o governo Collor houve várias mudanças consideráveis no aparato governamental responsável pela reforma agrária. Primeiramente, associação da reforma agrária à agricultura, ainda no Governo Sarney. No governo Collor, temos a criação da Secretaria Nacional de Reforma Agrária a qual o INCRA estaria submetido, perdendo assim seu poder de iniciativa. Extingue-se também a EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, passando suas atribuições para a Embrapa. Segundo Colleti,

Essa mudança institucional, aliada a uma queda vertiginosa da participação financeira do governo federal no programa, levou a uma crise sem precedentes na assistência técnica e na extensão rural (Ater), fundamentais para a pequena produção agrícola, sobretudo, daquelas regiões mais pobres do país.¹⁸⁸

¹⁸⁷ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil: 1955-1964*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, São Paulo, 1982, p.568.

¹⁸⁸ COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal* (Tese de doutorado) Campinas, SP : [s. n.], 2005, p.185.

Além de entraves na execução da reforma agrária nos setores jurídico, orçamentário e administrativo enfrentados durante o governo Collor, o MST sofre forte campanha de desmoralização e perseguição a seus líderes. A proposta de medidas que realmente representassem uma política de reforma agrária efetiva, o “Programa Terra” só viria em 1992, não sendo executado devido ao processo de impedimento sofrido pelo presidente. Os dados computados pelo INCRA em relação aos assentamentos de famílias realizados entre 1990 e 1992 são imprecisos, como demonstra o pesquisador Claudinei Coletti¹⁸⁹. Mas a conclusão a que se chega, é de que a maior parte dos assentamentos ocorridos no governo Collor é referente às desapropriações realizadas por José Sarney.

No governo de Itamar Franco observa-se uma conjuntura mais favorável à reforma agrária e conseqüentemente ao MST. Primeiramente, em 1993 é aprovada a Lei Agrária (Lei n. 8.629, de 25.02.1993) e a Lei do Rito Sumário, definindo o procedimento jurídico para o caso de desapropriações de terra por interesse social. Ao mesmo tempo o INCRA recebe um novo ânimo com a presença de Osvaldo Russo na presidência, encabeçando projetos como Plano Plurianual que previa o assentamento de 20 mil famílias. Apesar das metas não terem sido alcançadas o governo Itamar Franco demonstrou uma política de amistosidade com o movimento, recebendo líderes em seu gabinete e propondo medidas efetivas.

As políticas neoliberais implementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso contribuiu para algumas mudanças na luta do MST. Além da reforma agrária o movimento agrega a sua bandeira uma política de combate ao neoliberalismo, uma vez que, na compreensão do movimento “a política

¹⁸⁹ Coletti, op. cit., p.194

neoliberal privilegia amplamente os interesses do capital financeiro, por um lado, e marginaliza a pequena produção familiar e os assentamentos, por outro”.¹⁹⁰

Há, portanto, um desenvolvimento da luta com ampliação das causas defendidas pelo MST. Durante o primeiro governo de Fernando Henrique, observa-se também um crescimento significativo das ocupações de terras, ligadas ao MST ou não, demonstrada a relevância política do método de pressão em prol da reforma agrária.

Esse crescimento, assim como outras formas de reivindicações que surgiram nesse momento, exemplificado pela “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”¹⁹¹ demonstra que o governo concedeu uma certa abertura ao diálogo, propiciando aos movimentos sociais de luta pela terra “espaço político para crescer e, mais que isso, obtiveram certas conquistas”¹⁹². O governo, segundo seus próprios dados, realizou número expressivo de assentamentos, sendo 287.944 famílias entre 1995 e 1998. É importante mencionar, contudo, que a maior parte das famílias assentadas foi na área da Amazônia Legal e não em áreas de conflito pela terra e com maior percentual de ocupações que seriam as regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro- Oeste do país. Outro fator relevante, são os massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado de Carajás (1996)¹⁹³, demonstrando que possivelmente o posicionamento positivo do governo é decorrente da visibilidade midiática alcançada pelo movimento.

¹⁹⁰ COLETTI, op. cit., p.209

¹⁹¹ Segundo o site do MST a Marcha, iniciada em 17 de Fevereiro de 1997, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás, teve a participação de 1300 Sem Terras que, divididos em três colunas, percorreram cerca de 1000 Km até reunirem-se em Brasília. O objetivo seria chamar atenção para a urgência da Reforma Agrária, pedir a punição aos responsáveis pelos massacres, e celebrar pela primeira vez o Dia Internacional de Luta Camponesa. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/97-99/>> Acesso em 22 de Março de 2016.

¹⁹² COLETTI, op. cit., p.216

¹⁹³ Segundo informações do site do MST o Massacre de Corumbiara, em Rondônia envolveu ação de despejo violenta da Polícia Militar sobre 514 famílias assentadas na Fazenda Santa Eliana, resultando na morte de 2 policiais e 9 Sem Terra. Já o Massacre de Eldorado dos Carajás, foi um cerco realizado pela polícia na estrada PA-150 no km 95, próximo à cidade de Eldorado dos Carajás, que os manifestantes do movimento estavam bloqueando. Nesse confronto causou a

As políticas neoliberais implementadas na década de 1990, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, são fundamentais para a ampliação da causa do MST.

Já vimos, anteriormente, que o MST, a partir de seu III Congresso Nacional, realizado em 1995, definiu como prioridade a luta contra o neoliberalismo e incorporou em seu discurso, de forma nítida, uma postura antineoliberal, justificada pelo fato de não haver espaço para a pequena produção agrícola num contexto marcado pelo aprofundamento das políticas neoliberais.¹⁹⁴

A partir de uma crítica mais ferrenha ao capitalismo neoliberal, tem-se a construção das bases do projeto de ampla reforma agrária do MST. Faz parte desse projeto, segundo Claudinei Coletti, a negação dos valores burgueses por meio da “defesa da agricultura familiar de subsistência contra as formas capitalistas de produção agropecuária, baseada na tecnologia, na quimificação e na biotecnologia”¹⁹⁵. O cientista político defende que esses valores somados aos existentes desde o início do movimento, como a socialização, cooperação, solidariedade, igualdade de gêneros, valorização da comunidade formariam o “socialismo do MST”.

Essa ideologia socialista presente no MST estaria direcionada à “defesa da justiça social, de valores humanistas e do combate à miséria nos limites do próprio capitalismo”, aproximando-se mais do ideal cristão, do que do socialismo marxista propriamente.

morte de 21 pessoas e deixado 56 feridos. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/97-99/>> Acesso em 22 de Março de 2016.

¹⁹⁴ COLETTI, op. cit., p.266

¹⁹⁵ COLETTI, op. cit., p.271

Assim, é nesse período de fortalecimento dos ideais socialistas e humanistas do MST, bem como de uma maior notoriedade midiática pela política de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso que o tema surge na *Revista do Clube Militar*.¹⁹⁶

As questões da reforma agrária e do MST são abordadas sob vários aspectos pelos articulistas da *Revista do Clube Militar*. Um dos primeiros aspectos seria o tratamento da questão agrária como uma questão agrícola ou de produção e quanto à responsabilidade do Estado e da sociedade em arcar com a distribuição igualitária da terra. É frequente também a ligação do MST ao comunismo, comparando-o aos movimentos guerrilheiros; o rompimento com “valores morais” da sociedade e constitucionais, devido ao uso de “métodos criminosos”, e claro, o direito à propriedade privada.

No excerto abaixo, por exemplo, observamos a diminuição da causa a partir da lógica de que o Estado não teria responsabilidade pelas desigualdades na distribuição das riquezas na sociedade. Ao citar outros problemas sociais como a falta de moradia e a falta de crédito para o setor de serviços atribui a todas as questões a mesma importância, mas lança mão de ironia ao trazer como exemplo de Estado que teria tentado resolver tudo a União Soviética, aproximando tais demandas das demandas socialistas. Por fim, afirma que o Brasil tem problemas de produção que necessita de tecnologia, capital e mão de obra especializada, transferindo a questão agrária (má distribuição de terra) a uma questão agrícola (produção).

Além do mais, a se aceitar os “sem terra” como problema a ser resolvido pela sociedade, através da redistribuição do seu

¹⁹⁶ Antes de 1997 foi publicado um único artigo em 1986 que aborda a questão da reforma agrária, mas não cita o MST. Nesse artigo o autor defende a ideia que para resolver o problema da reforma agrária seria preciso “rigorosa fiscalização com vista ao cumprimento de função social em relação aos seus empregados pelo latifúndio produtivo, e pesada taxaço ao latifúndio improdutivo para forçá-lo à produção”.

patrimônio, logicamente a solução devia valer também para outras categorias de despossuídos, como os “sem teto”, os “sem loja” e outros “sem alguma coisa”. O governo não pode se furtar a responsabilidade na procura de soluções para esses problemas. [...]“Não! É um absurdo! Não deu certo atrás da “cortina de ferro e, por outro lado, a atividade rural é complexa, necessita de tecnologia, capital, mão-de-obra especializada, automação, produção em escala, etc. Não pense que a agricultura de enxada solucionará os problemas do produtor e da produção.”¹⁹⁷

Podemos afirmar que o discurso apresentado acima não representa uma simples defesa ao capitalismo, mas a defesa de uma ordem preexistente, característica do pensamento conservador. Quando se limita a busca pela diminuição das igualdades sociais às experiências socialistas fracassadas do século XX, defende-se a permanência das desigualdades e da estrutura socioeconômica vigente como algo natural.

É fato que a redistribuição das riquezas de forma igualitária é pressuposto partilhado pelos idealistas comunistas e que as próprias lideranças do MST irão encontrar nesses ideais o respaldo para suas reivindicações. Não é objetivo desse trabalho deformar o MST, descaracterizando-o de seus referenciais. O que gostaríamos de chamar atenção é que o discurso apresentado na fonte, a despeito de apresentar crítica ao movimento e sua inspiração, acaba por deslegitimar a causa como um todo. Demonstrando que a própria crítica às ideias comunistas está alocada num espectro maior de defesa de uma ordem não apenas econômica, mas social, baseada numa defesa de distinção social com base em privilégios naturais, historicamente justificados. Assim, grupos e organizações que buscam uma melhor distribuição das riquezas passam a ser considerados uma

¹⁹⁷ GRUPO ANHANGUERA. Reforma Agrária: o governo rema contra a maré. *Revista do Clube Militar*: a casa da República. Rio de Janeiro, n.333, p.14, 1997.

afronta ao direito a propriedade dessa classe privilegiada, como se observa no fragmento a seguir:

Não possuo bens, não tenho propriedade mas observo a subversão dos conceitos, a destruição das boas ideias, pois o grito alvoroçante é rasgar a lei, derrubar os direitos, esbulhar os deveres, tornando a situação do país caótica, com sérios perigos para as gerações futuras. Ora por que conquistar a terra pelo trabalho se é possível tomá-la através das invasões insólitas e indiscriminadamente, sobre pretextos fúteis e inconsistentes? [...] Existe o direito à propriedade? Rasguem-se esses códigos, considerados caducos, coisa do passado remoto, os sem-terra, sem-casa, sem-emprego, sem-dinheiro, sem-respeito ao cumprimento dos deveres fundamentais da cidadania [...]”¹⁹⁸

No fragmento abaixo, o autor cita o caput do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que legisla sobre os direitos e garantias fundamentais ao fazer referência à garantia de inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Todo cidadão brasileiro é livre para expressar suas ideias e suas opiniões, podendo manifestá-las dentro dos limites legais, sem cometer crime. É sempre bom lembrar que o Estado Democrático de Direito a todo cidadão brasileiro é garantida a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. As autoridades defensoras da lei e da ordem devem tomar conhecimento sobre a atuação dos invasores do MST, que nada mais é do que uma quadrilha “oficializada”, instrumento político, praticando acintosamente crimes previstos em leis.¹⁹⁹

¹⁹⁸ NOGUEIRA, Rui Alencar. Direito x Deveres. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.346, p.10, 1998.

¹⁹⁹ MATSUMIYA, Kuniko. O MST repudiado. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.375, p.15, 2000.

Há, contudo, omissão do texto presente nos parágrafos desse artigo constitucional, que garante sim o direito à propriedade, no parágrafo XXII, porém nos parágrafos subsequentes subordina tal direito ao cumprimento da função social da propriedade e dispõe sobre o “procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social”²⁰⁰. Percebemos mais uma vez o descuidado argumentar retórico nas referências à Constituição, omitindo propositadamente trechos que não se alinham com o pensamento defendido, e ainda, a utilização sublinhar da queixa em virtude do tratamento dispensado pelo governo.

A defesa da propriedade privada é premissa do discurso conservador à medida que se relaciona com a noção de liberdade, compreendida principalmente no aspecto material: a liberdade de possuir e defender a posse de seus bens. Tal liberdade por esta linha de pensamento é questão de foro subjetivo e privado dos indivíduos. Segundo Giuliano Martignetti, essa noção de propriedade que identifica como o sujeito da relação o indivíduo, é correspondente às teorias político-econômicas “clássicas” da ideologia burguesa, em que os valores Indivíduo-Propriedade-Liberdade se apresentaram como imprescindíveis. Contudo, não encontra correspondência nas sociedades ocidentais contemporâneas em que, “a expressão propriedade privada se refere cada vez menos a indivíduos singulares e cada vez mais a grupos organizados”²⁰¹.

A identificação do discurso da *Revista do Clube Militar* sobre o MST à memória sobre o período de ditadura pode ser observado no uso dos valores relacionados ao pensamento conservador como à postura assumida em relação à propriedade privada. Contudo, a associação se torna mais evidente com a

²⁰⁰ BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

²⁰¹ MARTIGNETTI, Giuliano. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998, p.1024.

vinculação do movimento às guerrilhas existentes no período de ditadura manifesta em inúmeros artigos.

Em referência à organização das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como se lê em artigo publicado em 1998:

[...] manifestação pública de subversão organizada, liderança à frente, armas improvisadas, bandeiras vermelhas, cantos de guerra, escalão de vanguarda disposto a enfrentar a luta, mulheres e meninos na primeira linha servindo de escudos, veículos, códigos, tropa-de-choque, apoio logístico, tudo devidamente planejado e desencadeado nas datas pré-fixadas, sem nenhum embaraço.”²⁰²

Observa-se que o articulista evidencia a existência de “lideranças”, “escalão de vanguarda”, “tropa de choque”, “armas improvisadas” atestando uma pré-disposição à violência; a qualificação como “subversão” demonstra intenção em vincular o MST à militância de esquerda de caráter marxista, denominação essa também utilizada para identificar opositores ao regime militar entre civis e militares no período de ditadura; por fim, o adjetivo “vermelho” que caracteriza as “bandeiras”, é frisado como forma de reforçar a identificação com grupos socialistas. É possível afirmar a partir do último excerto que o autor atribui ao MST um caráter criminoso e organizado, potencialmente sem escrúpulos por “permitir” em sua linha de frente mulheres e meninos.

Esse raciocínio se mantém em uma série de artigos. Em publicação do mesmo ano, o movimento é apresentado como infratores que “atentam contra a ordem pública” com suas manifestações, “enfrentam a polícia” e “ameaça o governo”. Nesse trecho, o movimento não apenas se assemelha tecnicamente as

²⁰² NOGUEIRA, Rui Alencar. Direito x Deveres. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.346, p.10, 1998.

guerrilhas urbana e rural das décadas de 60 e 70, mas segundo o autor, as superam em “técnica e processo”.

“O movimento dos sem terra assume dimensão nacional. Enfrenta a polícia e ameaça o próprio governo. Não respeita a propriedade e desacata a Justiça. Aprisiona agentes da lei e invade órgãos públicos. Bloqueia estrada, promove concentrações, marchas e passeatas de protesto que atentam contra a ordem pública. Técnica e processo de luta que substitui com vantagem a guerrilha urbana e rural.”²⁰³

No próximo fragmento, retirado de artigo intitulado “MST: a volta da guerrilha no Brasil” é mencionada a existência de um centro de capacitação para treinamento e formação de lideranças do MST no município de Caçador – Santa Catarina. Segundo o autor, esse mesmo centro teria sido usado por guerrilheiros no sul do país entre 1964-1972, e existiria também um quadro membros que teriam sido treinados em “guerra revolucionária” diretamente em Cuba.

o MST aproveita pra treinamento e formação de lideranças o Centro de Capacitação de Caçador onde são treinados cerca de 300 líderes rurais por ano. Esse mesmo centro foi uma das bases de sustentação da guerrilha no sul do país, entre 1964-72; Os quadros do MST são constituídos por gente treinada no país e em Cuba, especialistas em Guerra Revolucionária, além de profissionais liberais, notadamente advogados, médicos, engenheiros, agrônomos, veterinários e economistas; [...] Fica patente que o MST funciona nos mesmos moldes da Guerrilha Rural e de criminosos. Roubam, assaltam e predem aquele que lhes estão ao alcance e lhes interessam;²⁰⁴

²⁰³ SERRA, Antônio Barbosa de Paula. O impeachment. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.348, p.04, 1998.

²⁰⁴ SALES, Ney. MST: a volta da guerrilha no Brasil. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.359, p.15, 1999.

Com exceção dos artigos que são republicados de outras revistas e jornais, como é caso do subsequente, ou análises literárias e fílmicas, os textos publicados na *Revista do Clube Militar* não costumam apresentar referências de onde as informações que compõe suas análises são retiradas. A vista disso, é possível que a grande maioria das publicações tenha como referência artigos da própria revista, outras publicações das Forças Armadas ou de circulação nacional, bem como compreensões geradas a partir de discussões no próprio Clube Militar, entre familiares e amigos.

No fragmento seguinte, uma reprodução de artigo publicado na Revista Veja em 10 de maio de 2000, em que afirma-se o suposto objetivo revolucionário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e o desejo de se implantar no Brasil o “socialismo tardio”:

“O MST já não quer mais a terra; ele quer toda a terra, quer tornar (sic) o Poder no País por meio da revolução e, feito isso, implantar por aqui um socialismo tardio, alguns anos depois da queda do Muro de Berlim.”²⁰⁵

Em artigo publicado em 2006, além do jargão da criminalidade ou “conjunto de ações ilícitas”, o autor acrescenta que a reforma agrária seria apenas uma máscara das “reais intenções” do movimento, que pode ser identificada nas novas demandas exigidas. A partir de financiamentos e recurso de “outras entidades guerrilheiras”, segundo ele, o objetivo do movimento é “pregar a subversão da ordem”.

²⁰⁵ FATOS de extrema gravidade nos entristecem e nos envergonham. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. n. 379, p.01, 2001.

Todo esse conjunto de atividade ilícita seria, por si só, extremamente grave, mas, para nossa estupefação, a coisa não para por aí. Há muito, o MST e as suas lideranças acrescentam, publicamente, outras demandas à reforma agrária que, inicialmente, mascarava as suas reais intenções e começou a se tornar notório um organismo espúrio, ainda que bem estruturado e financiado com recursos abundantes, vinculado, segundo repetidas denúncias, a outras entidades guerrilheiras de países sul-americanos, dispostos a pregar a subversão da ordem em nosso território.²⁰⁶

Novamente a demanda de reforma agrária como uma justiça social é associada no discurso da revista a objetivos socialistas do movimento, nessa perspectiva a forma de ação do MST é colocado como “o antigo projeto comunista”, como uma versão mais recente, mas que apresenta uma “afinidade” com as experiências do socialismo real no século XX.

O apoio ao MST, político e financeiro, inclusive com respaldo para atuar fora da lei, é a expressão de um processo em que o antigo projeto comunista se apresenta, agora, como se fosse uma questão de reforma agrária. Basta ler os documentos dessa organização política para constatar a sua afinidade eletiva com as democracias totalitárias do século XX, com seu “socialismo real”. A sua versão mais recente consiste em tornar uma questão de justiça social, em relação aos índios e os negros, uma questão propriamente política.²⁰⁷

A denúncia das ações radicais do movimento como atos de criminalidade é constante. São mencionados roubos, assaltos, sequestros, assassinatos sem as devidas referências de local, data ou contexto da situação. São

²⁰⁶ FIGUEIREDO, Gilberto Barbosa. Entre a Lei e barbárie. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. n.422, p.02, 2006.

²⁰⁷ ROSENFELD, Denis Lerrer. A questão militar. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. n.429, p.08, 2008.

frequentes nos artigos a referência a ações criminosas pelo MST, como parte dos “métodos ilegais” do movimento.

O exame cuidadoso, indicações mínimas das ações perpetradas, referência às autoridades investigadoras, número de vítimas, danos causados, ação das autoridades constituídas, não se encontram nesses escritos. A já referida força retórica é suficiente para conferir fidelidade dos textos com a realidade dos fatos? E ainda, qual a implicação da veracidade das acusações com a leitura que se lhe atribui a fonte, da maneira que o faz? Para responder a esses questionamentos novamente precisamos atentar para o público destinatário do discurso e para a relação de confiabilidade com os seus autores.

Outro motivo de queixa, além das denúncias de criminalidade, é a forma de condução dos diálogos entre os governantes e líderes do movimento. Seja na suposta complacência atribuída ao governo de Fernando Henrique Cardoso ao receber os líderes do movimento em seu gabinete:

o MST (Movimento dos Sem Terra) sequestra, mata e invade propriedades, afronta o judiciários, e seus líderes são recebidos até pelo Presidente da República que cede e se acumplicia com eles, já que declaram abertamente que não vão abandonar seus métodos ilegais de pressão. [...] ²⁰⁸

O artigo não faz menção à Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça realizada em 1997, em que trabalhadores de diversas regiões caminharam por dois meses, e de forma pacífica, concentram-se em frente ao Planalto. Ação responsável por dar visibilidade nacional às causas do MST e pressionar o presidente a receber suas lideranças²⁰⁹. Outro fator que

²⁰⁸ Reflexões. *Revista do Clube Militar*: a casa da República. Rio de Janeiro, n.337, p.03, 1997.

²⁰⁹ COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. São Paulo Perspec. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001, p.107.

possivelmente foi responsável pela flexibilização no diálogo entre o movimento e governo, o Massacre da Serra dos Carajás, ocorrido no ano anterior também é omitido.

No período de governo do presidente Lula há a acusação de ainda mais tolerância em relação às ações do MST, uma vez que os métodos adotados pelo movimento, que segundo a revista se configura um “estupro à Constituição”, seriam próprio de governos de esquerda.

Tolerância máxima com o “estupro” com a Constituição praticada diariamente pelo MST. E poderia enumerar muitas outras demonstrações de que, na prática utilizada pela Esquerda no poder, todos os fins que deseja são justificados pelos meios que utiliza, éticos ou não-éticos.

Como pode ser observada na série de artigos apresentados, assim como no discurso apresentado sobre o período de 1964-1985, a revista continua apresentando ao leitor uma visão de sociedade calcada em valores próprios de um pensamento conservador e autoritário. Dessa forma, a menção ao dilaceramento de “princípios, valores e costumes morais”, demonstram a reutilização de argumentos utilizados também para defender o período de ditadura. O apontamento do rompimento de tais valores com a caracterizado como “falta de honestidade”, “sem-vergonhice”, “criminalidade” retoma o discurso maniqueísta de sociedade, no qual os bons cidadãos (ou honestos) seriam aqueles que trabalham para manter a “ordem” estabelecida, enquanto os que buscam uma nova ordem representam o mau cidadão.

Assim, observamos na *Revista do Clube Militar* em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra elementos de um discurso que, pela sua entonação e recorrência, acaba por defender um Estado de

desigualdades sociais, a valorização da propriedade privada e a criminalização do movimento associando-o a grupos de esquerda que no período de ditadura fizeram uso do método de guerrilha como forma de resistência.

Para concluirmos esse tema e considerando o exame também realizado do tema Anistia, passaremos em revista algumas das indagações que fizemos no início de nossa dissertação, com o intuito de checar sua validade. Assim, discorreremos basicamente sobre a formação no imaginário político social do tempo presente nas Forças Armadas que presentificam o contexto histórico de 1964. Isso ocorre, à medida que, estão presentes no discurso sobre o cenário político-social brasileiro pós-1985 elementos que remetem ao contexto de bipolaridade político-ideológico vivenciado no período de guerra fria que justificaram os golpes militares na América Latina.

A partir da análise de artigos que remetem a Lei de Anistia e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, verificamos que esses elementos podem ser identificados na apresentação de uma sociedade maniqueísta, na qual aqueles que se identificam com os valores defendidos pelas Forças Armadas são “bons cidadãos”, enquanto os contrários são “maus cidadãos”; na criminalização dos movimentos de esquerda e deslegitimação de suas reivindicações; e, principalmente na preservação do mito da conspiração comunista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos questionamentos que moveu essa pesquisa desde o seu início foi à existência de um imaginário popular onde a intervenção militar representava algo positivo. Por mais que afirmações do caráter salvacionista do golpe, ou mesmo a denominação de “revolução” parecessem estar restritas a grupos específicos, declarações como “na época dos militares não tinha bandido na rua” ou “só os militares põe ordem nessa roubalheira” não são muito raras de se ouvir entre os mais diversos grupos de pessoas.

Bem, se a dificuldade em escrever história do tempo presente consiste na incerteza de seu desfecho, os acontecimentos vivenciados na sociedade brasileira desde a reeleição da presidente Dilma Rousseff em 2014 demonstram que, apesar dessa história estar longe de um fim, pensar qual a influência real que a compreensão do político (ou as compreensões) por uma sociedade exerce nas formas de governo empregadas é de extrema relevância. À luz dos expostos na pesquisa cabe nos perguntarmos em que medida o discurso da *Revista do Clube Militar* se constituiu alheio ao ideário social brasileiro ou, se este, se manifesta como uma expressão desse ideário?

Na persecução de tais questionamentos, no primeiro capítulo buscamos um embasamento teórico que possibilitasse a investigação do objeto a partir das hipóteses pré-formuladas. A priori com um estudo sobre a relação entre as concepções acerca da memória nas ciências sociais e principalmente na História. Diante das interpretações levantadas foi possível identificar em nosso objeto um diálogo com o conceito de história social de Peter Burke, uma vez que, compreendemos que a memória apresentada na *Revista do Clube Militar* visa conferir coesão e identidade ao grupo. Ainda sobre a construção dessa memória, verificamos que ela é manipulada por meio de esquemas, como a construção de

um ideário mítico, que tem como objetivo, o que Michel Pollak denominou de “enquadramento da memória”.

Num segundo momento, apresentamos a construção histórica e científica do pensamento conservador a partir dos estudos de Karl Mannheim e Norberto Bobbio. Do trabalho desses dois pesquisadores apreendemos algumas características comuns a esse tipo de pensamento que possibilitou classificar o discurso memorialístico da *Revista do Clube Militar* enquanto tal. Entre essas características estão: a existência de uma “intenção base”, sua dinâmica em relação ao contexto histórico, a interpretação sobre a relação passado-presente-futuro, e principalmente, as noções acerca dos princípios de liberdade e igualdade.

No segundo capítulo procedemos à investigação demonstrando a existência de uma disputa entre memórias por meio da análise documental de artigos que mencionem especificamente o golpe de 1964 e o período de ditadura militar. Constatamos que o discurso memorialístico da *Revista do Clube Militar* se manifesta por meio de um conjunto de interpretações sobre o período que se combinam e se repetem marcando uma narrativa mitológica da realidade.

O “mito do complô ou conspiração” surge através do reforço sobre a disseminação de ideologias comunistas contrárias a um modelo de sociedade brasileira defendido pelas Forças Armadas, que provocaria um processo de instabilidade política e econômica da Nação, o desmantelamento de instituições, a subversão das Forças Armadas que culminaria em uma revolução comunista; ou mesmo através referência à grupos de esquerda que tinham intenções revolucionárias, os quais era apoiados pelo então presidente da república João Goulart. Já o “mito do salvador” se expressa no comprometimento das Forças Armadas com a salvaguarda desses “valores nacionais”, a saber: a ordem, o progresso, a soberania nacional, a forma de governo democrática, o respeito à disciplina e à hierarquia, e a observância dos valores cristãos; Esse

comprometimento é exemplificado em diversas passagens históricas e principalmente em 1964, fazendo das Forças Armadas heróis nacionais.

No terceiro capítulo nosso objetivo foi demonstrar como esse imaginário mitológico alicerça as análises da Revista do Clube Militar do cenário político pós-1985. Para demonstrar nossa hipótese recortamos como temas a serem tratados as medidas direcionadas a uma justiça de transição entre a ditadura e a democracia por meio da Lei de Anistia; e, como a organização e alcance conquistado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra será interpretado. Concluímos que, mesmo em uma conjuntura de despolarização política e de consolidação da democracia os artigos apresentados na *Revista* contribuem para uma ideia de continuidade da polarização ideológica “esquerda-direita”, “comunismo-capitalismo”. A defesa da ideia de um conjunto de “valores nacionais” salvaguardados pelas Forças Armadas que, são contrários aos ideias socialistas e, portanto, aqueles que se identificam com ideais socialistas seriam “maus brasileiros”, “criminosos” ou “inimigos” reforça-se tanto o “mito do complô” comunista como o “mito do salvador”.

Segundo Raul Girardet o mito político tende a ser uma “espécie de revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade”²¹⁰. No “tempo da lembrança” encontramos uma série de elementos constitutivos da memória militar sobre o golpe de 1964 e o período de ditadura entrelaçados nos debates políticos manifestos nos artigos da *Revista do Clube Militar*. O caráter mitológico como elemento constituidor dessa memória se revela tanto na construção das Forças Armadas como heróis nacionais por meio de suas intervenções políticas, como pela disseminação da existência de uma conspiração comunista que sobrevive a despeito da consolidação democrática e, até mesmo, da desagregação do bloco socialista.

²¹⁰ GIRARDET, Op. Cit., p. 83

Em contraposição aos “indesejados valores comunistas” constrói-se um ideal nacional fundamentado nos princípios da ordem, progresso, soberania nacional, forma de governo democrática, respeito à disciplina e hierarquia, a propriedade privada e a observância da doutrina/valores cristãos. Está na compreensão desses princípios como *valores universais* da sociedade brasileira a serem defendidos pelas Forças Armadas a justificativa da permanência de um contexto de bipolarização política que autoriza a identificação ideias diferentes como uma ameaça à sociedade.

A manutenção desses valores é o principal argumento defendido *na Revista do Clube Militar* como justificativa para o golpe de 1964 e a ditadura e como fio condutor de seu discurso político demonstra o seu caráter conservador e autoritário. O pensamento conservador se caracteriza por moldar-se à dinâmica do movimento político, sendo possível compreendê-lo apenas em oposição à outra corrente de pensamento em momentos históricos específicos.

A partir das experiências históricas na América Latina, verifica-se que, para além de uma inocente defesa de valores abstratos, esse pensamento se distinguiu por “justificar o poder das elites primário-exportadoras na implantação do capitalismo e posteriormente, das burguesias empresariais”.²¹¹ Aqueles que agem conforme esse pensamento em defesa desses grupos detentores do poder econômico e político tendem a apoiar a “utilização de aparato repressivo do estado para excluir os setores populares da participação política” e “impedir a implementação de políticas sociais”.²¹²

Os elementos presentes no discurso da *Revista do Clube Militar*, representantes de um discurso autoritário conservador estariam circunscrito em uma cultura política brasileira? Ou seja, como um conjunto coerente onde os

²¹¹ WARSSEMAN, Cláudia. Raízes do pensamento autoritário na América Latina. In: ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). Autoritarismo e cultura política. Porto Alegre: FGV: Edupucrs, 2013, p.183.

²¹² Loc. Cit.

elementos estão em relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade dos indivíduos que partilham uma leitura comum do passado histórico, uma visão institucional e uma concepção de sociedade ideal experienciada por meio de um discurso codificado.²¹³

Com efeito, a memória tece fios entre o passado e o presente, mas nessa trama complexa das experiências humanas, muitos outros fios se entrelaçam na memória apresentada na *Revista do Clube Militar* “um passado de ordem ou de glória – que se vê chamado a socorrer o presente – um presente de confusão ou de derrota.”²¹⁴ Foi isso que demonstramos em nosso trabalho e esperamos ter contribuído para a melhor compreensão da história recente do Brasil.

²¹³ BERSTEIN, Op. Cit., p. 351.

²¹⁴ GIRARDET, op. cit. p.74.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e Jean-François Sirinelli. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988. P. 349-363.

BOBBIO, Norberto. A teoria do Estado e do Poder. In: BOBBIO, Norberto. *Ensaio Escolhidos*. São Paulo: C.H. Cardim Editores, s/d. p.157-184.

_____.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.

_____. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*; Trad. Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 13-42.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *Pierre Nora, ou o Historiador da Memória (entrevista)*. História Social. Campinas, 1999, p. 13-33.

BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. *Variedades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P.67-91.

COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST : da crise da ditadura ao período neoliberal* (Tese de doutorado) Campinas, SP : [s. n.], 2005.

COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. São Paulo Perspec. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In:_____. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. V.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.344-404.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.117, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 167-205.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro, FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) *Cultura Política na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucília de A. Neves; FERREIRA, Marieta M. *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p.37.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HOBBSBAWN, Eric. O presente como história. In: _____. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 244.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: uma contribuição à semântica dos tempos históricos*. Wilma Patrícia Maas/Carlos Almeida Pereira (trad.). Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *O Fim da Ditadura Militar: o colapso do “milagre econômico”; a volta aos quartéis; a luta pela democracia*. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História).

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. P. 366-420.

LUCA, Regina Tania de. *História dos, nos e por meio de periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 3 ed., 2011.

MACIEL, Suellen Neto Pires. Disputas da Memória: uma reflexão inicial sobre a Lei de criação da Comissão Nacional da Verdade. In: DELGADO, Lucilia Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 124.

MANNHEIM, K. "O significado do conservantismo". In: FORACCHI, M. (org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *A questão da reforma agrária no Brasil: 1955-1964*.

MEZAROBBA, Gleda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: SOARES, Inês Virgínia P.; KISHI, Sandra Akemi S. (orgs) *Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p.37.

MEZAROBBA, Gleda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: SOARES, Inês Virgínia P.; KISHI, Sandra Akemi S. (orgs) *Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p.37.

MOTTA, Rodrigo P. S. Ruptura e Continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano A. de; MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs) *Autoritarismo e Cultura Política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. P.12.

_____. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo, 1981. P. 07-29.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta M.; ARAÚJO, Maria P.; QUADRAT, S.V.. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p.143-178.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2003.

RIBEIRO, Denise Felipe. *A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à Democracia*. (Dissertação). Rio de Janeiro, UFF, 2010.

RIBEIRO, Maria do Carmo Freitas. *O regime jurídico da Lei de Anistia: breves anotações*. Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, n.27, p.98, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. “Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários”. FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia*. Vol. 3. 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.76.

SALES, Jean Rodrigues. *Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)*. In: Ferreira, Jorge; Araújo, Daniel Reis. *Revolução e democracia: 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, V.XXXII, Junho de 2006.

SEIXAS, Jacy Alves. *Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: imaginário anticomunista brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Francisco C. Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil– 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. V.4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.p.243-283.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura. *Justiça Reparadora no Brasil*. In: SOARES, Inês Virgínia P.; KISHI, Sandra Akemi S. (orgs) *Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p.83.

WARSEMAN, Cláudia. *Raízes do pensamento autoritário na América Latina*. In: ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edupucrs, 2013, p.183.

_____. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, C.; GUAZZELLI, Cesar A.B. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. P.27-44. 83

Fontes

ANISTIADOS: uma visão realística. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 284, p. 18, 1988.

ARAUJO, Octávio Monteiro de; COSENZA, João; RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. Mensagem à Nação. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n.323, p.05, 1995.

CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. Vinte e seis anos depois. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 293, p. 3, 1990.

COMEMORAÇÃO do 40º aniversário da Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 408, p. 16-18, 2002.

COUTO, A. J. Paula. O Ministério da Defesa e o Poder Moderador. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.349, p.11, 1998.

DE SOUZA, Sergio Fett Sparta. Ai dos vencidos!. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 429, p.34, 2008.

EDITORIAL: A revolução de 31 de março de 1964. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.310, p.2-3, 1993.

EDITORIAL: A revolução de 31 de março de 1964. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.310, p.2-3, 1993.

EDITORIAL: Homenagem ao Movimento Democrático de 31 de Março. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 395, p. 28, 2002.

EDITORIAL: O dia 31 de Março de 1964. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 381, p. 01, 2001.

EDITORIAL: Presidente Emílio Garrastazu Médici. *Revista do Clube Militar: a Casa da República*, Rio de Janeiro, n.272, p.2-3, 1985.

ENSAIO sobre o Movimento de 31 de Março. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.424, p.16-17, 2007.

FATOS de extrema gravidade nos entristecem e nos envergonham. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. n.379, p.01 2001.

FERREIRA, Edmirson Maranhão. O recruta, os lençóis brancos e 1964. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.360, p.8, 1999.

FIGUEIREDO, Afonso Cláudio. Requiescat in Pace. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n.316, p.10-11, 1994.

FIGUEIREDO, Gilberto Barbosa. Entre a Lei e barbárie. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. n.422, p.02, 2006.

GRUPO ANHANGUERA. Reforma Agrária: o governo rema contra a maré. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.333, p.13-14, 1997.

LESSA, Luiz Gonzaga Schroeder. Campanha contra as Forças Armadas – Alerta! *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n.405, p.03, 2003.

LIMA, Helio Ibiapina. A contra-revolução restauradora de 1964-1967. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 407, p.10-17, 2004.

LIMA, Hélio Ibiapina. Editorial: Viva o 31 de Março de 1964!. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 382, p. 01, 2001.

LIMA, Helio Ibiapina. O comício de 13 de março de 1964. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.335, p. XXV-XXVIII, 1997.

LOPES, João Cláudio Croce. O Clube Militar e a Contra-revolução de 31 de Março de 1964. *Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.436, p.20-23, 2010.

MAIA, Augusto César Rocha. A Contra-revolução de 1964 e os transportes no Brasil. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.355, p.7-8, 1998.

MATSUMIYA, Kuniko. O MST repudiado. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.375, p., 2000.

MATTOS, Carlos de Meira. O Exército e a República. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.310, p.23, 1993.

MATTOS, Carlos de Meira. O ideário da Revolução de 31 de março. *A Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 316, p. 4-7, 1994.

MELLO, Nilson Vieira Ferreira. 1964: Revolução, Contra-revolução ou Golpe Militar. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.358, p.16, 1999.

MIGUES, Carlos Cláudio. A farsa do século. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 393, p.13-14, 2002.

NOGUEIRA, Rui Alencar. Direito x Deveres. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.346, p.10, 1998.

NOGUEIRA, Rui Alencar. Direito x Deveres. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.346, p.10, 1998.

NOS 33 anos da eclosão da Revolução Democrática de 64: discurso no Clube Militar, em 31 de Março de 1997, pelo Gen Ex Jonas Correa Neto. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.337, p.17-19, 1997.

NOS 33 anos da eclosão da Revolução Democrática de 64: discurso no Clube Militar, em 31 de Março de 1997, pelo Gen Ex Jonas Correa Neto. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.336, p.18-20, 1997.

O dia 31 de Março de 1964: A luta pela preservação da vocação cristã e ocidental. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 381, p. 03-18, 2001.

PEDROSA, José Fernando de Maya. Bases históricas da Revolução de 1964. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 409, p. 28-29, 2004.

PEREIRA, Arlindo de Araujo. A inversão dos valores patrióticos. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n.349, 1998, p.8-9.

REFLEXÕES. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n.337, p.03, 1997.

REFLEXÕES. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n.337, p.03, 1997.

REFLEXÕES. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.337, p.03, 1997.

RIBEIRO, José Osmar de Barros. Falando Francamente. *A Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.298, p.12-13, 1991.

RIBEIRO. Emilio Mallet Souza Aguiar Nina. Anistia Ampla Geral e Irrestrita. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 423, p.8-9, 2006

RIBEIRO. Emilio Mallet Souza Aguiar Nina. Anistia Ampla Geral e Irrestrita. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 423, p.8-9, 2006.

ROSENFELD, Denis Lerrer. A questão militar. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. n.429, p.8-9, 2008.

SABÓIA, Henrique; GONÇALVES, Leonidas Pires; LIMA, Octávio Julio Moreira. Aniversário da Revolução de 31 de março: ordem do dia. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 284, p. 13, 1987.

SABÓIA, Henrique; GONÇALVES, Leonidas Pires; LIMA, Octávio Julio Moreira. Aniversário da Revolução de 31 de março: ordem do dia. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 284, p. 13, 1987.

SALES, Ney. MST: a volta da guerrilha no Brasil. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.359, p.15, 1999.

SCHIRMER, Pedro. A Futura Constituição e o Papel das Forças Armadas. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 279, p. 3-6, 1987.

SCHIRMER, Pedro. A Futura Constituição e o Papel das Forças Armadas. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 279, p. 3-6, 1987.

SERRA, Antônio Barbosa de Paula. O impeachment. *Revista do Clube Militar: a casa da República*. Rio de Janeiro, n.348, p.04, 1998.

SERRA, Antonio Barbosa de Paula. O impeachment. A *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 348, p.04, 1998.

SILVA, Aimar Baptista. A Albânia e o 31 de Março. A *Revista do Clube Militar: a casa da República*, Rio de Janeiro, n.334, p.11-12, 1997.

SÓCIOS beneméritos do clube militar. *Revista do Clube Militar: A Casa da República*, Rio de Janeiro, n. 276, p. 21-22, 1986.